

 www.iescamp.com.br | (19) 3728.7700

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2018 - 2022



Endereço: R. Antônio Ferreira Laranja, 57
Jd. Garcia - CEP: 13061-090 - Campinas - SP
Email: diretoria@iescamp.com.br



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2018 – 2022
Campinas – SP



SUMÁRIO

Apresentação	9
1 Perfil Institucional da Mantenedora	12
1.1.1 Histórico da Mantenedora.....	12
1.2 Perfil Institucional da Mantida	13
1.2.1 Áreas de Atuação Acadêmica	16
1.2.1.1 Cursos de Graduação – Presencial.....	17
1.2.1.2 Portarias.....	18
1.3 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	20
1.3.1 Organograma Institucional e Acadêmico	20
1.4 Relato Institucional	22
1.5 Avaliação Interna e Externa	
1.5.1 Políticas de Avaliação	22
1.5.2 Participação da Comunidade Acadêmica e seus Instrumentos de Coleta Diversificados e Estratégias para Fomentar o Engajamento Crescente	30
1.5.3 Divulgação Analítica dos Resultados e Descrição de Metodologia que Possibilite a Apropriação por todos os Segmentos da Comunidade: Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.....	31
1.5.4 Os Resultados do Processo de Avaliação Institucional Deverão Nortear Ações que promovam:	32
1.5.5 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas – Análise e Divulgação dos Resultados.....	32
1.5.5.1 Avaliação Externa – Resultados Período 2015 -2018	32
1.5.5.2 Avaliação Interna – Resultado Período 2015 – 2017	35

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

1.6 Avaliação do Desenvolvimento Institucional.....	50
1.6.1 Acompanhamento do PDI 2018 – 2022.....	51
1.6.1.1 Cronograma das Metas e Ações da CPA Estimadas para o Período de 2018 – 2022.....	52
2 Desenvolvimento institucional	
2.1 Inserção Regional	
2.1.1 Da Disposição Geográfica.....	62
2.2 Indicadores da RMC.....	63
2.2.1 Educação.....	64
2.2.2 Economia e Trabalho.....	68
2.2.3 Ciência e Tecnologia.....	73
2.2.4 Saúde.....	74
2.2.5 Meio Ambiente.....	75
2.2.6 Desenvolvimento Urbano.....	80
2.2.7 Inserção da Faculdade IESCAMP em Campinas.....	82
2.2.8 Missão, Visão e Valores.....	83
2.3 Planejamento Estratégico.....	84
2.4 Diretrizes Institucionais e Formas de Operacionalização.....	86
2.4.1 Diretrizes e Alinhamentos Estratégicos.....	87
2.4.2 Objetivos Específicos e Metas.....	88
2.4.3 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos	



2.4.3.1 Planejamento de Oferta de Novos Cursos de Graduação	99
2.4.3.2 Planejamento de Oferta de Novos Cursos de Pós-Graduação	100
2.4.3.3 Áreas de Abrangência	101
2.4.4 Responsabilidade Socioambiental	102
2.4.5 Políticas Institucionais	103
Planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e pós-graduação	
Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição	
2.4.6 Princípios Teórico-Metodológicos	104
2.4.7 Políticas Educacionais	
2.4.7.1 Políticas de Ensino	107
2.4.7.1.1 Perfil de Egresso	108
2.4.7.1.2 Seleção de Conteúdos	110
2.4.7.1.3 Princípios Metodológicos	111
2.4.7.1.4 Processo de Avaliação	113
2.4.7.1.5 Organização Curricular	114
2.4.7.1.6 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos	114
2.4.7.1.7 Atividades Práticas e Estágios.....	115
2.4.7.1.8 Atividades de Prática Profissional.....	116
2.4.7.1.9 Atividades Complementares e de Aprofundamento de Estudos	117
2.4.7.1.10 Avanços Tecnológicos.....	118

2.4.8 Políticas para a Pesquisa e Iniciação Científica	120
2.4.9 Políticas de Extensão	121
2.4.10 Acadêmico Administrativo – Institucionais	
2.4.10.1 Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental e Cultural	122
2.4.10.2 Políticas de Educação Inclusiva.....	128
2.4.10.3 Políticas de Educação a Distância	139
2.4.10.4 Políticas de Atendimento aos Discentes e Egressos.....	146
2.4.10.4.1 Programa de Bolsas	148
2.4.10.4.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico.....	150
2.4.10.4.3 Ouvidoria- central de atendimento	150
2.4.10.4.4 Programa de Nivelamento.....	150
2.4.10.4.5 Agência IESCAMP.....	151
2.4.10.4.6 Mobilidade Acadêmica	151
2.4.10.5 Comunicação com comunidade interna e externa (sociedade)	152
2.4.10.6 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial	154
2.4.11 Acadêmico Administrativo – Acadêmicas	
2.4.11.1 Inovação Tecnológica	155
2.4.11.2 Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia.....	156
2.4.11.3 Política de Desenvolvimento Artístico e Cultural	156
2.4.11.4 Programa de Monitoria	157

2.4.11.5 Qualidade Acadêmica	157
2.4.11.6 Política do Núcleo Docente Estruturante	158
2.4.11.7 Política do Colegiado de Curso	159
2.4.12 Acadêmico-Administrativo – Gestão	160
2.4.12.1 Políticas de Pessoal, Incentivos e Benefícios	
2.4.12.1.1 Aperfeiçoamento e Capacitação da Equipe Multidisciplinar: Professores, Tutores e Pessoal Técnico-administrativo.....	164
2.4.12.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	171
2.4.12.2.1 Políticas de Qualificação do Corpo Docente.....	171
2.4.12.2.2 Plano de Carreira	172
2.4.12.2.3 Regime de Trabalho dos Docentes	172
2.4.12.2.4 Promoção dos Docentes	174
2.4.12.2.5 Procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro	175
2.4.12.2.6 Atribuições do Professor	175
2.4.12.2.7 Cronograma de Expansão do Corpo Docente	176
2.4.12.2.8 Procedimentos para Seleção e Contratação do corpo técnico-administrativo.....	177
2.4.12.2.9 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	177
2.4.12.2.10 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo	178
2.4.12.3 Infraestrutura	179
2.4.12.3.1 Política de infraestrutura	181
2.4.12.3.2 Política de Laboratórios	182

2.4.12.3.3 Atualização dos equipamentos de informática realizados em 2017.....	183
2.4.12.3.4 Política do Sistema de Biblioteca.....	187
2.4.12.3.5 Acervo por Área do Conhecimento e Cronograma de Expansão	187
2.4.12.3.6 Formas de Atualização e Expansão do Acervo	188
2.4.12.3.7 Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado para a Utilização, com Segurança e Autonomia, total ou Assistida, dos Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos, das Edificações, dos Serviços de Transporte, dos Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação e Informação, Serviços de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	
Dos Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos, das Edificações, dos Serviços de Transporte.....	190
2.4.12.3.8 Dos Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação e Informação, Serviços de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	193
2.4.13 Planejamento Econômico Financeiro para o Quinquênio 2018 -2022.....	194
Considerações Finais.....	197
Referências	198

Apresentação

Este documento tem por finalidade precípua delinear o perfil institucional da Faculdade IESCAMP, sua estrutura organizacional, seus elementos básicos de planejamento estratégico: missão, visão, princípios e objetivos institucionais, diretrizes pedagógicas que direcionam seus programas e ações, áreas de atuação e respectivos indicadores, para o período de 2018 - 2022. Em outros termos, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é instrumento de planejamento global das IES, de exigência legal do Ministério da Educação – MEC e do Recurso Institucional perante o CNE.

É resultante de discussões e de estudos realizados pelos órgãos colegiados da IES e demais integrantes de sua comunidade acadêmica que se propuseram a participar e a colaborar com seu processo de construção. Os elementos norteadores mais expressivos que embasaram sua elaboração provêm de quatro questões: 1) propostas de ajustes sugeridas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, mediante os resultados obtidos em suas etapas avaliativas; 2) dos sinais de saturação do mercado decorrente do cenário político e econômico contemporâneo; 3) da necessidade de ajustes na proposta pedagógica da IES em atendimento às políticas educacionais que regem a educação superior no Brasil, bem como das normativas publicadas no ano de 2017; 4) do PDI anterior (2016-2020), uma vez que a qualidade impõe sempre uma dinâmica sinalizadora da necessidade de ajustes constantes, que tornem possíveis a adequação e a expansão da instituição.

Não obstante, a missão institucional considerada de suma importância para qualquer organização, por constituir-se elemento balizador para se pensar e organizar seu Planejamento Estratégico, também foi revista, pois, sua redação, segundo os resultados das autoavaliações, eram suscetíveis de leituras pouco aclaradas de seus propósitos.

Assim, o PDI, ora apresentado, além de se constituir em instrumento facilitador da gestão da Instituição, é objeto relevante para o processo de avaliação externa, ao considerar as estratégias institucionais, sua forma de gestão, de organização acadêmica e administrativa, de seus procedimentos de autoavaliação institucional e de seus aspectos orçamentários. Portanto, foi revisto e reestruturado com base nos diagnósticos da IES resultando na construção coletiva das Bases do Planejamento Estratégico Institucional em três níveis: estratégico, tático e operacional. Dessa maneira, contempla os dispositivos que regulamentam a necessidade de adoção do planejamento enquanto ferramenta essencial à elaboração e ao acompanhamento dos projetos organizacionais. Além de se constituir em compromisso da Instituição com o MEC e CNE, é requisito essencial aos atos de credenciamento e credenciamento da Faculdade, assim como nos processos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos.

Prof.^a Dr.^a Regina Mório de Lara
Diretora Geral



Educar implica contribuir para o desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção, e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e de trabalho e tornar-se cidadãos realizados e produtivos. Portanto, educamos de verdade quando aprendemos com cada coisa, pessoa ou ideia que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos, experimentamos, lemos comartilhamos e sonhamos, quando aprendemos em todos os espaços em que vivemos - na família, na escola, no lazer (Moran, 1999)



1 Perfil Institucional

1.1 Perfil Institucional da Mantenedora

Quadro 1 – Resumo – Mantenedora

MANTENEDORA	Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo S/C Ltda. – SOEC	
ENDEREÇO	Rua Antônio Ferreira Laranja, nº 57 (paralela - John Boyd Dunlop) – Jardim Garcia – CEP.: 13061-090	
CIDADE	CAMPINAS	SP
ATOS LEGAIS	Credenciado pelo MEC, pela Portaria Ministerial nº 1222 de 14/04/2005	
FONE	(19) 3728-7700 - E-mail: diretoria@iescamp.com.br	
PRESIDENTE	Seviana Cristina Navarro	

1.1.1 Histórico da Mantenedora

A Mantenedora do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas – IESCAMP é a Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo S/C Ltda. com sede em Campinas - SP, situada à Rua Antônio Ferreira Laranja nº 57, Bairro Jardim Garcia – 13.061-090 – Campinas–SP (19) 3728-7700, E-mail: diretoria@iescamp.com.br.

A Família Raphael Di Santo já atuava na área educacional nos níveis de ensino fundamental e médio. Iniciou suas atividades em 1985, com o Colégio Vivendo e Aprendendo atuando desde o berçário até o Ensino Médio. Mais tarde, em 2002, expandiu suas atividades na educação básica ofertando o Ciclo II do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, junto ao Colégio Raphael de Di Santo - RDS. Em 2010, o Colégio Raphael Di Santo foi desmembrado do Colégio Vivendo e Aprendendo. Nessa mesma década a família resolveu também atuar no ensino superior e, de forma arrojada, credenciou junto ao MEC, no ano de 2005, por meio da Portaria nº. 1.222, publicada em 14 de abril de 2005, a Faculdade IESCAMP, que iniciou suas atividades no ano de 2006.



1.2 Perfil institucional da Mantida

Quadro 2 – Resumo – Mantida

MANTIDA	Faculdade IESCAMP	
ENDEREÇO	Rua Antônio Ferreira Laranja, nº 57 (paralela - John Boyd Dunlop) – Jardim Garcia – CEP.: 13061-090	
CIDADE	CAMPINAS	SP
ATOS LEGAIS	Autorização: Portaria Ministerial nº 1222 de 14/04/2005.	
FONE	(19) 3728-7700 – diretoria@iescamp.com.br	
DIRETORIA	Profa Dra Regina Móvio de Lara	

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Em continuidade às atividades pedagógicas nos três níveis de ensino do Colégio Vivendo e Aprendendo, nasceu o IESCAMP, Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas, com a finalidade de oferecer e manter cursos de graduação, pós-graduação e de extensão. De acordo com seu Regimento o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS - IESCAMP, doravante denominado FACULDADE IESCAMP, com limite territorial de atuação circunscrito ao Município de Campinas-SP, com sede na Rua Antônio Ferreira Laranja nº 57, Bairro Jardim Garcia, CEP 13.061-090, na cidade de Campinas/SP é Estabelecimento Isolado Particular de Ensino Superior, mantido pela SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA RAPHAEL DI SANTO S/C LTDA, pessoa jurídica de direito privado constituída na forma da lei, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede e foro na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo - SP, com contrato social registrado no Cartório de 7º Tabelião de Notas de Campinas - SP sob o nº 189.276 do livro A, no CNPJ 05.251.381/0001-03 e inscrição Municipal nº 76.423. Portanto, trata-se de uma Instituição de Ensino Superior privada, com fins lucrativos. Foi credenciada pelo MEC, pela Portaria Ministerial nº 1.222 de 14/04/2005.

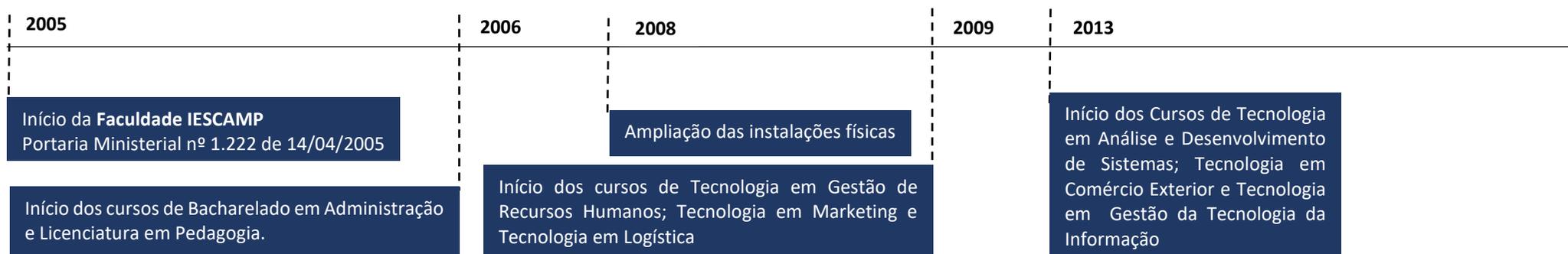


PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

De acordo com seu Regimento, a sua estrutura organizacional é composta pelos seguintes órgãos:

Órgãos Colegiados	a) Conselho Superior – CONSU; b) Comissão Própria de Avaliação – CPA; c) Colegiados de Curso; d) Núcleos Docentes Estruturantes
Gestão Superior	a) Diretoria Geral; b) Coordenação Acadêmica; c) Coordenações de Cursos
Órgãos de Apoio Acadêmico-administrativo	a) Secretaria Acadêmica; b) Biblioteca; c) Agência IESCAMP; d) Museu de Tecnologia; e) Assessoria de Comunicação; f) Limpeza; g) Manutenção; h) Segurança; i) NAD – Núcleo de Apoio Psicopedagógico; j) NUPEX – Núcleo de Pesquisa e Extensão; k) NUPE - Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente; l) Laboratórios

Em 2006, iniciou o funcionamento de seus dois primeiros cursos: Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia. Em 2008 ampliou suas instalações físicas e, em 2009, consolidou ainda mais sua inserção junto à comunidade, enquanto instituição de Ensino Superior ao criar e implantar mais três novos cursos de Tecnologia: Recursos Humanos, Marketing e Logística. Posteriormente, em 2013 foram autorizados mais três cursos superiores de tecnologia: a) Análise e Desenvolvimento de Sistemas; b) Comércio Exterior e c) Gestão da Tecnologia da Informação totalizando oito opções de cursos de graduação ofertados. Além dos oito cursos de graduação presenciais a **Faculdade IESCAMP** criou nove opções de cursos de pós-graduação presenciais voltados às áreas correlatas aos cursos de graduação.



Para dar conta de seus princípios humanísticos busca a interação com as organizações do mundo do trabalho, ao manter convênios de parceria com empresas, sindicatos, órgãos públicos e entidades assistenciais oferecendo aos futuros acadêmicos Programas de Bolsa de Estudos, por meio da concessão de descontos aos estudantes provenientes de classe econômica vulnerável. Também concede 100% de Bolsa de Estudos aos seus colaboradores, aos professores que desejarem uma outra graduação e um percentual de desconto aos seus filhos. Além dos Programas de Bolsa de Estudos mantém uma Agência Interna que auxilia seus acadêmicos na busca e na integração dos Programas de Estágios remunerados ou não. Trabalha em conjunto com as organizações parceiras para divulgar vagas de emprego nas áreas de atuação de seus acadêmicos auxiliando-os na busca de sua atuação profissional.

Os cursos de graduação presenciais da Faculdade IESCAMP abrangem: o Bacharelado, a Licenciatura e os Tecnológicos, na modalidade presencial. Também oferece a possibilidade de seus acadêmicos e professores se aprimorarem em sua área de atuação por meio da oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Extensão, bem como outros serviços à comunidade, de relevância e cunho educativo para o crescimento pessoal e profissional.

1.2.1 Áreas de Atuação Acadêmica

O ensino de Graduação na **Faculdade IESCAMP** constitui foco central da Instituição. Oferta, atualmente, oito cursos de graduação, ou seja: seis de graduação tecnológica, um de bacharelado e um de Licenciatura, além de Cursos de Pós-Graduação, na área de gestão. Em 2017, dando continuidade ao seu plano expansão solicitou junto ao MEC o credenciamento EAD, para ofertar cursos na modalidade a distância, conforme previsto no PDI anterior (2016 -2020), aditando mais três cursos de graduação tecnológicas: gestão financeira, gestão pública e gestão da qualidade, cujos processos estão tramitando junto aos órgãos competentes.



1.2.1.1 Cursos de Graduação - Presencial

Tecnologia

1. Ciências Sociais Aplicadas

A. Gestão e Negócios:

- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
- Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
- Curso Superior de Tecnologia em Logística
- Curso Superior de Tecnologia em Marketing
- Bacharelado em Administração

B. Informação e Comunicação:

- Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação
- Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS

Licenciatura

1. Educação

- Licenciatura em Pedagogia

1.2.1.2 Portarias

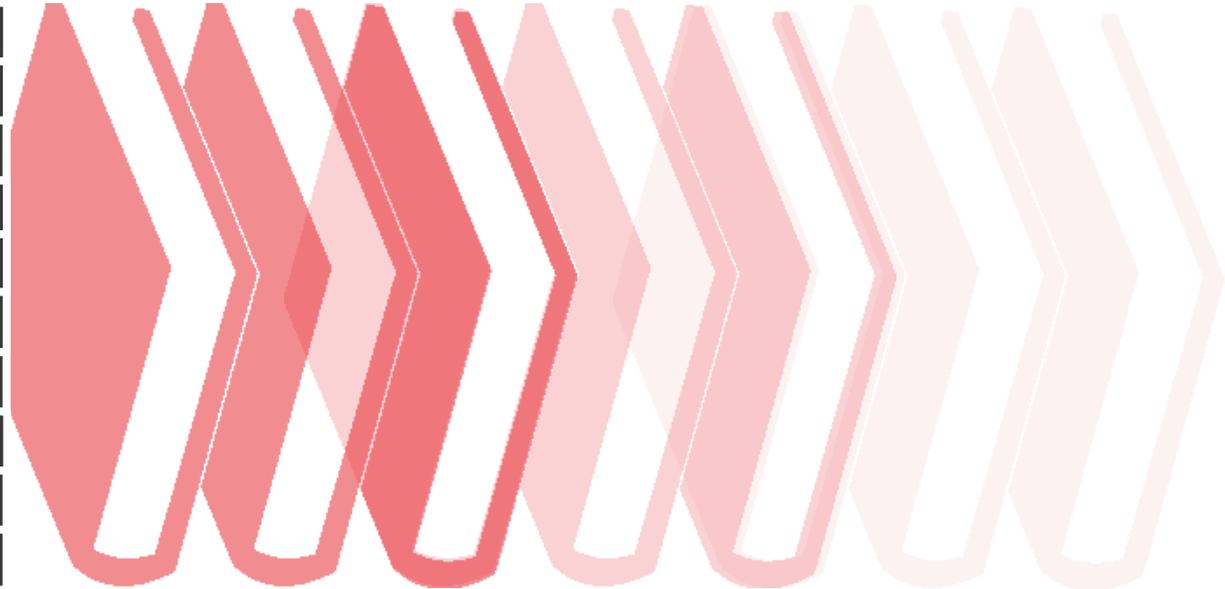
Cursos	Ato Autorizativo		
	Autorização	Reconhecimento	Renovação de Reconhecimento
Bacharelado em Administração	Portaria nº 1.225, de 14 de abril de 2005 – DOU nº 72 de 12 de abril de 2005	Portaria nº 182, de 08 de março de 2010 – DOU nº 46 de 10 de março de 2010	Portaria nº 931, de 24 de agosto de 2017 – DOU nº 164 de 25 de agosto de 2017
CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS	Portaria nº 540, de 23 de outubro de 2013 – DOU nº 208 de 25 de outubro de 2013	Portaria nº 651, de 29 de junho de 2017 – DOU nº 124 de 30 de junho de 2017	*****
CST Comércio Exterior	Portaria nº 540, de 23 de outubro de 2013 – DOU nº 208 de 25 de outubro de 2013	Portaria nº 651, de 29 de junho de 2017 – DOU nº 124 de 30 de junho de 2017	*****
CST Gestão da Tecnologia da Informação – GTI	Portaria nº 119, de 15 de março de 2013 – DOU nº 52 de 18 de março de 2013	Portaria nº 857, de 04 de agosto de 2017	*****
CST Logística	Portaria nº 90, de 25 de março de 2009 – DOU nº 59 de 27 de março de 2009	Portaria nº 298, de 27 de dezembro de 2012 – DOU nº 251 de 31 de dezembro de 2012	Port. nº 930, de 24 de agosto de 2017 – DOU nº 164 de 25 de agosto de 2017 (CPC 3)
Licenciatura em Pedagogia	Portaria nº 2.797, de 17 de agosto de 2005 – DOU nº 159 de 18 de agosto de 2005	Portaria nº 1.140, de 29 de julho de 2009 – DOU nº 144 de 30 de julho de 2009	Portaria nº 622, de 23 de junho de 2017 – DOU nº 120 de 26 de junho de 2017
CST Marketing	Portaria nº 53, de 20 de fevereiro de 2009 DOU nº 38 de 26 de fevereiro de 2009	Portaria nº 300, de 27 de dezembro de 2012 DOU nº 251 de 31 de dezembro de 2012	Portaria nº 705, de 18 de dezembro de 2013 DOU nº 246 de 19 de dezembro de 2013 (CPC 2)
CST Recursos Humanos	Portaria nº 52, de 20 de fevereiro de 2009 DOU nº 38 de 26 de fevereiro de 2009	Portaria nº 317, de 27 de dezembro de 2012 DOU nº 251 de 31 de dezembro de 2012	Portaria nº 753, de 17 de julho de 2017 DOU nº 136 de 18 de julho de 2017



1.2.2 Cursos de Pós-Graduação

Quadro 2: Cursos de Pós-Graduação – *Lato Sensu*

Psicologia, Neurociência e Comportamento
MBA em Liderança e Gestão de Pessoas
Gestão Fiscal e Planejamento Tributário
MBA em Gestão Estratégica Empresarial
MBA em Comunicação Estratégica e Marketing Digital
COACHING com Ênfase em PNL
Psicologia Analítica
Psicologia do Trabalho
Designs Thinking e Soluções para os Negócios
MBA em Operações, Logística e Cadeias de Suprimentos



1.3 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

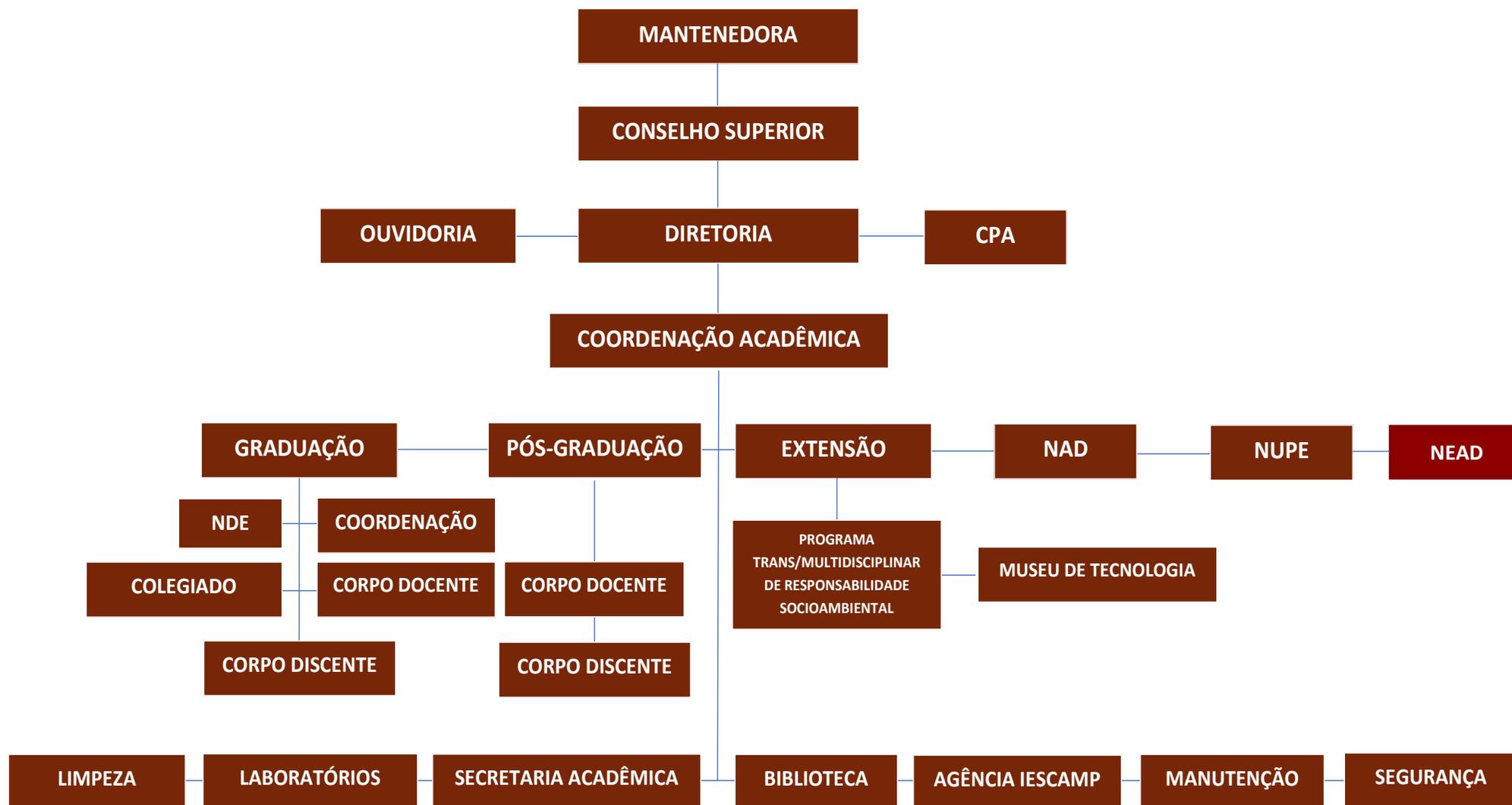
A **Faculdade IESCAMP** é regida pelo seu Regimento Interno, pela Legislação do Ensino Superior, pelo Estatuto da Mantenedora e pelas Resoluções do Colegiado Maior.

A IES está estruturada com órgãos de caráter deliberativo e executivo, como previsto em seu Regimento Geral.

1.3.1 Organograma Institucional e Acadêmico

O **Organograma previsto** da Faculdade IESCAMP, por sua vez, apresenta níveis hierárquicos e uma estrutura organizacional funcional, englobando a organização acadêmica, administrativa e pedagógica, bem como a expansão com cursos em EaD e os respectivos órgãos de coordenação.





1.4 Relato Institucional

Para aperfeiçoamento das atividades propostas pela IES e uma gestão mais eficaz são necessários mecanismos sistemáticos e contínuos de autoavaliação de seus processos, por meio da coleta de dados e de respostas da comunidade acadêmica. Os dados obtidos com esse processo constituem informações cruciais que possibilitam a projeção dos caminhos e rumos da faculdade, por meio da projeção e do delineamento de ações em favor da qualificação da IES. Nesse sentido, a efetividade do processo de avaliação é que subsidiará o desenvolvimento institucional, pois o acompanhamento sistemático dos agentes envolvidos nos processos acadêmicos e administrativos é que oportunizarão a compreensão de seus avanços e retrocessos. Assim, face aos resultados obtidos é que decorrem as informações que alavancam as estratégias de melhoria rumo aos objetivos institucionais propostos.

Porém, a efetividade do processo de avaliação passa, obrigatoriamente, pela articulação entre a avaliação interna e a avaliação externa da IES. Em outros termos, quando os indicadores de qualidade estabelecidos pelo seu órgão supervisor e regulamentador – MEC estão em sintonia com a realidade local, onde a Faculdade está inserida, estes é que serão determinantes para a consecução de suas finalidades educacionais, objeto do negócio, bem como de seu reconhecimento no mercado, por meio dos conceitos atribuídos pela comunidade interna e externa.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é órgão responsável pelo acompanhamento e pela geração de dados e de informações internamente obtidos, pela emissão de relatórios junto à IES e ao INEP/MEC, bem como pelo Plano de Melhorias que subsidiará a gestão educacional e seu Planejamento Estratégico.

1.5 Avaliação Interna e Externa

1.5.1 Políticas de autoavaliação

As políticas de autoavaliação se expressam, por meio de planejamento estabelecido no Projeto da Comissão Própria eleita para isso – CPA, com seus representantes da comunidade interna e da comunidade externa, conforme as normativas do MEC, e visam atender às necessidades institucionais enquanto instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

A Autoavaliação Institucional na Faculdade IESCAMP é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e assessorada pelos Colegiados de Cursos e pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos, os quais são os principais responsáveis pela elaboração do Plano de Melhorias, com base analítica de seus resultados ao final de cada ciclo, bem como apresentação e divulgação de seus resultados e descrição de metodologia que possibilite a apropriação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e a à Direção Geral que, por sua vez, encaminhará aos setores específicos, para as devidas providências no sentido de transformá-lo em ações.

A Instituição tem como convicção que esse processo deverá permanecer continuamente para proporcionar, de forma legítima e sistemática, os caminhos para levar à melhoria contínua dos trabalhos acadêmicos e administrativos, por meio da participação de todos os envolvidos, de forma a criar uma comunidade acadêmica cada vez mais participativa e comprometida com as questões da IES.

Para isso, serão feitas reuniões individuais e/ou coletivas com docentes, discentes e funcionários da instituição, além de reuniões internas, por setor, para buscar alternativas para resolver os problemas no âmbito de cada curso, bem como no âmbito institucional. Nessa perspectiva, o processo de Auto avaliação Institucional da Faculdade IESCAMP, volta-se para o atendimento de uma tríplice exigência, no objetivo de tornar-se:

- ❖ um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- ❖ uma ferramenta para o planejamento da gestão institucional;
- ❖ um processo sistemático de prestação de contas à comunidade interna e externa.

Procedimentos de Autoavaliação Institucional

Para o empreendimento e a efetivação das práticas da CPA, é importante considerar algumas diretrizes básicas que orientarão seu trabalho, a saber:

- ❖ A CPA se articulará, a partir dos próprios membros integrantes da comissão, dividindo-se em grupos de trabalho, os quais representarão o corpo docente, discente e técnico administrativo da IES;
- ❖ Os trabalhos serão organizados por meio de reuniões bimestrais para orientações gerais e/ou encaminhamento de questões necessárias dirigidas à Direção Geral da Faculdade;



- ❖ Cada grupo efetuará estudos sobre os Eixos e Dimensões do SINAES, a partir dos resultados obtidos pelas respostas dadas ao questionário de auto avaliação aplicado semestralmente;
- ❖ Todas as avaliações empreendidas deverão ser trabalhadas de maneira qualitativa e quantitativa em seus instrumentos;
- ❖ Se houver necessidade os representantes de turma (estudantes) poderão ser chamados para estar articulados com os grupos de trabalho correspondentes ao seu segmento;
- ❖ Todos os grupos de trabalho deverão considerar a articulação ensino - pesquisa - extensão em seus indicadores;
- ❖ Os grupos de trabalho serão formados a partir das dimensões que deverão ser avaliadas.

Dimensões a Serem Avaliadas

Os grupos de trabalho operarão de acordo com os aspectos que deverão ser avaliados na Instituição. Tais dimensões estão baseadas no documento do próprio SINAES e outros que vierem ser publicados pelo Ministério da Educação, correspondendo ao contexto específico da Faculdade.

Dimensão 1: Missão e o Planejamento Institucional:

Avaliação da articulação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs); Perfil de ingressantes e egressos esperados pela Instituição; coerência das ações planejadas com a missão institucional; Concretização das práticas pedagógicas identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; Relação do PDI com o contexto social e econômico em que a Faculdade está inserida; Grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica;

Dimensão 2: Avaliação de Ensino:



Graduação: Concepção e organização curriculares; Programas de ensino; Atuações docentes; Produtividade docente; Condições físicas adequadas; Programas de apoio ao estudante; Sistema de Nivelamento, Sistema de monitorias; Planos de estágios; Uso de novas tecnologias educacionais; Estudos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais; etc.;

Pesquisa: Produtividade e relevância de dissertações e teses para as necessidades sociais e científicas; Intercâmbio nacional e internacional; Formação de núcleos de pesquisa; Políticas de divulgação das produções; Práticas de formação de pesquisadores; Programas em andamento; Avaliação e dados da Capes; Condições físicas adequadas; Articulação com o ensino de graduação e com a extensão; Políticas de auxílio para eventos nacionais e internacionais; Programa de bolsas; Formação de pesquisadores e profissionais para o magistério superior;

Extensão: Participação dos estudantes, professores e funcionários e respectivos impactos; Formas de avaliação das atividades e de modalidades de extensão; Relação com ensino e pesquisa;

Dimensão 3: Responsabilidade Social:

Verificação do compromisso e contribuições da Faculdade em ações que envolvem responsabilidade social privilegiando a Inclusão Social, o Desenvolvimento Econômico e Social, a Preservação do Meio-Ambiente e a Memória e Patrimônio Cultural através de políticas de intervenção interna e externa; melhoria da qualidade dos serviços; correspondência às necessidades do seu entorno; Ações voltadas para a formação da cidadania e da inclusão social de estudantes, funcionários e professores.

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade:

Identificar as formas de aproximação com a comunidade, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da mesma. Dentre elas, verificar a comunicação INTERNA e EXTERNA sob os aspectos de ferramentas, meios, clareza e atualidade das informações. Avaliação da imagem da FACULDADE junto à comunidade externa.



Dimensão 5: Avaliação administrativa docente e técnico-administrativo e condições de trabalho:

Funções existentes e executadas; Qualidade de serviço; Condições de trabalho; Clima organizacional; política de carreira para os corpos docente e técnico-administrativo; Critério de admissão e de progressão; Programas de Qualificação Profissional; Processos e planos de preparação à aposentadoria;

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição:

Plano de gestão adequado à missão institucional; Modos de participação e funcionamento dos órgãos colegiados; Mecanismos e investimentos de comunicação com a sociedade; Organogramas e modos de participação de toda a comunidade acadêmica; Adequação da Infraestrutura da Instituição, desde salas de aula, laboratórios, equipamentos de informática, rede de informações e biblioteca; Políticas institucionais de conservação, atualização e segurança; Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;

Dimensão 7: Infraestrutura física e recursos de apoio:

Avaliação da infraestrutura física e tecnológica existentes na FACULDADE para o atendimento ao ensino, pesquisa e extensão com vistas à definição de propostas de adequação. Deverão ser consideradas as políticas de expansão, conservação e segurança previstas em relação à demanda.

Dimensão 8: Processos de Avaliação:

Adequação da autoavaliação ao PDI e outros documentos institucionais; Procedimentos de Avaliação e resultados produzidos; Grau de dificuldades e mudanças necessárias; Efeitos dos processos de autoavaliação nas dimensões estudadas.

Dimensão 9: Políticas de atendimento a estudantes e egressos e avaliação dos ingressantes e egressos:



Políticas de acesso, seleção e permanência dos estudantes; políticas de participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio da FACULDADE; Mecanismos de estudos sobre evasões, repetências, relação professor-estudante; Mecanismos de acompanhamento de egressos e de criação de educação continuada; Grau de participação dos egressos na vida acadêmica;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira:

Avaliar a capacidade de administração financeira da Faculdade, as garantias de sustentabilidade e continuidade dos compromissos institucionais.

Grupos de Trabalho

Cada uma das dimensões sinalizadas pelo SINAES será tratada por grupos de trabalho a serem definidos pela CPA, que além dos membros da própria comissão poderá contar com convidados dentre o corpo diretivo, docente ou discente da instituição.

As Dimensões 1, 2, 3, 4 e 5, estarão a cargo de um grupo de trabalho denominado Grupo 1, pela necessidade de garantir a articulação entre ensino, pesquisa, e extensão, e por serem dimensões que abordarão aspectos do corpo docente e discente:

- Dimensão 1: Missão e o Planejamento Institucional;
- Dimensão 2: Avaliação de Ensino;
- Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;
- Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade;
- Dimensão 5: Avaliação administrativa docente e dos técnicos administrativos e as condições de trabalho.

As Dimensões postas separadamente nas orientações do SINAES, como Sustentabilidade financeira e Infraestrutura física estarão a cargo de um outro grupo de trabalho, o Grupo 2:

- Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição;



- Dimensão 7: Infraestrutura Física e recursos de apoio;
- Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.

Egressos, ingressantes e estudantes estarão também em uma única dimensão a fim de constituir o terceiro grupo de trabalho, o Grupo 3, como maneira enriquecedora de troca de experiências:

- Dimensão 8: Processos de Avaliação;
- Dimensão 9: Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos e avaliação dos ingressantes e egressos.

Os grupos de trabalho terão um prazo estipulado para apresentar detalhamentos do Projeto de Auto avaliação que compreendem: indicadores, instrumentos de avaliação, cronograma de atividades e funções de seus membros. Estes planos setoriais deverão corresponder ao cronograma apresentado pela CPA, bem como atender às orientações da CPA, apoiada nos documentos dos SINAES.

Instrumentos de Avaliação

Após a constituição das subcomissões, os grupos deverão, a partir das dimensões acima delineadas, definir os instrumentos de avaliação e os indicadores correspondentes. Os instrumentos devem proporcionar dados qualitativos (grupo focal, entrevistas, observações) bem como dados quantitativos (questionários, documentos, Projetos, Avaliações Setoriais, planilhas) e que sejam viáveis e fidedignos para a adequada avaliação pela CPA.

Etapas de Preparação

- Sensibilização: apresentação da proposta SINAES a toda a comunidade acadêmica através de reuniões por setores, a saber: Corpo diretivo, Corpo docente, Corpo discente, Corpo técnico-administrativo;
- Reuniões internas com os segmentos institucionais sobre SINAES e CPA, efetuando estudos teóricos para subsidiar a elaboração da proposta por setores;



- Encontros mensais da CPA para elaboração das normas e estudos teóricos dos documentos disponibilizados pelo INEP.
- Preparação e aplicação da avaliação junto aos estudantes e professores, dando continuidade ao processo permanente de auto avaliação.

Etapas de Elaboração da Proposta

- Análise das avaliações realizadas pela CPA junto aos diversos segmentos presentes na instituição;
- Constituição dos grupos de trabalho para análise e reelaboração do processo avaliativo e avaliação das 10 dimensões definidas pelo CONAES;
- Criação de home Page da CPA para recebimento de propostas de toda a comunidade para a auto avaliação da instituição;
- Estruturação final da proposta de avaliação pela CPA.

Etapas de Desenvolvimento da Autoavaliação

- Sensibilização por meio de atividades de caráter interno, com participação de funcionários, professores, estudantes e ex-estudantes para levantamento de instrumentos e dados de avaliação referentes à Instituição. Os grupos de trabalho discutirão a auto avaliação e, destas discussões, resultarão documentos setoriais delineando compromissos e ações;
- Criação do Banco de Dados, congregando todos os dados quantitativos já existentes na Instituição. Este trabalho ficará a cargo de um docente, que reverterá os dados em forma de pesquisa de Iniciação Científica;
- Trabalho dos grupos, com reuniões mensais para efetuar estudos específicos como: grupo de trabalho 1 de análise documental de PDI/PCCs e as articulações com atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, etc; grupo de trabalho 2 de análise do trabalho de gestão acadêmica; grupo de trabalho 3 de análise do Planejamento e Avaliação e das Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos;
- Cada grupo elaborará indicadores e instrumentos para a realização da avaliação;
- Reuniões específicas da CPA com cada grupo para delineamento de indicadores e instrumentos de avaliação;



- Apresentação, feita pelos grupos, dos planos de auto avaliação a CPA;
- Aplicação de instrumentos de avaliação pela CPA;
- Sensibilização por meio de atividades de reflexão da Avaliação das Faculdades Integradas H. Brasileira Renascença para apresentação dos dados coletados e debate acerca do processo de auto estudos da instituição;
- Efetuação dos relatórios parciais e finais de auto avaliação pela CPA.

1.5.2 Participação da comunidade acadêmica e seus instrumentos de coleta diversificados e estratégias para fomentar o engajamento crescente.

A presente proposta pretende envolver os profissionais que prestam serviços à comunidade acadêmica, desde funcionários, professores, coordenadores de curso e de núcleos até o corpo diretivo.

Na constituição do plano de execução, estabelecer-se-á uma forma de efetuar micro avaliações por setores e refazer o percurso com subcomissões, num segundo momento.

Os estudantes estarão envolvidos em todos os momentos de auto estudos, seja por meio de avaliações sucessivas, seja por meio da participação nas subcomissões de estudo teóricas e aferição de dados (Empresa Junior, Laboratórios de ADS e TI).

Os sujeitos externos à Instituição serão convidados a formarem uma representação como avaliadores *ad hoc*, por meio de escolhas aleatórias aproveitando e potencializando a participação de ex-estudantes, ex-funcionários e ex-professores.

Conforme estabelecido no cronograma de atividades, os sujeitos participarão mediante representação, ou seja, grupos de trabalho serão formados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, no sentido de buscar articulações concernentes ao objetivo desta proposta: avaliações parciais dos serviços efetuados na instituição. Periodicamente, haverá encontros dos grupos de trabalho (por categorias de serviços) para micro avaliações e seus resultados serão levados para a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que definirá os aspectos globais das discussões nos grupos categoriais.



1.5.3 Divulgação analítica dos resultados e descrição de metodologia que possibilite a apropriação por todos os segmentos da comunidade.

Formas de utilização dos resultados das avaliações

A avaliação periódica do próprio processo, em função da dinamicidade do mesmo, será ponto vital para a reciclagem e realimentação, sendo que a difusão dos resultados, por meios de comunicação massivos e interativos, deverá garantir o permanente contato com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, assegurando a retroalimentação do processo de avaliação da Faculdade. Para isso, serão feitas reuniões individuais e ou coletivas com docentes, discentes e funcionários da instituição, além de reuniões internas, por setor, para buscar alternativas para resolver problemas de infraestrutura institucional.

Nessa perspectiva, o processo de Autoavaliação Institucional da Faculdade estará voltado para o atendimento de uma tríplice exigência, no objetivo de tornar-se:

- ❖ um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- ❖ uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária;
- ❖ um processo sistemático de prestação de contas à comunidade interna e externa.

Isso significa acompanhar metodicamente as ações desenvolvidas na Instituição a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas.

Significa, portanto, o acompanhamento metódico das ações desenvolvidas pela Instituição com o propósito de verificar se os objetivos, finalidades e prioridades, definidos coletivamente, estão sendo realizados e atendidos.

Enquanto processo global:

Em suma, enquanto processo global, terá como metas:

- ❖ possibilitar identificação de fatos que afetam, positiva ou negativamente, seu desempenho e adequação, relevância e qualidade de todas as atividades desenvolvidas e serviços prestados pelo curso.



❖ oferecer subsídios para que a Instituição e as pessoas envolvidas em todos os seus segmentos possam atuar de forma planejada, corrigindo distorções identificadas e aperfeiçoando elementos dos serviços prestados.

1.5.4 Os resultados do processo de Avaliação Institucional deverão nortear ações que promovam:

- ❖ o repensar da Instituição como uma entidade sintonizada com o momento atual e capaz de responder às mudanças da sociedade em que se insere, em termos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, dentre outros;
- ❖ a recomendação de estratégias, objetivos, metas e ações futuras com vistas à melhoria da qualidade de ensino, iniciação científica, extensão, gestão, missão, comunicação e políticas institucionais, infraestrutura física e responsabilidade social;
- ❖ a implementação de ações corretivas que possibilitem o aperfeiçoamento do desempenho institucional;
- ❖ a afirmação valores que conduzam a excelência do ensino e da gestão universitária, tendo como base os interesses dos docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade em geral, nas áreas de atuação da Faculdade.
- ❖ a indicação de diretrizes para a tomada de decisão da gestão universitária, servindo como subsídios para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

1.5.5 Autoavaliação institucional e avaliações externas – análise e divulgação dos resultados

A avaliação periódica do curso e da instituição, decorrente dos processos internos e externos, bem como em função da dinamicidade do mesmo, será ponto vital para tomadas e retomadas de suas práticas e ações. A difusão dos resultados, por meios de comunicação massivos e interativos, deverá garantir o permanente contato com a comunidade acadêmica assegurando a retroalimentação do processo de avaliação da Faculdade.

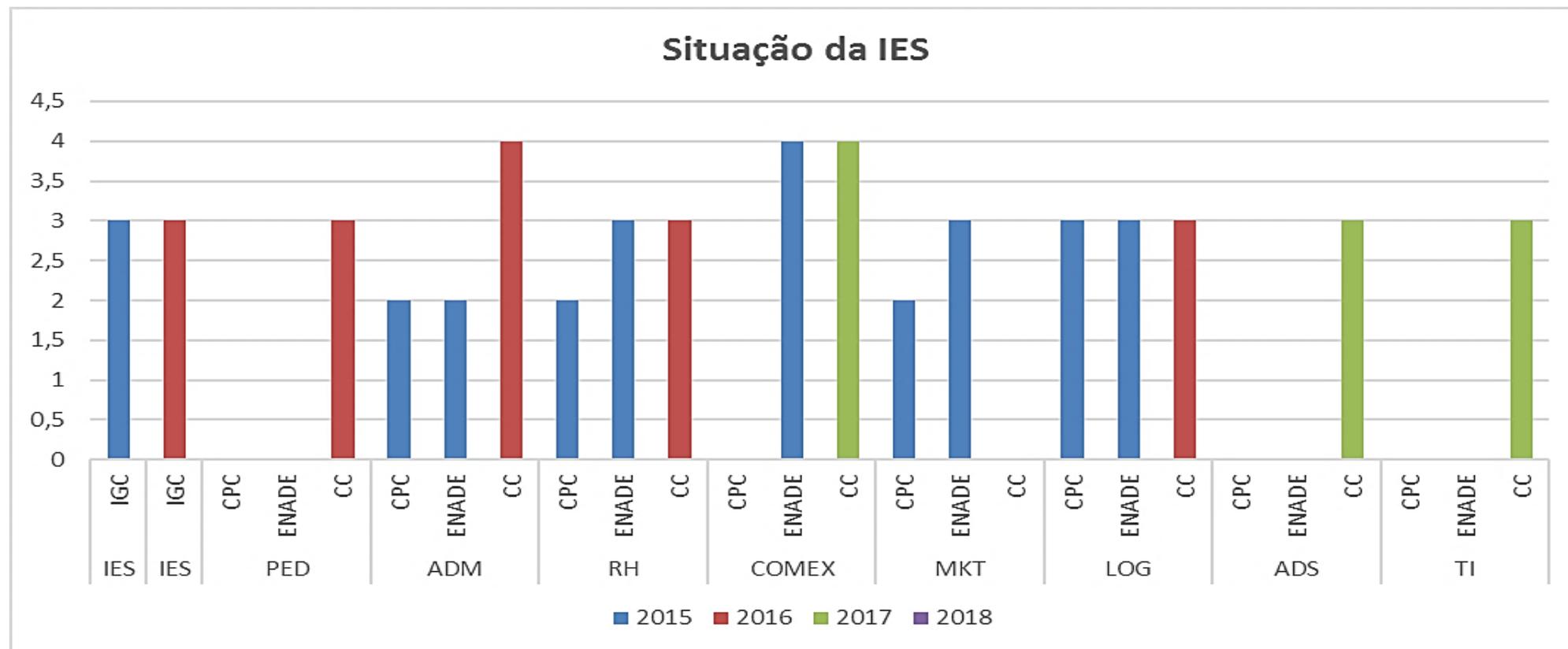


1.5.5.1 Avaliação Externa – resultados período 2015 -2018

Os resultados da avaliação externa da IES, feita pelo INEP, constituem dados relativos aos indicadores de qualidade do SINAES e foram organizados no quadro seguinte pela CPA, a fim de acompanhar os resultados de cada um dos cursos de forma compilada e comparativa, pois são insumos importantíssimos para o planejamento estratégico da Faculdade, juntamente com os resultados das avaliações internas. Portanto, constituem os *rankings* médios, com pontuação de 1 a 5, por meio de média ponderada. Dessa forma, quanto mais próximo do valor 5, maior o índice de satisfação e, quanto mais próximo do valor 1, menor o grau de satisfação dos respondentes. Cabe ressaltar que foram analisadas 51 questões distribuídas nos cinco eixos e dimensões avaliativas do SINAES.



Quadro 1. Resultados INEP 2015- 2018



Assim, o quadro acima apresenta os resultados dos cursos: Conceito de Curso e ENADE e os dados do Índice Geral de Cursos da IES, no período de 2015 a 2018. É possível perceber que a IES apresenta fragilidade nos resultados do ENADE, ao mesmo tempo, mantém nível médio satisfatório no índice Geral de Cursos, pois são visíveis os resultados e oscilações na média entre os cursos. O curso de Comércio Exterior é o que vem obtendo maiores resultados e o curso de Marketing o que vem expressando fragilidades em seus resultados. Portanto, ações e estudos são recomendados ao Núcleo Docente Estruturante – NDE dos Cursos.

1.5.5.2 Avaliação Interna – Resultado Período 2015 – 2017

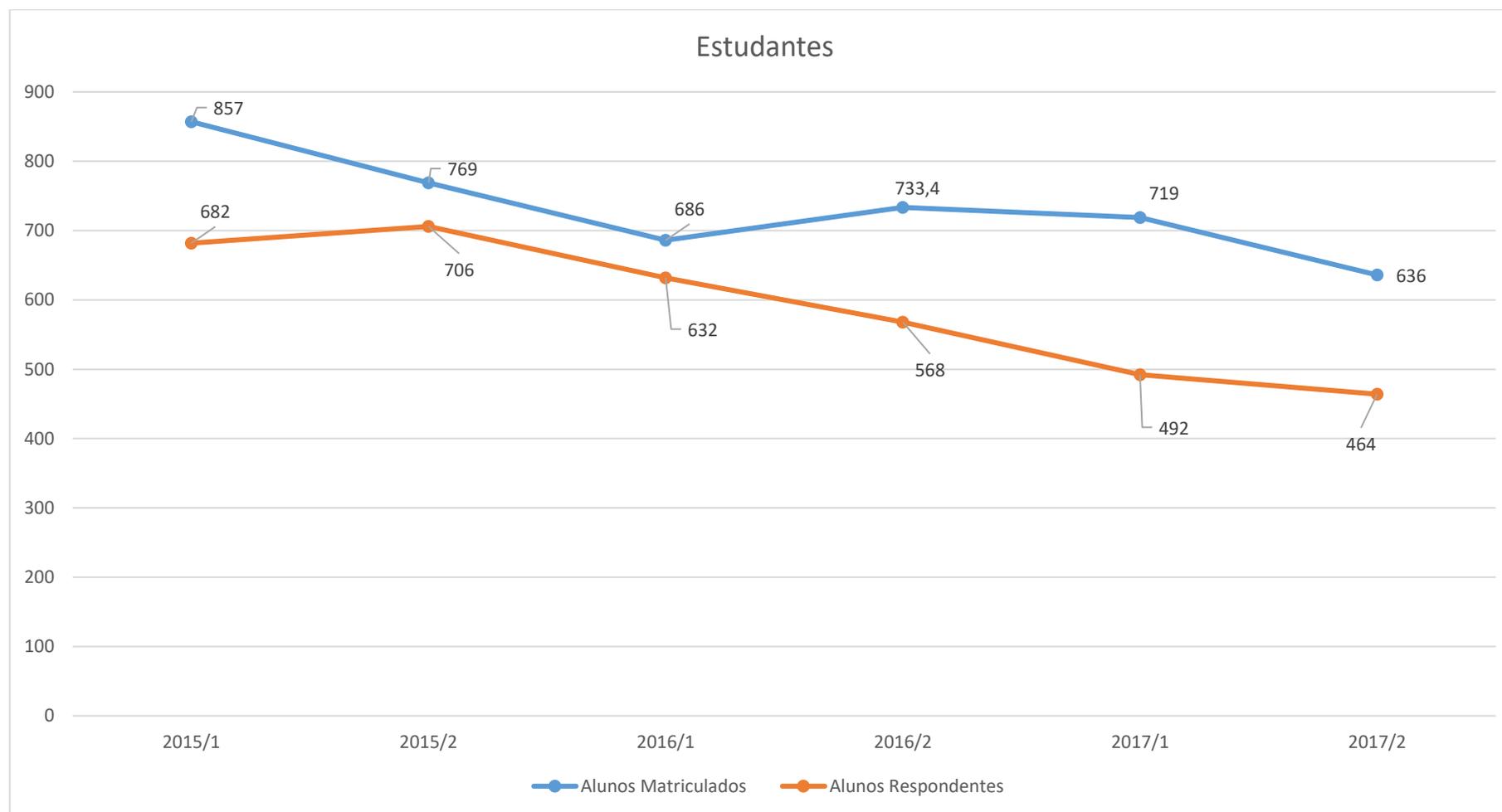
A CPA tem procedido a avaliação interna considerando todos os segmentos que formam a comunidade acadêmica respeitando-se os cinco eixos avaliativos que contemplam as dez dimensões consideradas no art. 3º da Lei nº 10.861, que institui o SINAES. Para melhor compreensão de seus resultados seguem alguns gráficos comparativos elaborados pela Avaliação Institucional no período de 2015 - 2017, organizados por dimensão e por Eixo, a partir dos dados consolidados, conforme segue:

A - Evolução de satisfação em todas as dimensões e eixos

Comparativo dos Relatórios da CPA - Totais gerais (respondentes)

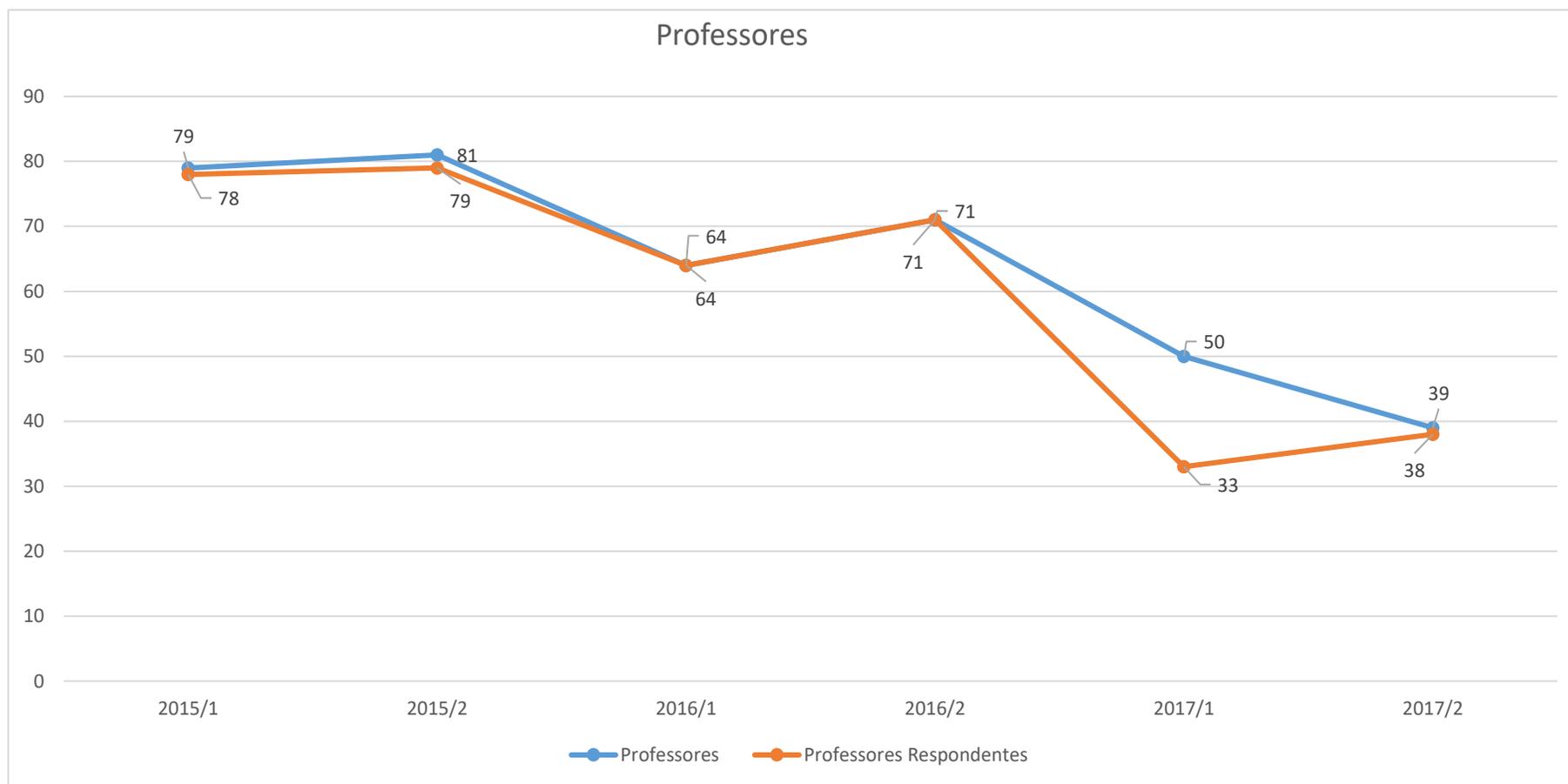
ANO	ESTUDANTES MATRICULADOS	ESTUDANTES RESPONDENTES	% DE RESPONDENTES
2015_1	857	682	80%
2015_2	769	706	92%
2016_1	686	632	92%
2016_2*	733	568	77%
2017_1	719	492	68%
2017_2	636	464	73%

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

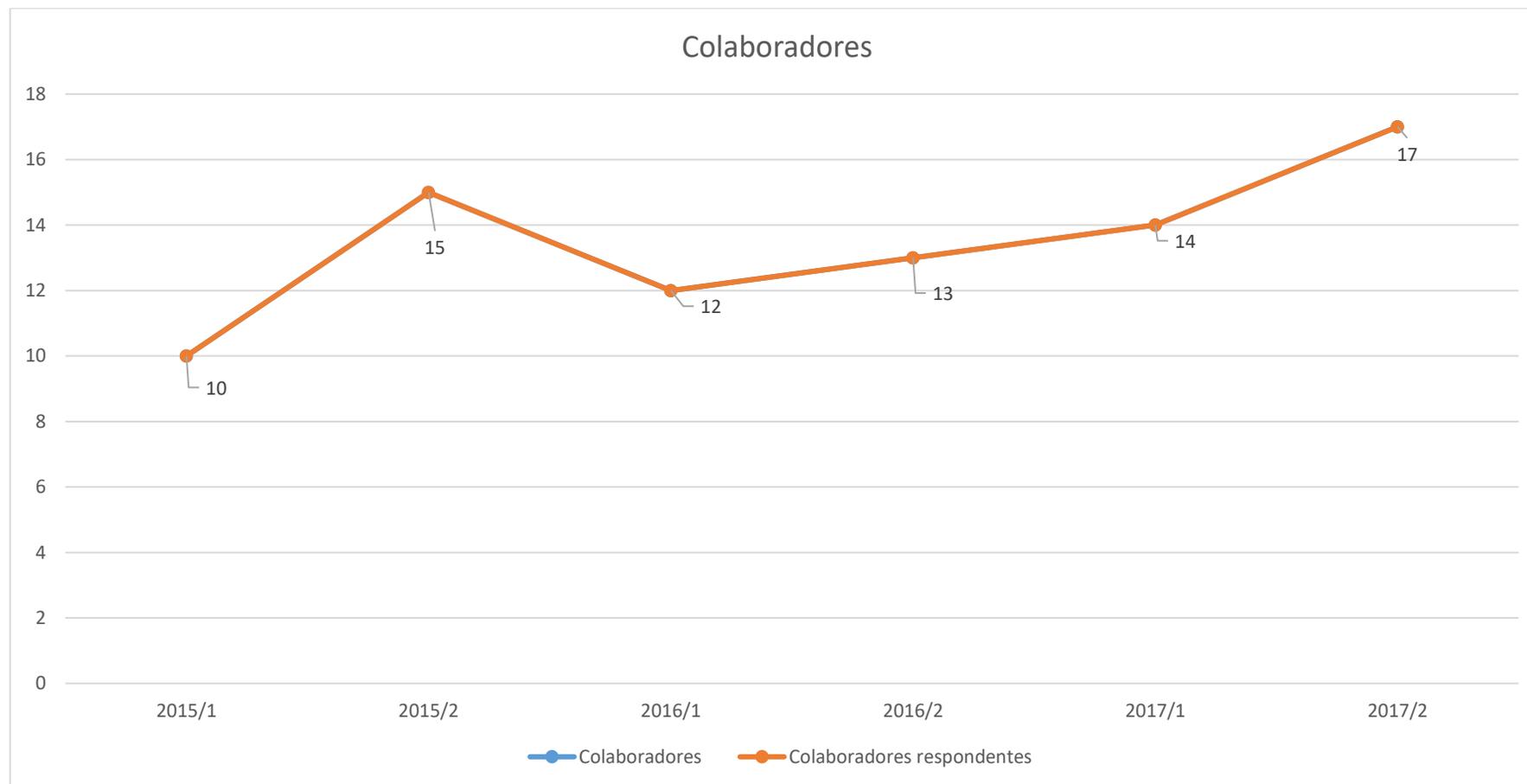


Obs.: No relatório de 2016/2, os números de estudantes matriculados correspondem a média dos outros relatórios, uma vez que este não apresentou os totais gerais.





PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022



Cabe ressaltar que, o número de colaboradores respondentes e existentes é o mesmo no período considerado, o que justificam as linhas sobrepostas.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Os gráficos nos apontam dados importantes sobre a participação dos estudantes, professores e colaboradores, os quais destacamos a linearidade da porcentagem de participação dos estudantes que ao longo dos semestres gira em torno de 75% e 80% com poucas oscilações, ou seja, é um número alto de estudantes matriculados que compreendem e se dispõem a responder. No entanto, a consolidação da CPA e o diálogo constante com os estudantes, no processo de sensibilização, na devolutiva dos resultados e no contato constante com os mesmos, ainda requer ajustes. Sobretudo no que diz respeito aos ex-estudantes e demais atores da comunidade externa.

Quanto ao corpo docente convém destacar que, o número total dos mesmos, pode aparentar uma redução no percentual de respondentes nos anos de 2016 e 2017, uma vez que o quadro de professores foi reduzido por duas razões: diminuição no total de estudantes na IES e ajustes dos percentuais de mestres e doutores da IES, com a redução de professores especialistas. Porém, convém evidenciar que também se deve a escolha da amostra feita pela CPA nos anos anteriores, que contabilizou os professores respondentes por curso, o que aumentou o quantitativo de respondentes, uma vez que muitos professores que atuavam em mais de um curso na IES. Ao passo que, nos anos subsequentes, inclusive na última avaliação (2017/2) optou-se por contabilizar o número real de professores, logo, não houve redução considerável no número de professores neste período, como se pode apreender no gráfico.

As informações, como supracitado, por conta das alterações não possibilitam a comparação por exatidão, porém não desmerecem os resultados descritos nos relatórios emitidos pela CPA. Assim, é possível depreender dos relatórios gerados nos últimos três anos (2015, 2016, 2017) notória evolução, pois trazem detalhes da avaliação realizada pela comunidade acadêmica a cada ano considerado demonstrando o trabalho da comissão CPA, que vem buscando construir coletivamente as etapas do processo com o propósito de melhor assegurar clareza dos questionamentos apresentados aos respondentes (professores, estudantes, colaboradores). Em outros termos, a CPA buscou dialogar junto aos atores da instituição de maneira contínua passando pelo processo de: sensibilização, preparação e aplicação de mais uma das etapas do processo, além do período de devolutiva dos resultados. Portanto, vêm cumprindo e aprimorando cada vez mais sua forma de atuação. O relatório comparativo referente ao período de 2015-2017 é resultante de discussões e análises de professores, sobretudo da área de estatística da instituição. Esses estudos resultaram na necessidade de se separar os dados em dois grupos, que resultou em dois relatórios referentes aos períodos de: a) 2015/1 e 2015/2; b) 2016/1, 2016/2, 2017/1 e 2017/2. Isso decorreu pelo fato de haver grande aproximação na análise das ferramentas utilizadas. Assim, cabe ressaltar que os dados referentes ao ano de 2015 foram analisados separadamente, uma vez que a CPA havia iniciado sua atuação e se encontrava em fase de ajustes e entendimento de suas responsabilidades.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

B – Comparativos por eixos

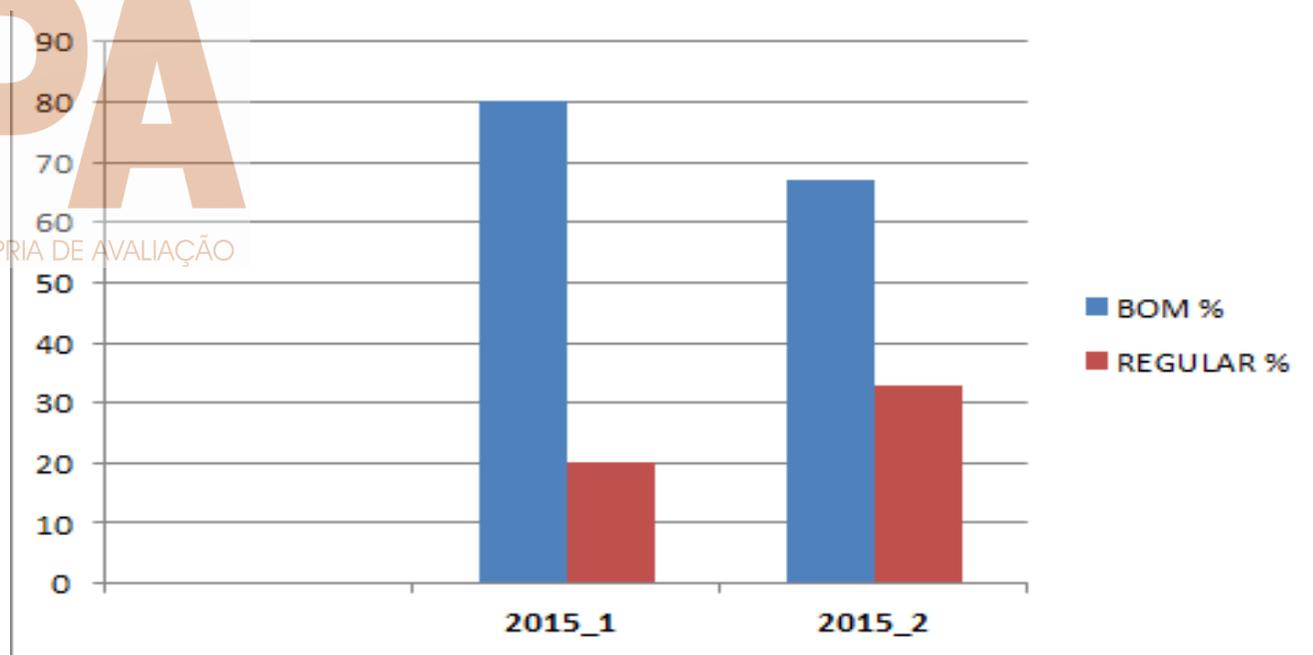
Período de 2015/1-2015/2

EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional Percentuais de Aprovação dos Estudantes

ANO	MUITO BOM %	BOM %	REGULAR %	INSATISFATÓRIO %
2015_1	0	80	20	0
2015_2	0	67	33	0

Obs.: Tendo em vista o modelo de questionário diferente ao aplicado em 2016/1, 2016/2, 2017/1 e 2017/2, em 2015/1 e 2015/2 apresentamos a média de resultados.

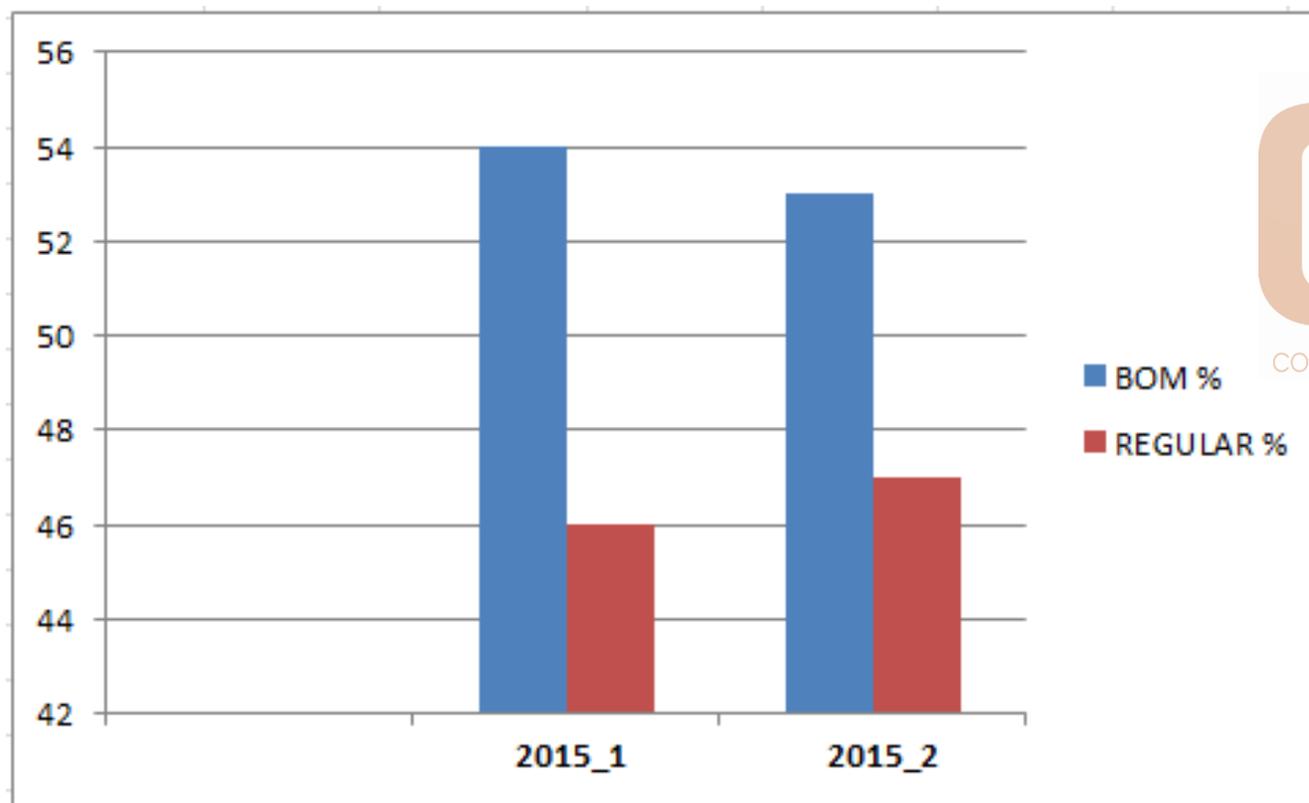
CPA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



EIXO 2 - Desenvolvimento Institucional – 2015/1 – 2015/2

Percentuais de Aprovação dos Estudantes

ANO	MUITO BOM %	BOM %	REGULAR %	INSATISFATÓRIO %
2015_1	0	54	46	0
2015_2	0	53	47	0



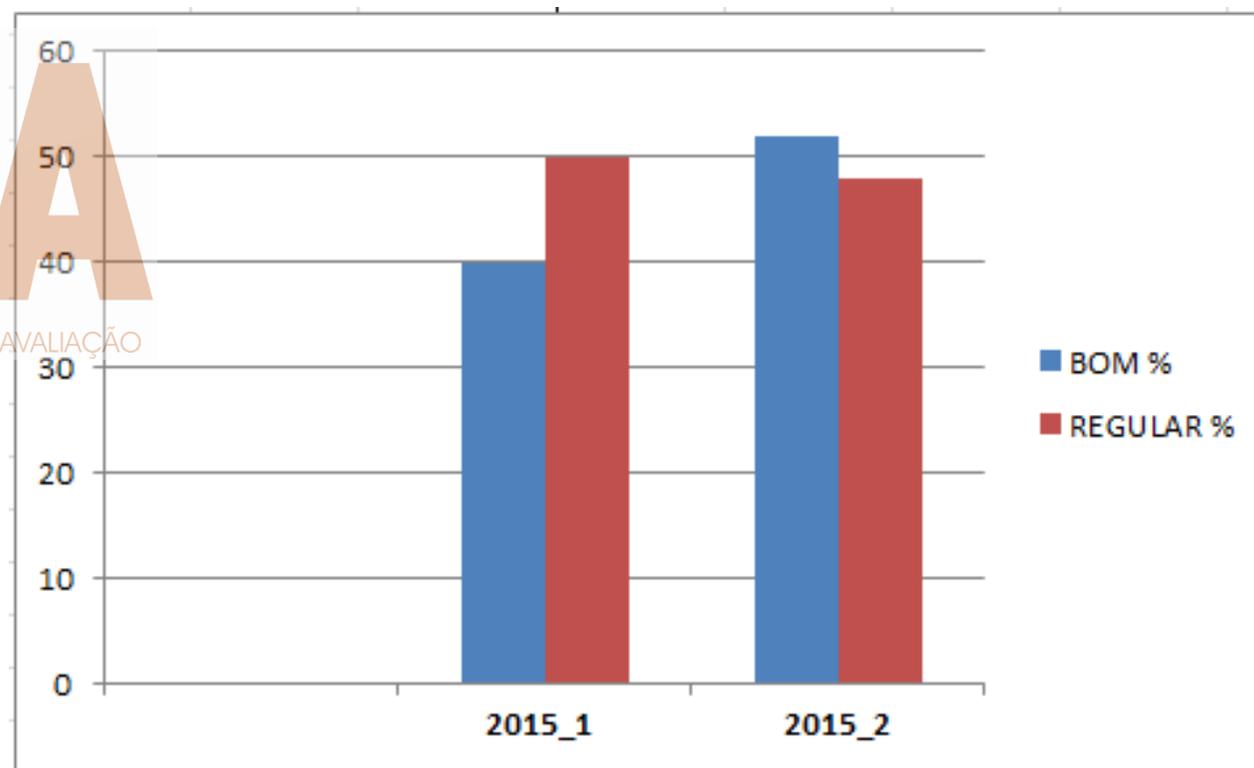
CPA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

EIXO 3 – Políticas Acadêmicas

Percentuais de Aprovação dos Estudantes

ANO	MUITO BOM %	BOM %	REGULAR %	INSATISFATÓRIO %
2015_1	0	40	50	0
2015_2	0	52	48	0

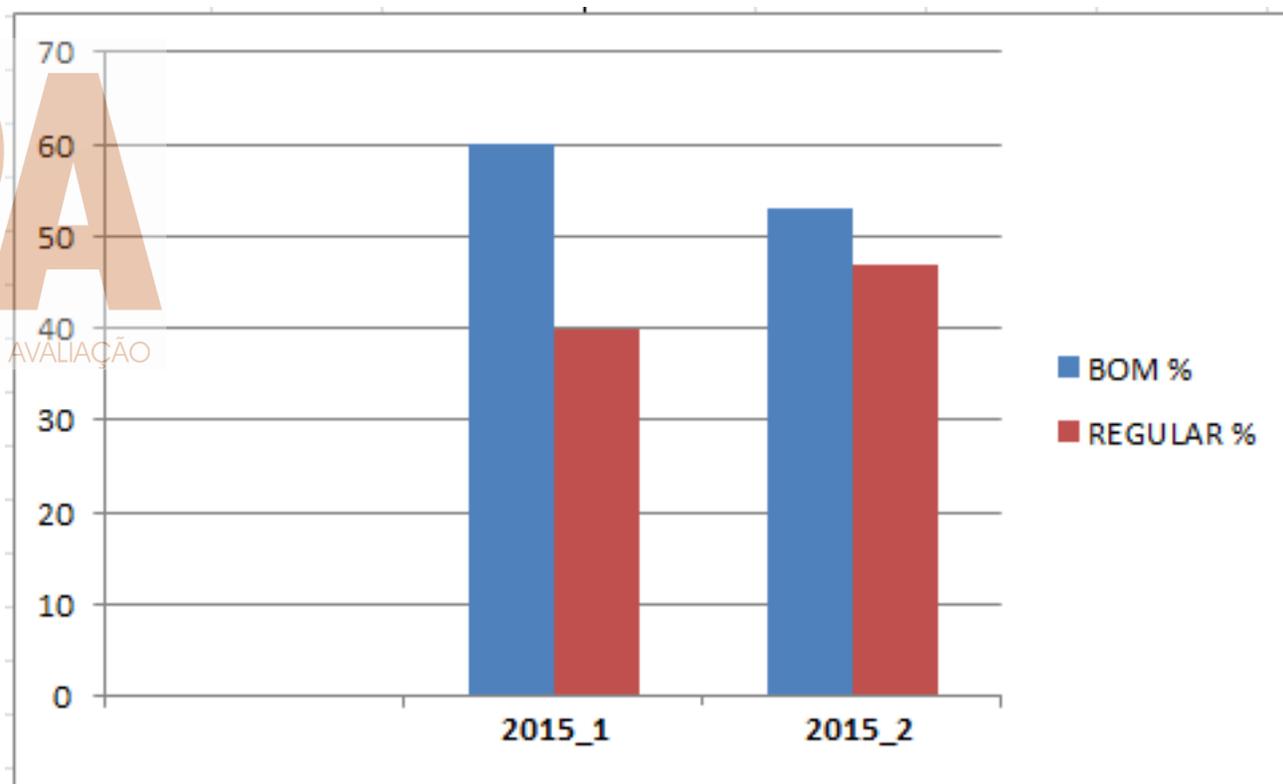
CPA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



EIXO 4 – Políticas de Gestão

Percentuais de Aprovação dos Estudantes

ANO	MUITO BOM %	BOM %	REGULAR %	INSATISFATÓRIO %
2015_1	0	60	40	0
2015_2	0	53	47	0



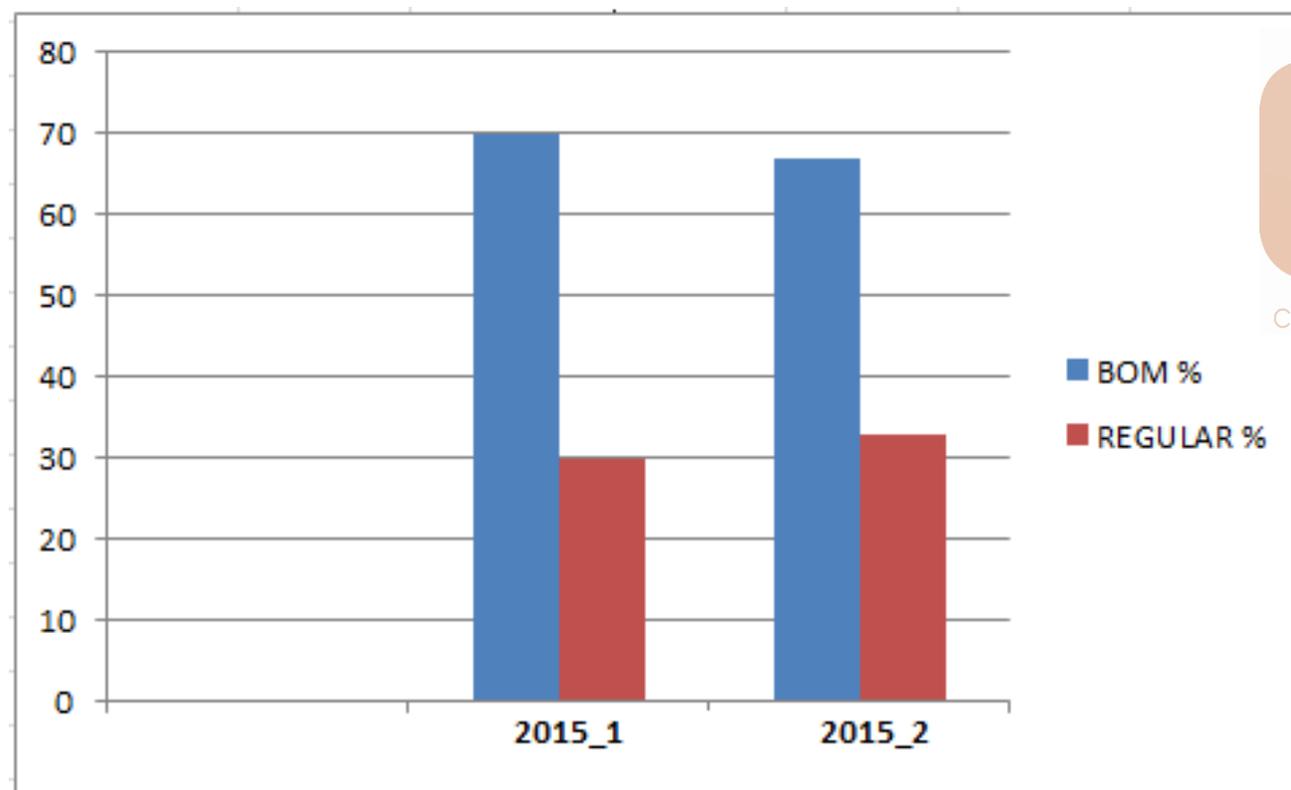
CPA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



EIXO 5 – Infraestrutura física

Percentuais de Aprovação dos Estudantes

ANO	MUITO BOM %	BOM %	REGULAR %	INSATISFATÓRIO %
2015_1	0	70	30	0
2015_2	0	67	33	0

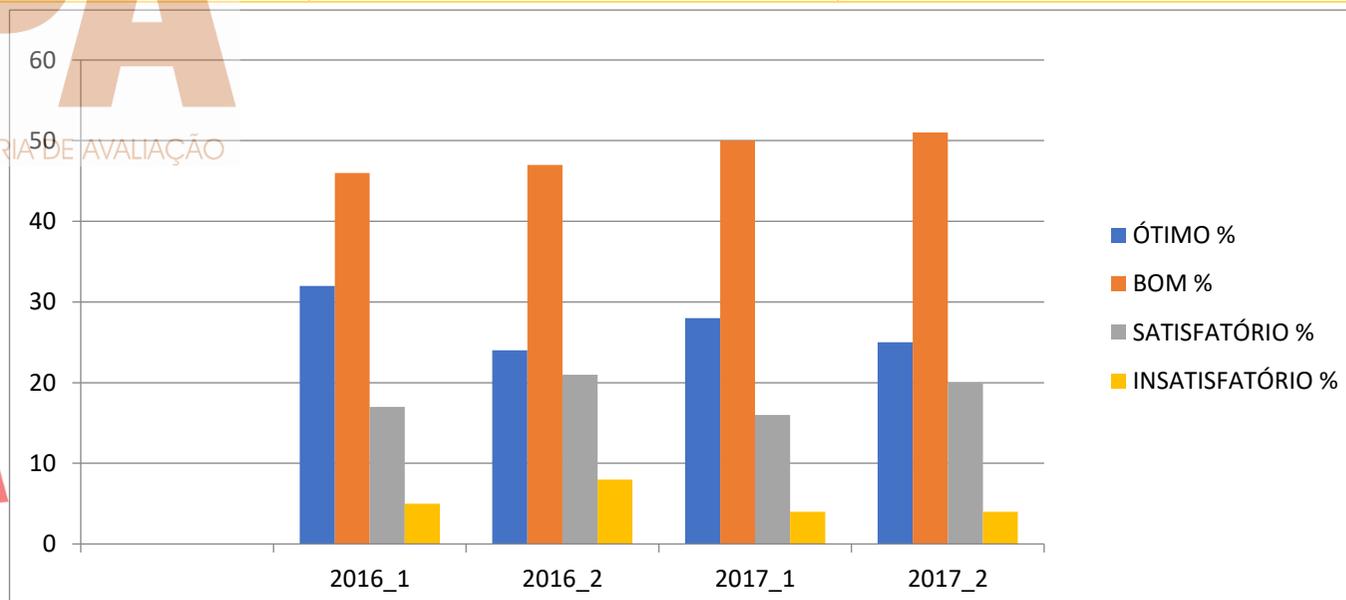


PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Período – 2016 – 2017

EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional - Percentuais de aprovação de estudantes

ANO	ESTUDANTES MATRICULADOS	ESTUDANTES RESPONDENTES	% DE RESPONDENTES
2015_1	857	682	80%
2015_2	769	706	92%
2016_1	686	632	92%
2016_2	733	568	77%
2017_1	719	492	68%
2017_2	636	464	73%

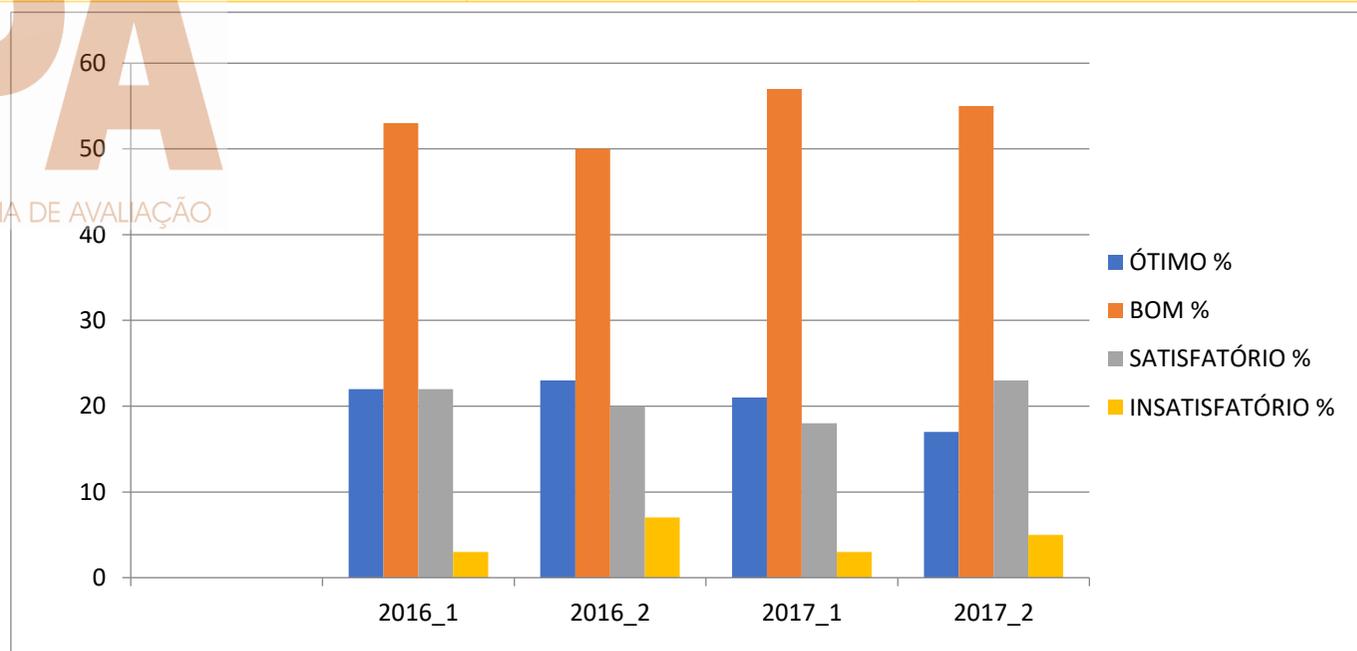


PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional

Percentuais de aprovação de estudantes

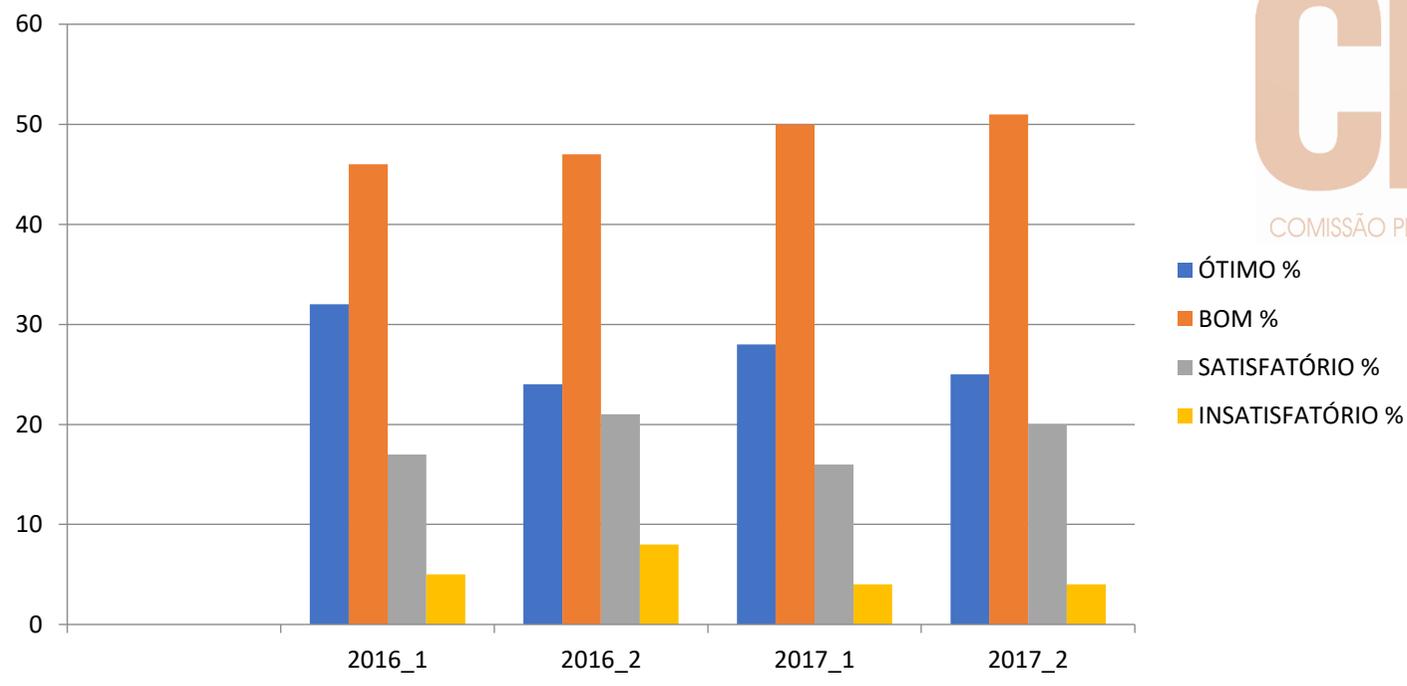
ANO	ÓTIMO %	BOM %	SATISFATÓRIO %	INSATISFATÓRIO %
2016_1	22	53	22	3
2016_2	23	50	20	7
2017_1	21	57	18	3
2017_2	17	55	23	5



EIXO 3 – Políticas Acadêmicas

Percentuais de aprovação de estudantes

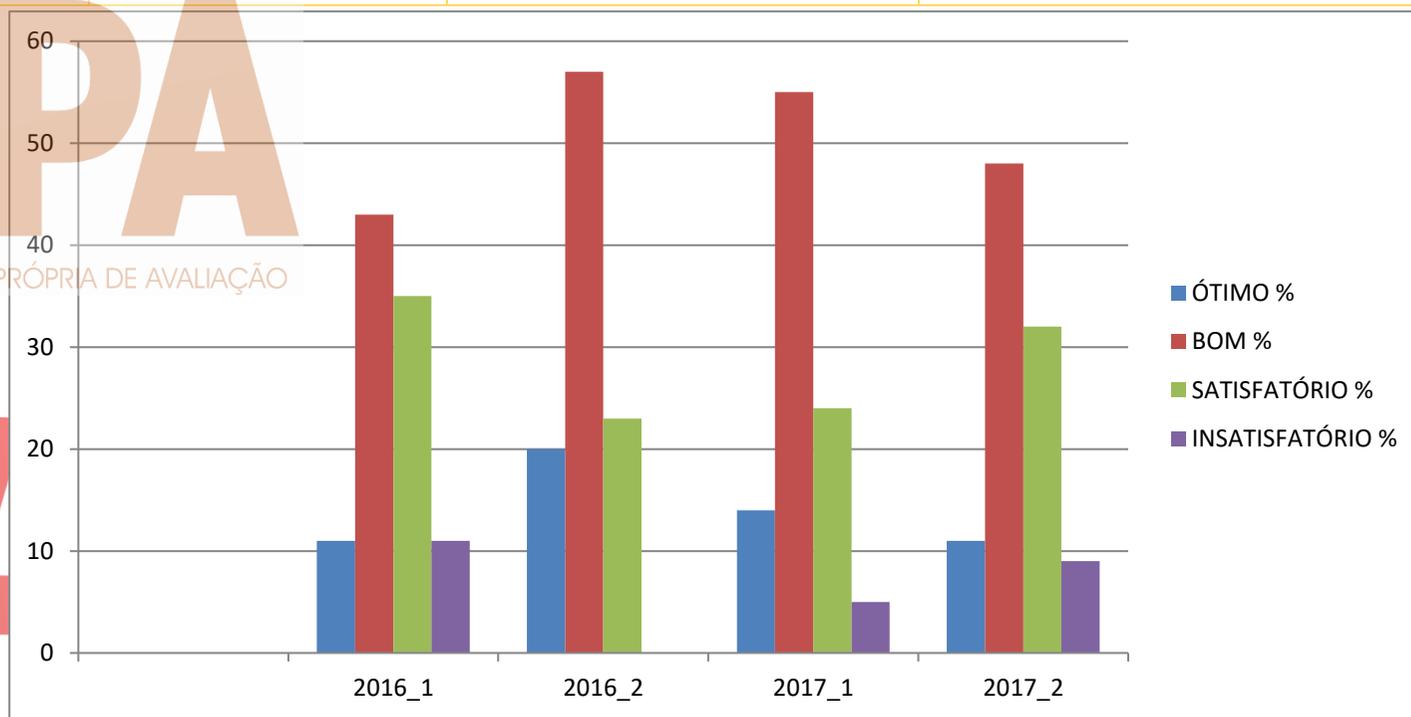
ANO	ÓTIMO %	BOM %	SATISFATÓRIO %	INSATISFATÓRIO %
2016_1	32	46	17	5
2016_2	24	47	21	8
2017_1	28	50	16	4
2017_2	25	51	20	4



EIXO 4 – Políticas de Gestão

Percentuais de aprovação de estudantes

ANO	ÓTIMO %	BOM %	SATISFATÓRIO %	INSATISFATÓRIO %
2016_1	11	43	35	11
2016_2	20	57	23	0
2017_1	14	55	24	5
2017_2	11	48	32	9

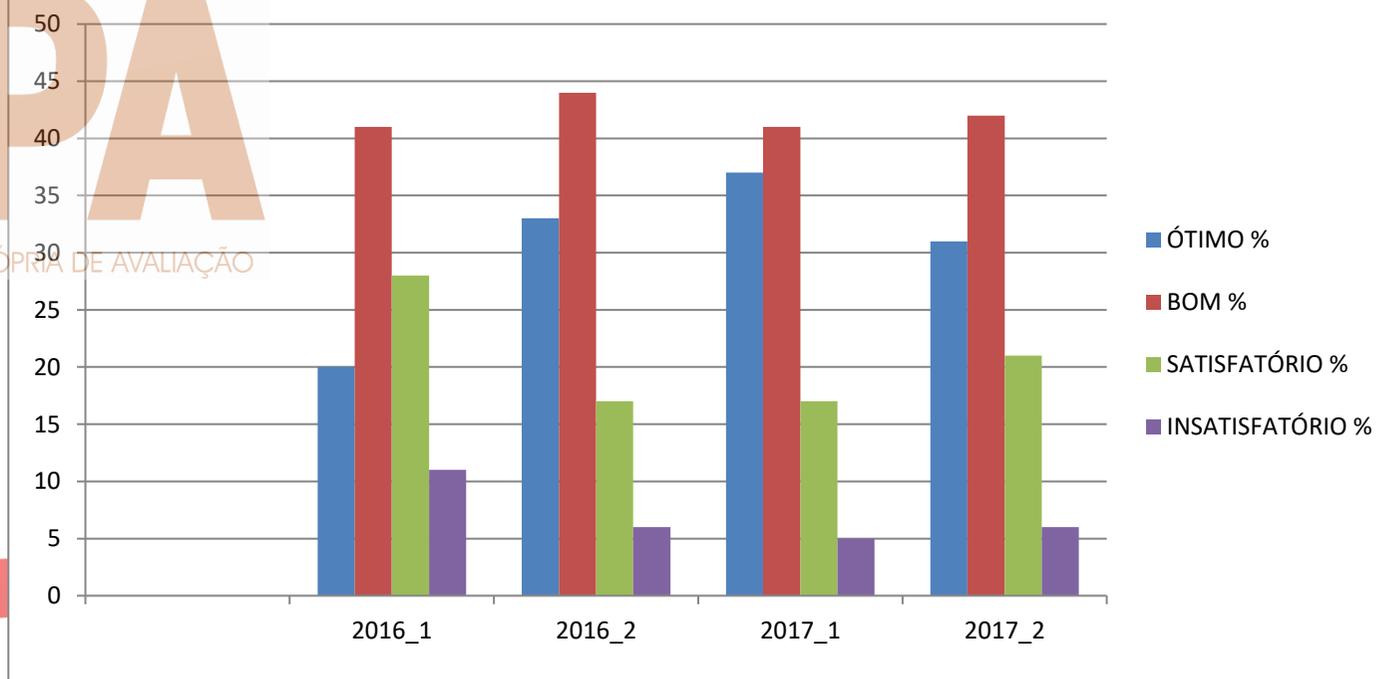


PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

EIXO 5 – Infraestrutura física

Percentuais de aprovação de estudantes

ANO	ÓTIMO %	BOM %	SATISFATÓRIO %	INSATISFATÓRIO %
2016_1	20	41	28	11
2016_2	33	44	17	6
2017_1	37	41	17	5
2017_2	31	42	21	6



1.6 Avaliação do Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional requer processo contínuo de avaliação, a fim de subsidiar o empreendimento de ações e melhorias que, articuladas aos processos de planejamento, fortalecem a cultura da avaliação e o desenvolvimento da IES. Portanto, é documento importantíssimo que estabelece as políticas institucionais com vistas a garantir a qualidade da comunidade de aprendizagem, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a responsabilidade socioambiental da IES. Isso requer a adoção de uma política de avaliação contínua que sinalize suas potencialidades e fragilidades para o redimensionamento de suas metas e ações. Essa política de Avaliação Institucional pode ser equacionada por meio dos processos avaliativos internos e externos, realizadas respectivamente, pela CPA e pelo INEP.

Os mecanismos de avaliação institucional permitem verificar a coerência entre a missão institucional e as políticas previstas neste documento – PDI. Também possibilita verificar as ações da IES frente aos impactos sociais por meio de suas práticas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os dados resultantes das avaliações internas e externas são elementos necessários que subsidiam a estruturação dos indicadores de qualidade nos processos acadêmico-



administrativos da IES. Desta feita, a dinâmica desses processos avaliativos é que permite o repensar dos objetivos e metas da faculdade junto à comunidade. Para tanto, as políticas internas de avaliação, são elementos norteadores dos rumos da IESCAMP.

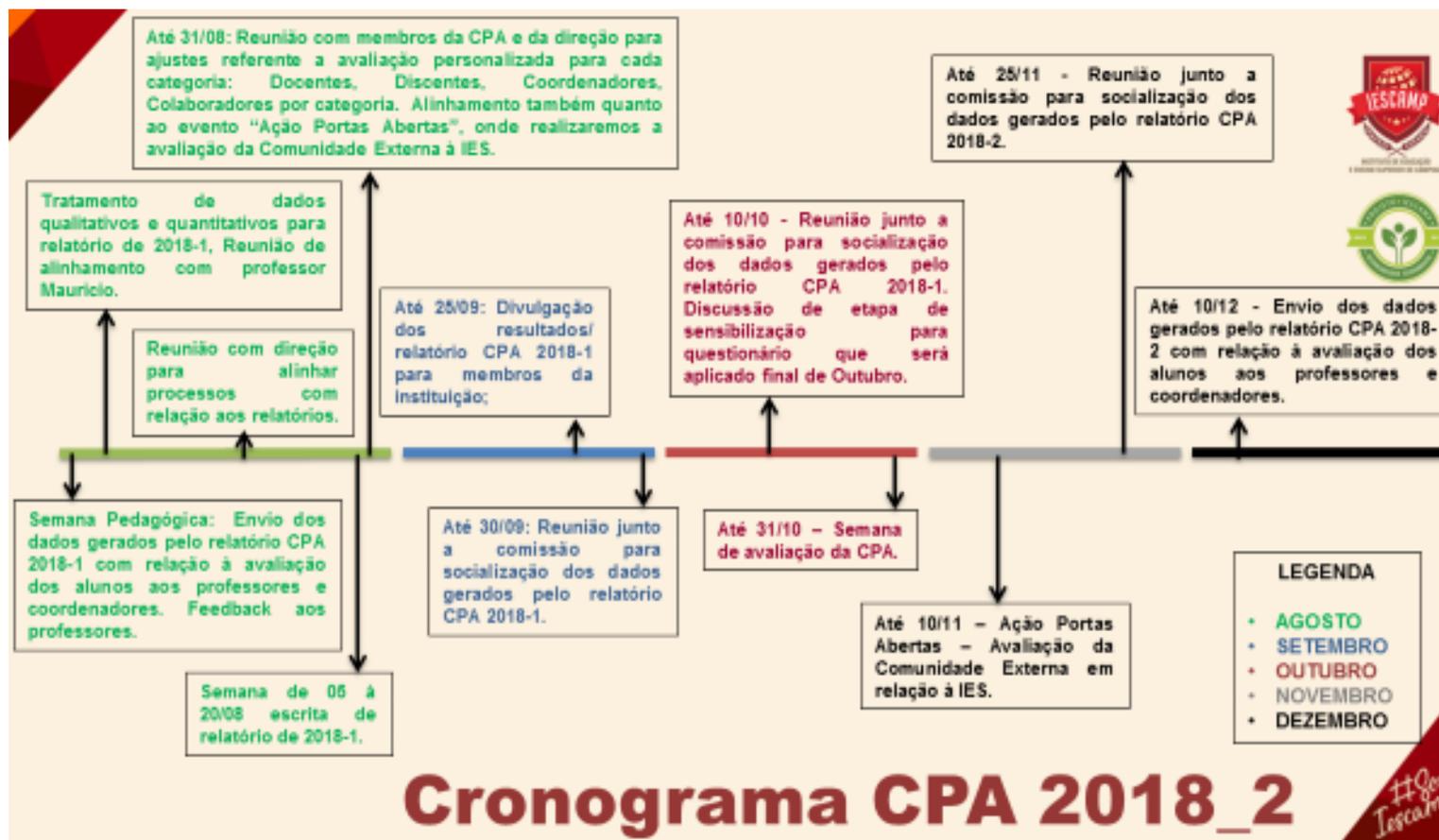
1.6.1 Acompanhamento do PDI 2018 – 2022

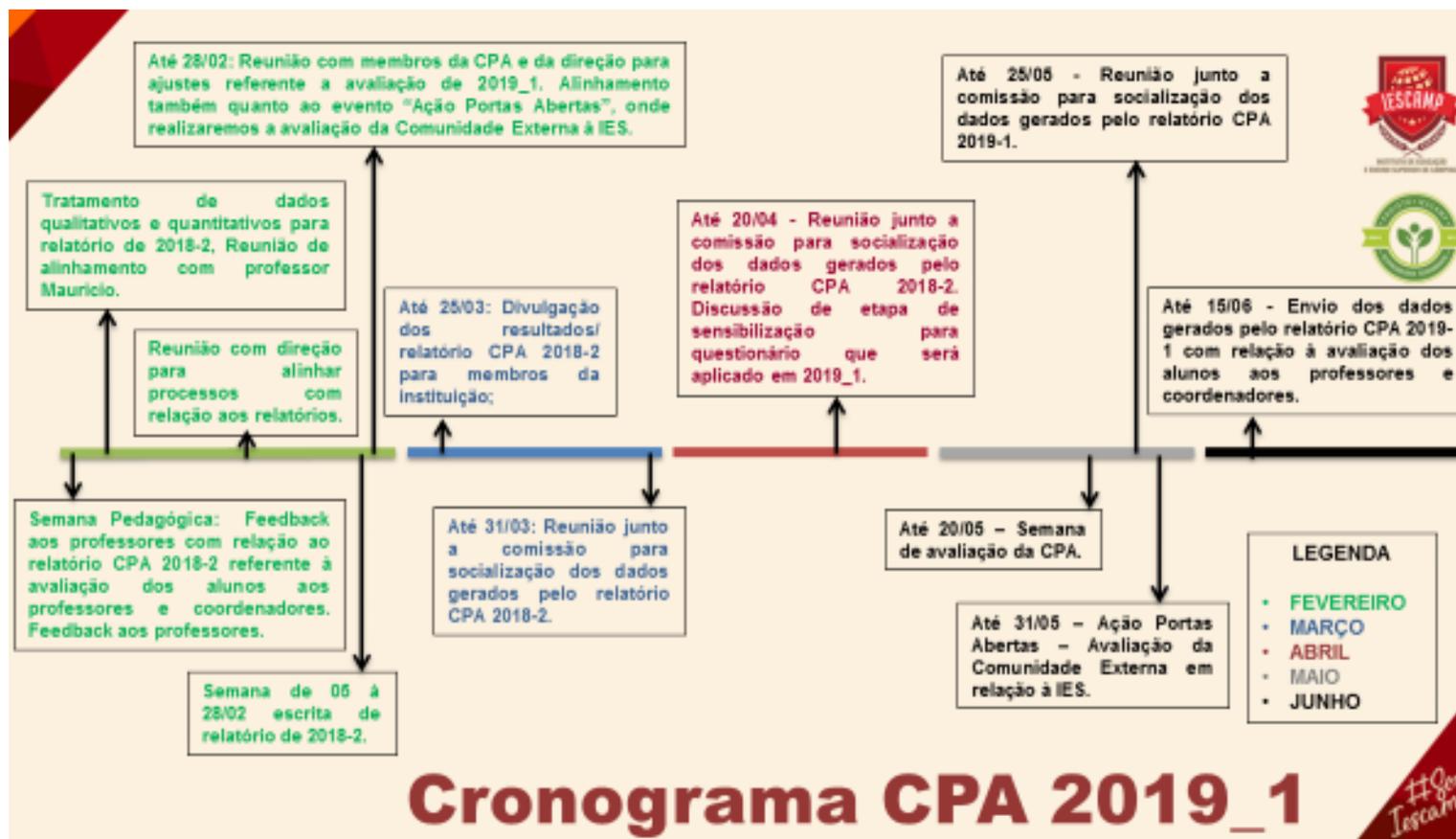
O acompanhamento desse documento, durante seu período de vigência será realizado pelo grupo gestor da IES em conjunto com a CPA, que terão como principal objeto verificar sua execução por meio das metas e ações traçadas, com o propósito de subsidiar o cumprimento das diretrizes e dos alinhamentos estratégicos institucionais almejados.

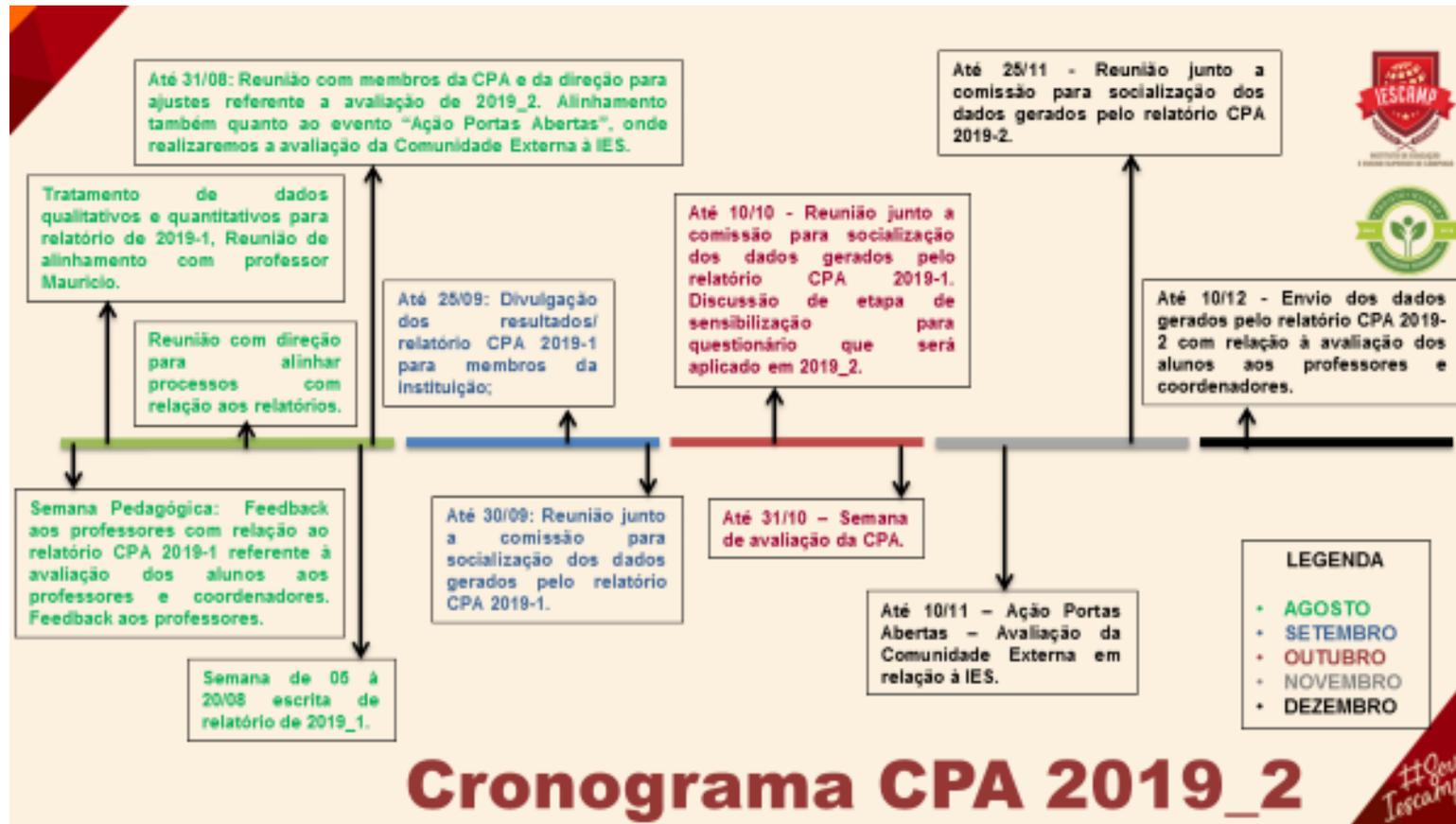
Os indicadores quando sujeitos à uma sistemática de acompanhamento possibilitam demonstrar as viabilidades e as fragilidades detectadas nos ciclos de autoavaliação previstos pela CPA, pois trata-se de ferramenta adequada ao replanejamento e correções de suas metas e ações, os quais permitem a elaboração de relatórios contínuos e do plano de melhorias a ser apresentado à gestão da IES. Também, os dados e informações obtidos pela CPA são elementos que contribuem para o diagnóstico e para o planejamento das etapas subsequentes ao processo de autoavaliação. Portanto, os resultados a partir desses diferentes instrumentos avaliativos e das percepções da comunidade acadêmica, propiciarão o estabelecimento das prioridades, conforme as demandas de cada etapa integrante do desenvolvimento institucional.

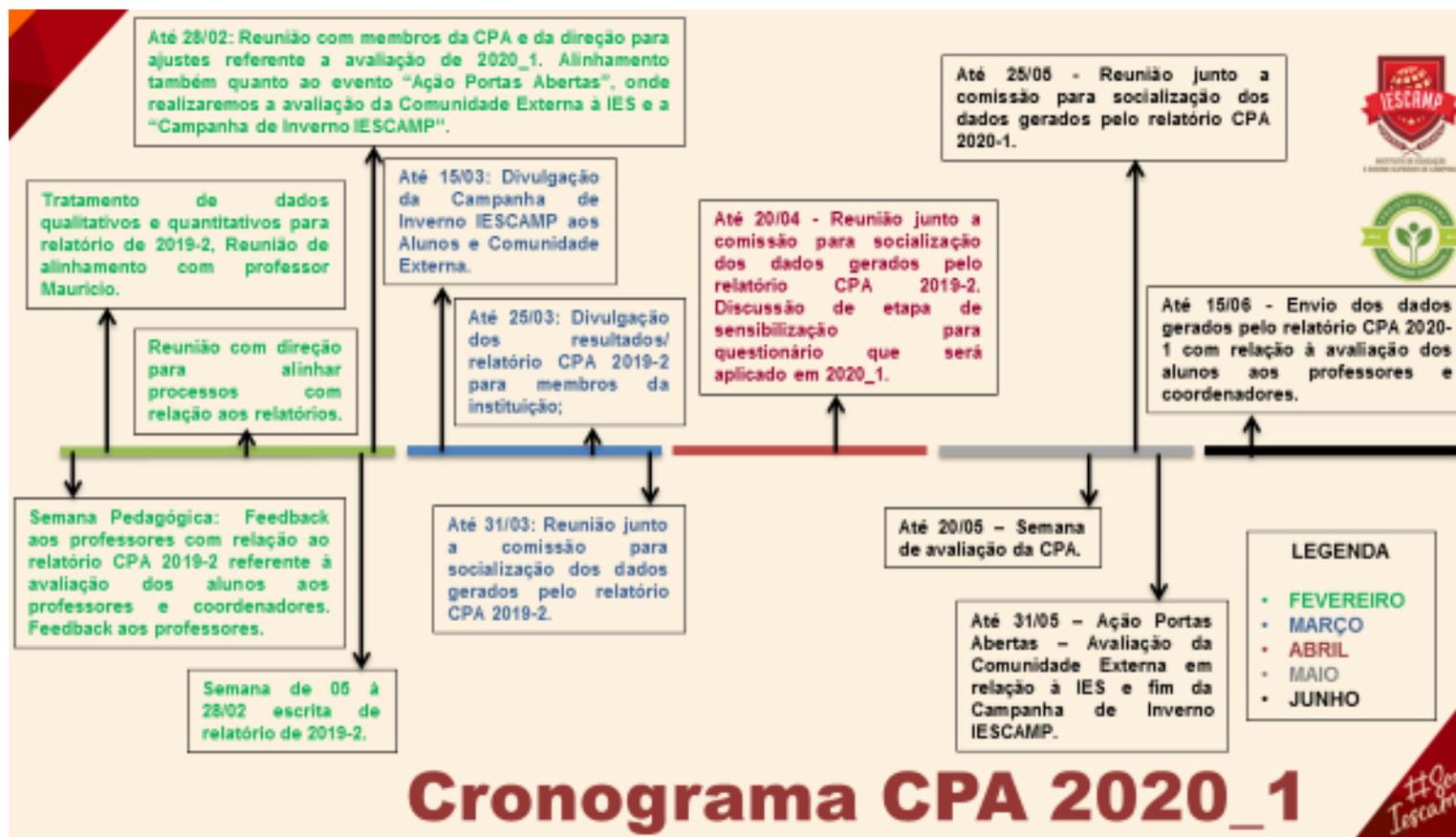
Dessa forma, a CPA da Faculdade IESCAMP contempla todos os segmentos que envolvem a comunidade acadêmica de acordo com os eixos indicadores da Lei N° 10.861, DE 15 /04/2004, que instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Abaixo, ilustração da composição da CPA IESCAMP:

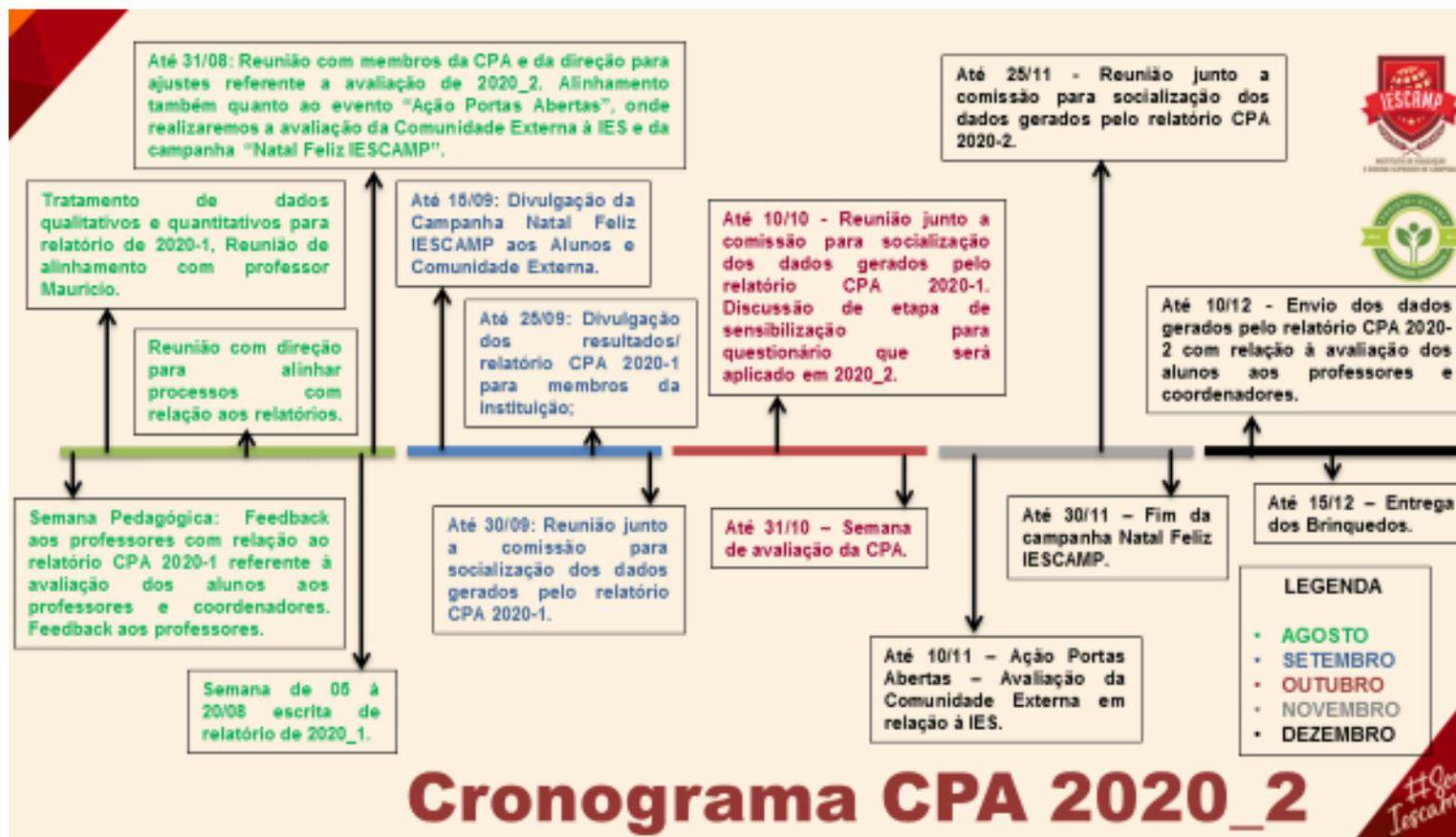


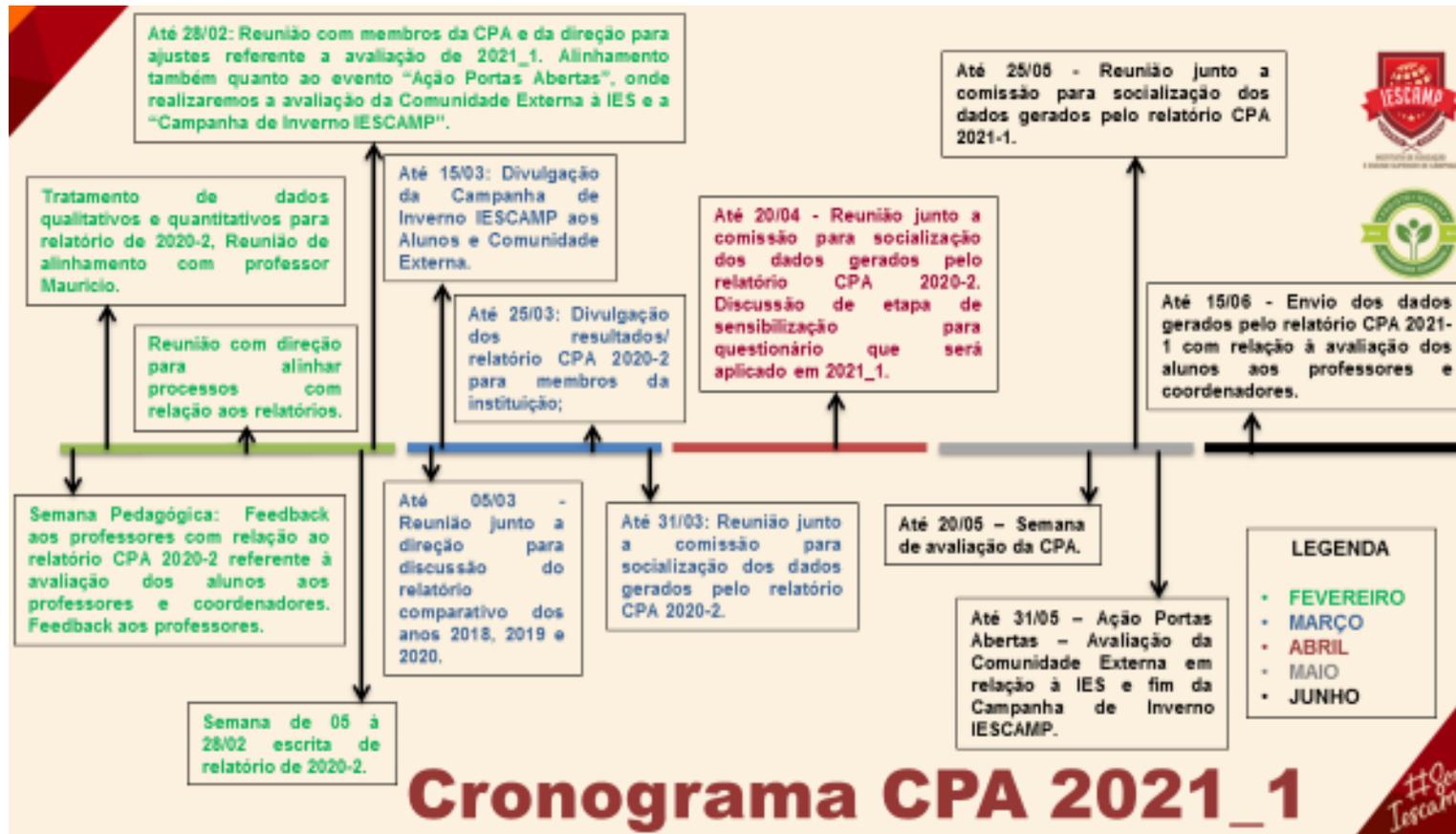


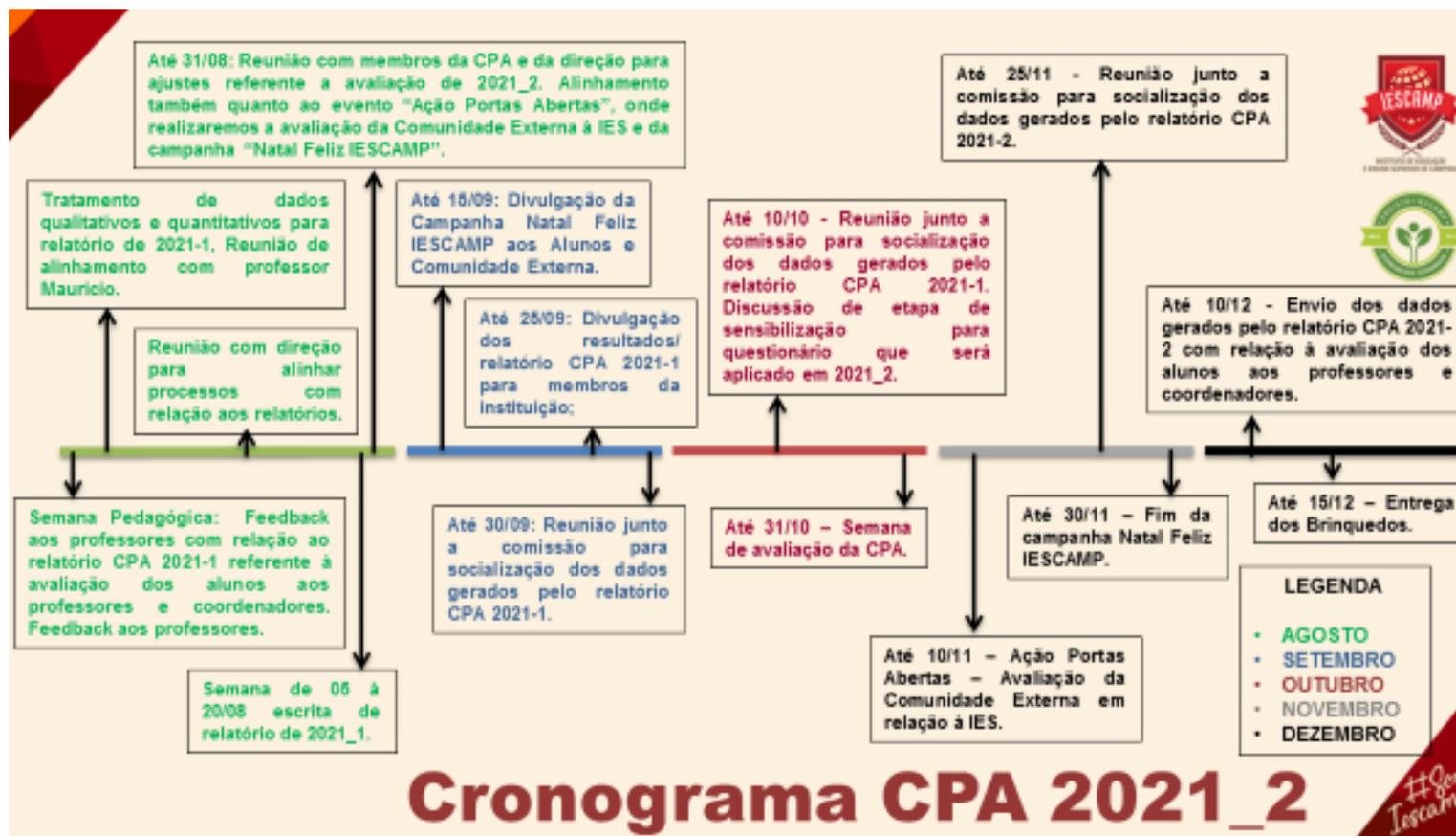


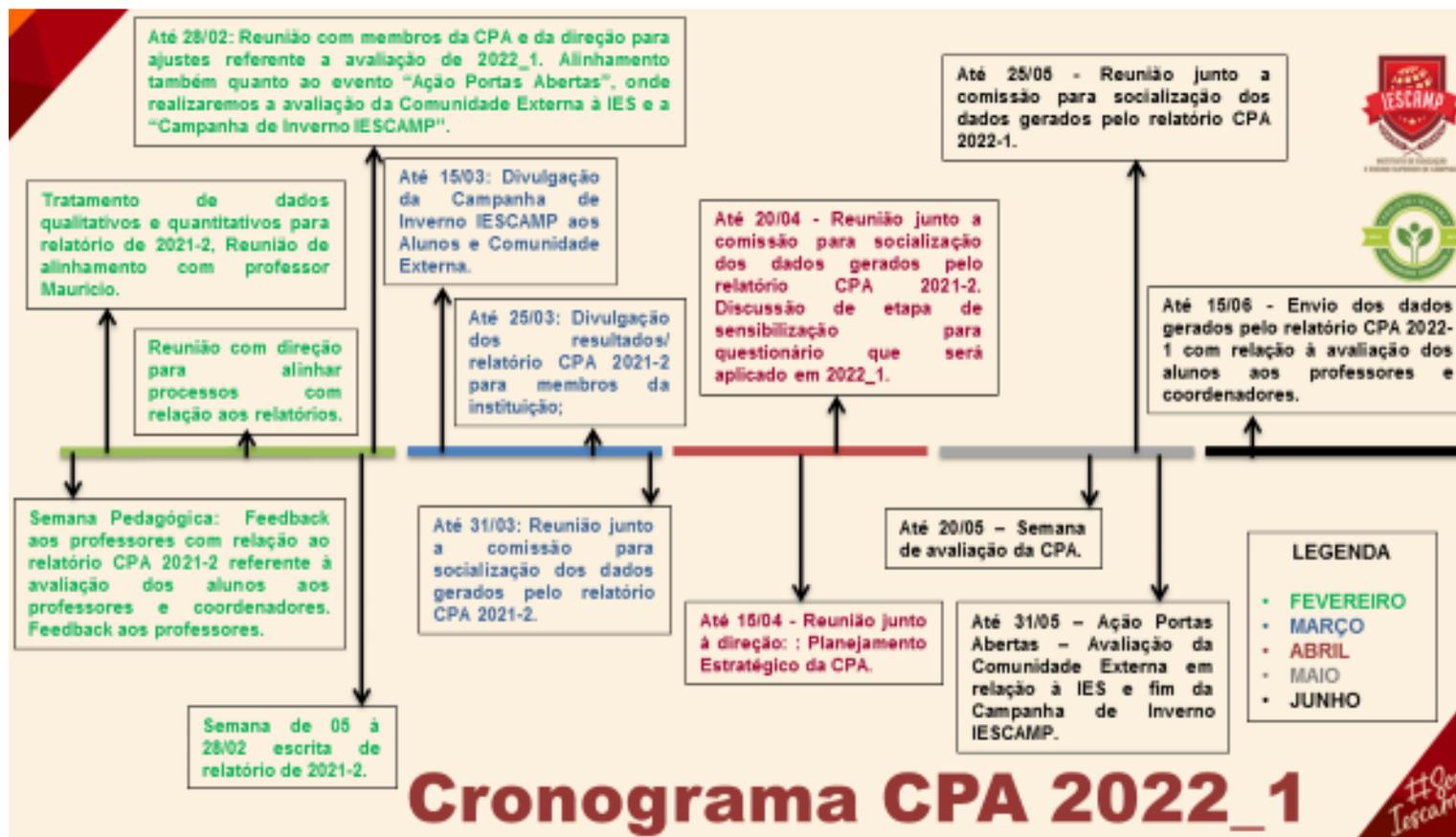


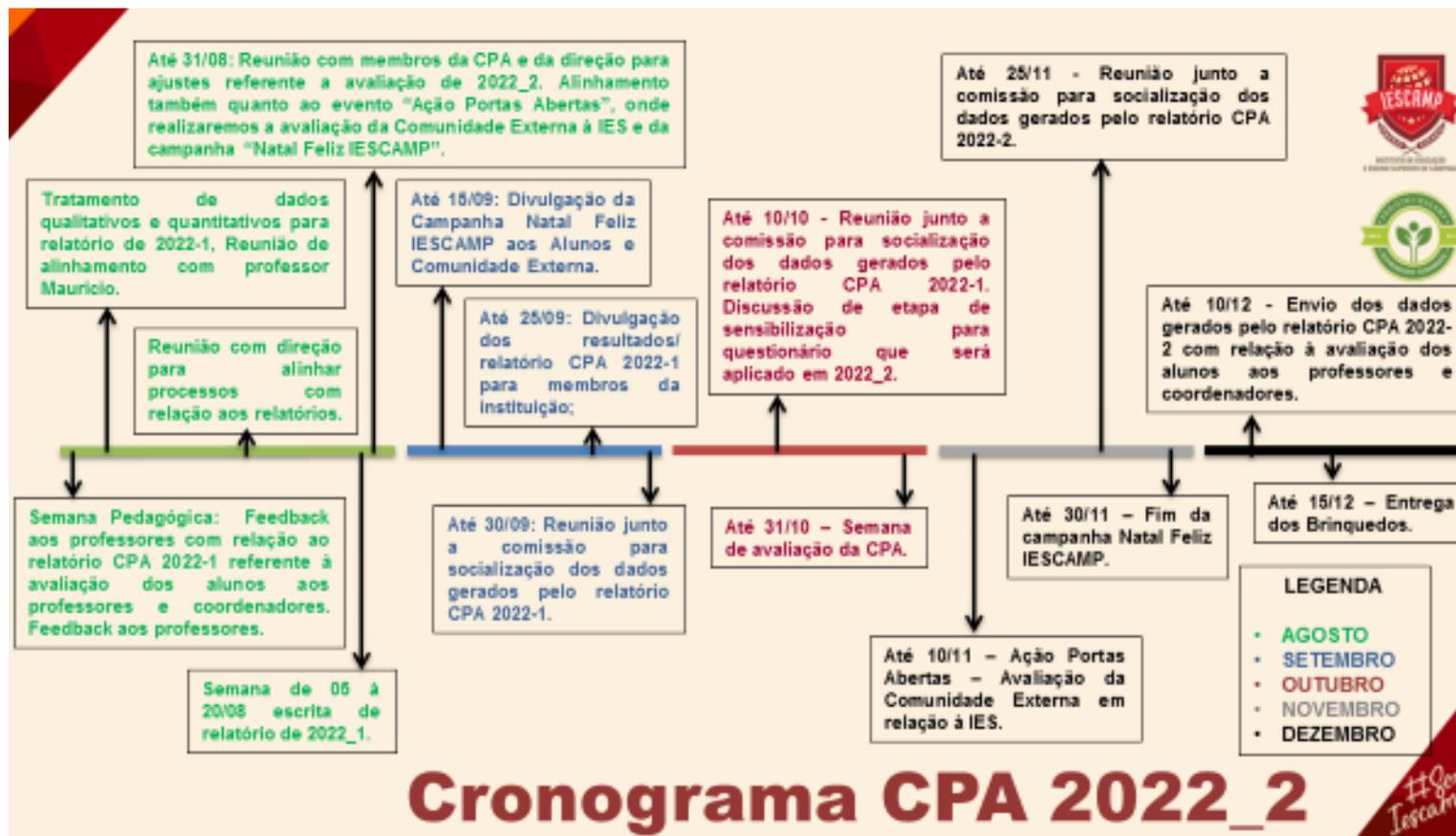












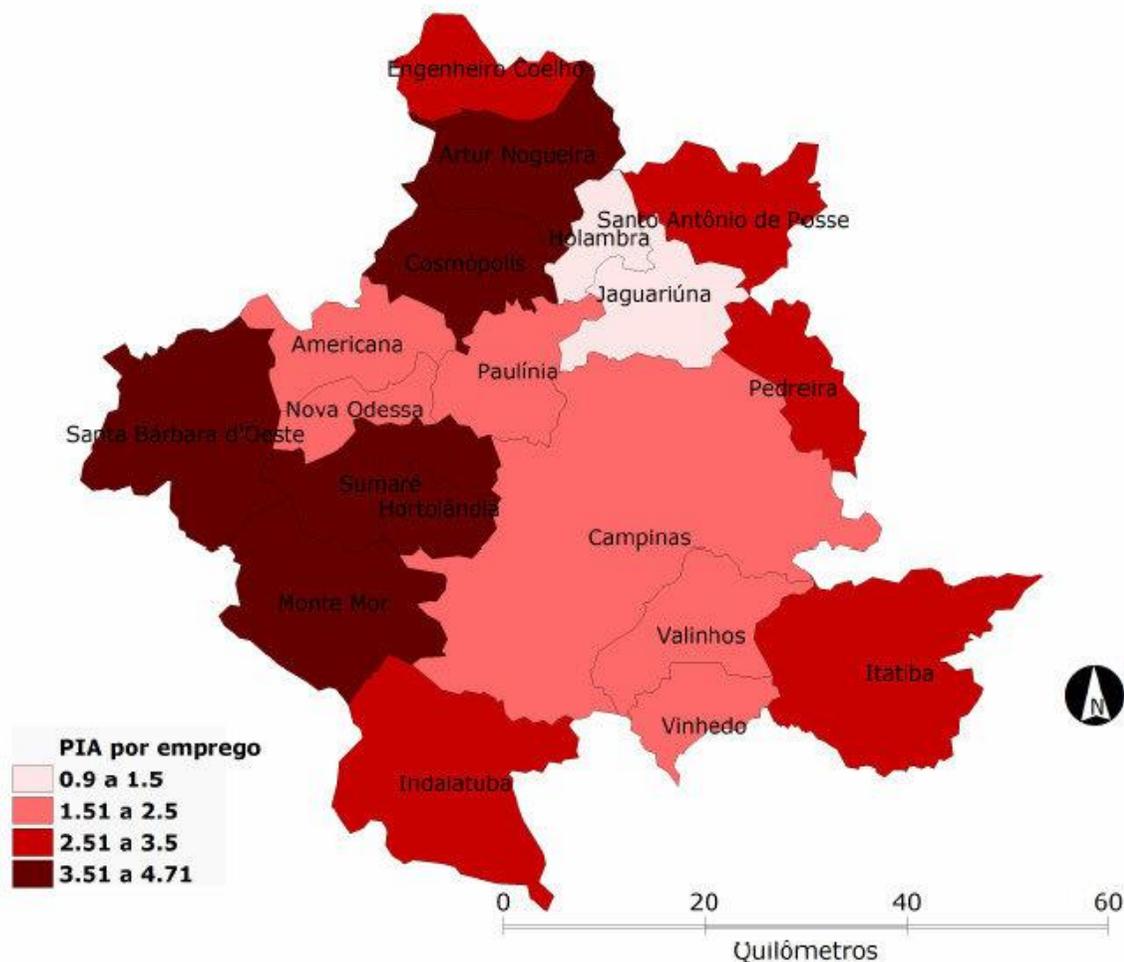
2. Desenvolvimento institucional

2.1 Inserção Regional

2.1.1 Da disposição geográfica

A cidade de Campinas e mais 20 municípios paulistas formam a REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – RMC, segundo *site* oficial da Prefeitura Municipal de Campinas, onde está localizada a FACULDADE IES CAMP. Fazem parte da Região Metropolitana de Campinas - RMC as seguintes cidades: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, as quais juntas somam a área de 3.791,91 m², com PIB é de 157.842.099 milhões e mais de 3 milhões de habitantes. Esta região é considerada o terceiro maior centro industrial do País e o segundo do Estado de São Paulo, (atrás da região metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro), gerando 8,5% do PIB do Estado de São Paulo no ano 2014. O PIB da cidade de Campinas perfaz em um total de aproximadamente R\$ 57.673.309,00.

Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

2.2 Indicadores da RMC

MUNICÍPIOS	MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	ESTIMATIVA PARA 2018	ESTIMATIVA PARA 2019	ESTIMATIVA PARA 2020
Americana	0,82	235.777	237.702	239.643
Artur Nogueira	1,43	52.730	53.485	54.250
Campinas	0,65	1.190.089	1.197.799	1.205.558
Cosmópolis	1,41	70.060	71.048	72.050
Engenheiro Coelho	1,97	19.882	20.275	20.675
Holambra	1,97	14.289	14.571	14.858
Hortolândia	1,22	224.891	227.630	230.402
Indaiatuba	1,53	243.277	247.009	250.798
Itatiba	1,17	117.869	119.251	120.649
Jaguariúna	1,83	55.198	56.210	57.240
Monte Mor	1,37	58.021	58.813	59.616
Morungaba	0,95	13.358	13.485	13.613
Nova Odessa	1,06	58.846	59.471	60.103
Paulínia	2,04	104.587	106.717	108.891
Pedreira	0,92	47.027	47.461	47.898
Santa Bárbara D'Oeste	0,38	192.615	193.343	194.074
Santo Antônio de Posse	0,76	22.974	23.148	23.323
Sumaré	1,09	275.993	279.011	282.062
Valinhos	1,29	125.628	127.252	128.897
Vinhedo	1,47	76.233	77.353	78.489
RMC	0,98	3.199.343	3.231.033	3.263.091

Fonte: IBGE OML/AGECAMP/2018



A cidade de Campinas está localizada no interior do Estado de São Paulo. Pertence à microrregião e mesorregião homônimas, distante 99 km a noroeste da capital estadual, a cidade de São Paulo. Ocupa uma área de 794,57 km². Sua densidade demográfica é de 1.488, 14 hab/Km². Em 2017, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1.182.429 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso de São Paulo (ficando atrás de Guarulhos e da capital) e o décimo quarto de todo o país.

A população de Campinas está distribuída por vários bairros e pelos **Distritos de Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo, Nova Aparecida, Campo Grande e Ouro Verde**. **Campinas** completou no ano de 2017, 243 anos de história. Fundada em 14 de julho de 1774, a cidade teve no café e na cana-de-açúcar as importantes atividades econômicas. Contudo, desde a década de 1930, a indústria e o comércio são as principais fontes de renda, o que a faz ser considerada um polo industrial regional. Campinas é considerada a décima cidade mais desenvolvida do Brasil, responsável por pelo menos 15% de toda a produção científica nacional e o terceiro maior polo de pesquisa e desenvolvimento brasileiro. Possui ainda diversos atrativos turísticos, com valor histórico, cultural ou científico tais como: museus, parques e teatros. A Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas, fundada em 1974, é considerada uma das principais do país.

2.2.1 Educação:

Na área educacional o Município de Campinas conta com escolas em todas as suas regiões. A população da zona rural tem fácil acesso às escolas em bairros urbanos próximos em razão da alta taxa de urbanização da cidade.

Segundo dados do *site* - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, entre os anos de 2000 e 2010, “o IDHM passou de 0,735 em 2000 para 0,805 em 2010 - uma taxa de crescimento de 9,52%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,58% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,117), seguida por Longevidade e por Renda.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Data	Campinas	Município de maior IDHM no Brasil	Município de menor IDHM no Brasil	IDHM Brasil	IDHM São Paulo
1.991	0,618	0,697	0,120	0,493	0,578
2.000	0,735	0,820	0,208	0,612	0,702
2.010	0,805	0,862	0,418	0,727	0,783

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ainda segunda a fonte http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp, as proporções da população educacional da cidade de Campinas constituída por crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar no município de Campinas, em 2010 registrou o percentual de 93,61% de crianças de 5 a 6 anos, frequentando a escola. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 87,20%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo foi de 69,52%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 53,20%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 55,17 pontos percentuais, 27,83 pontos percentuais, 33,91 pontos percentuais e 30,68 pontos percentuais.

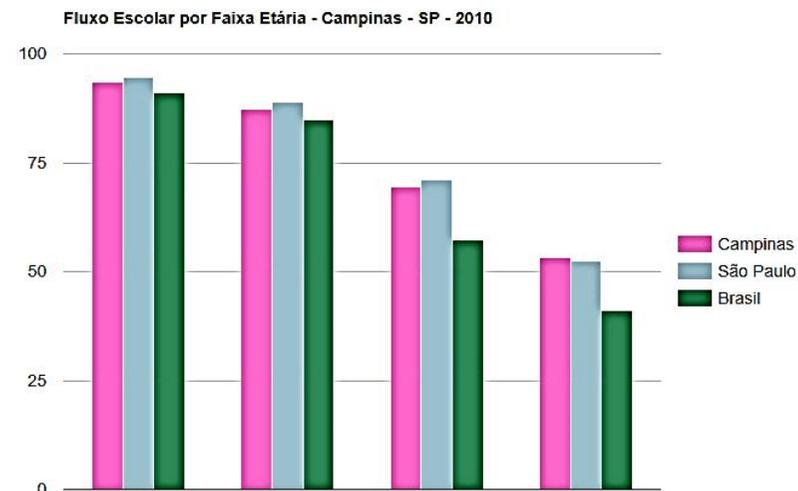
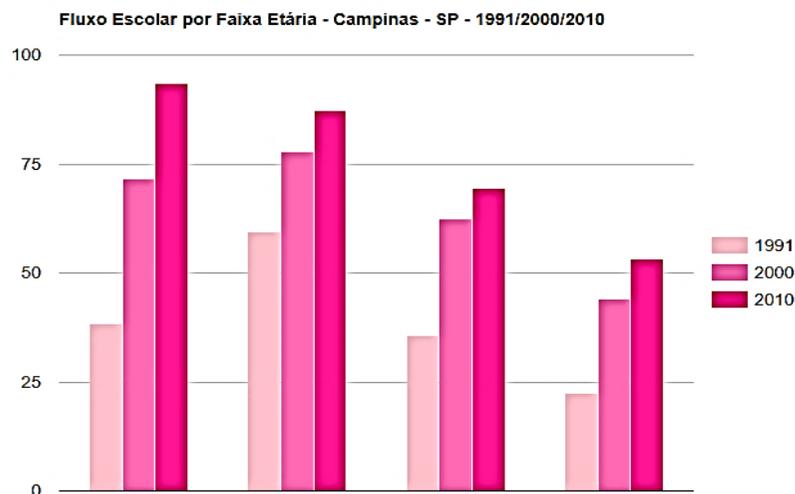
Campinas	São Paulo	Brasil
93,61%	94,49%	91,12%
87,20%	89,04%	84,86%
69,52%	71,21%	57,24%
53,20%	52,33%	41,01%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Em 2010, 89,28% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 87,93% e, em 1991, 79,75%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 21,46% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 15,74% e, em 1991, 10,24%.

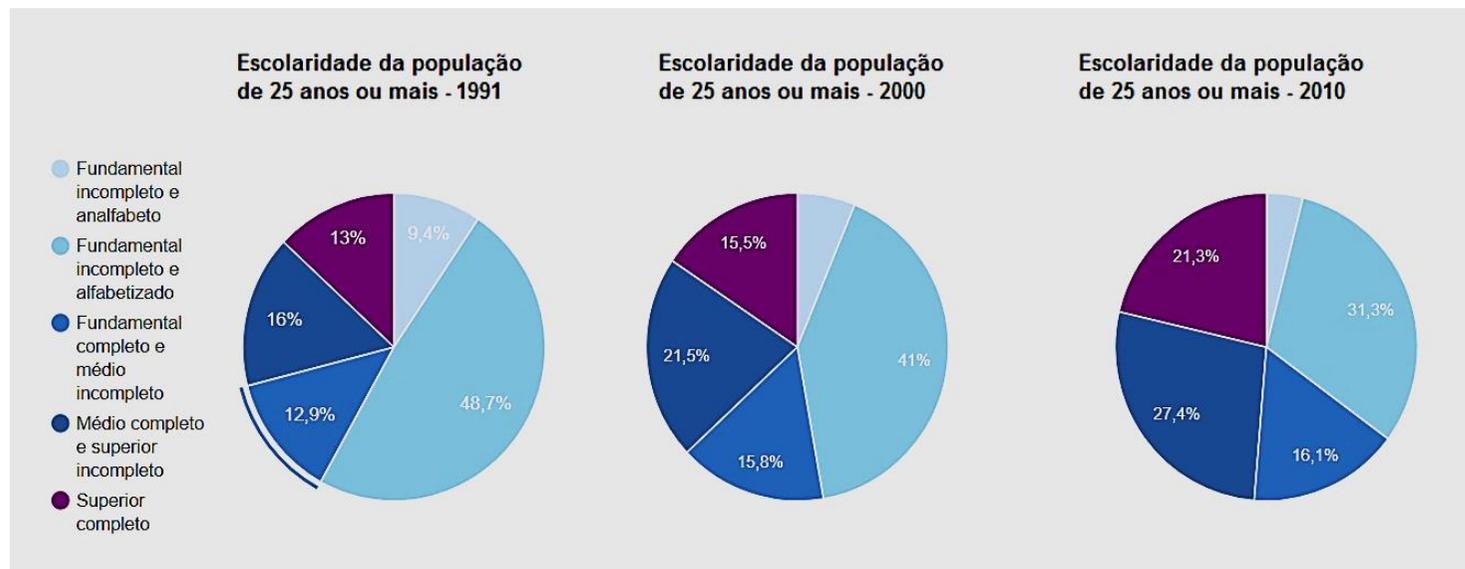


Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Os gráficos acima referem-se à expectativa de anos de estudo sintetizando a frequência da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,06 anos para 10,10 anos, no município, enquanto no Brasil passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 9,85 anos, no município, e de 9,68 anos no país. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp).

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Ainda segundo os dados deste site, um outro indicador importante que também compõe o IDHM Educação refere-se à escolaridade da população adulta. Em outros termos, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. “Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 56,84% para 67,71%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os



percentuais eram de 44,77%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,89% eram analfabetos, 64,84% tinham o ensino fundamental completo, 48,72% possuíam o ensino médio completo e 21,31%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%”, conforme ilustram os gráficos.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Por outro lado, o Censo Escolar, entre 2012 e 2013, mostrou um pequeno crescimento de matrículas no ensino médio em Campinas, pois o número de estudantes cresceu de 35.499 para 35.743. Registrou-se também, neste mesmo período, um aumento no número de matriculados no ensino médio em período integral, de 138 para 415 estudantes.

2.2.2 Economia e Trabalho

Nos últimos 100 anos, a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Situada nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo, comporta um parque industrial abrangente, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 1,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 12,07% na indústria de transformação, 5,96% no setor de construção, 0,96% nos setores de utilidade pública, 14,74% no comércio e 53,43% no setor de serviço.

De acordo com os dados do site http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população negra, em 2010, é de 0,741, o que situa essa parcela da população de Campinas na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O IDHM da população branca é de 0,836, que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). Em números absolutos, a diferença entre ambos é de 0,095, conforme quadro abaixo:

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Campinas – SP

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	68,99	68,73
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	14,58	6,25
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	70,97	77,69
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	66,52	75,29
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	48,19	57,98
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	12,80	6,98
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	45,98	48,94

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A vulnerabilidade social de Campinas pode ser exemplificada no quadro a seguir, segundo dados do mesmo site, Atlas Brasil:



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Vulnerabilidade Social - Município - Campinas – SP

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	23,60	18,06	11,81
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	72,27	44,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	13,27	5,17	4,05
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	7,07	4,92
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,69	2,71	1,85
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	5,55	4,86
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	8,28	9,32	10,72
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,90	1,04	0,83
% de crianças extremamente pobres	1,77	3,02	2,30
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	17,46	18,34	11,39
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	31,33	21,66
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	94,02	97,26	97,30

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Outros dados interessantes que devem ser considerados são os que se relacionam as questões de renda, pobreza e desigualdade social que, segundo esta mesma fonte, podem ser verificados nos seguintes quadros:

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Campinas – SP				
	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Renda per capita	-	-	735,52	1.696,71
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	1.178,14	2.435,94
% de extremamente pobres	-	-	2,04	0,60
% de pobres	-	-	5,79	1,85
Índice de Gini	-	-	0,46	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Ocupação de trabalho da população de 18 anos ou mais - Município - Campinas – SP				
	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	-	-	71,81	67,61
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	-	-	8,30	5,32
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	75,59	78,62
Nível educacional dos ocupados				
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	-	-	63,00	80,74
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	-	-	40,80	65,68
Rendimento médio				
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	9,53	5,85
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	66,61	41,14
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	93,67	74,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Destaca-se ainda pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, bem como no **Aeroporto de Viracopos** – o segundo maior terminal aéreo de cargas do País, localizado no município de Campinas. Em 2012, Viracopos registrou um fluxo de cargas embarcadas e desembarcadas em vôos internacionais de cerca de 246.219 toneladas. De cada três toneladas de mercadorias exportadas e importadas, uma passa pelo aeroporto, que também responde por 18,1% do fluxo aéreo total de cargas no Brasil. Em relação ao transporte de passageiros, o aeroporto campineiro ultrapassou a marca de 8,8 milhões de passageiros.



A RMC também conta com a Região do Polo Têxtil que compreende os municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Nova Odessa e Hortolândia sendo o maior do Brasil, responsável por 85% da produção nacional de tecidos. A REPLAN, maior refinaria da Petrobras em produção, encontra-se também nessa região, na cidade de Paulínia município pertencente a RMC.

A RMC conta com amplo sistema viário, bastante ramificado, e que apresenta os seguintes eixos principais: a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera, que ligam a cidade de São Paulo ao interior paulista, cortando RMC; a rodovia SP-304, rumo a Piracicaba, a Rodovia Santos Dumont, rumo a Sorocaba e a Rodovia Dom Pedro I, que faz a ligação com o Vale do Paraíba, entre outras. Entre as rodovias que servem de ligação entre as cidades da RMC, se destacam:

- Rodovia Professor Zeferino Vaz (Campinas-Paulínia-Cosmópolis-Artur Nogueira-Conchal)
- Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença (Campinas-Hortolândia-Capivari)
- Rodovia Prefeito José Lozano Araújo ou Rodovia 330-110 (Paulínia-Sumaré-Hortolândia)
- Rodovia Adhemar de Barros (Campinas-Mogi Mirim-Mogi Guaçu)
- Rodovia Doutor Roberto Moreira (Paulínia-Campinas)
- Rodovia Miguel Melhado Campos (Vinhedo-Campinas)
- Rodovia Miguel Noel Nascentes Burnier (Mogi-Mirim-Campinas)

2.2.3 Ciência e Tecnologia

Embora a história que ligue Campinas à tecnologia remonte há mais de cem anos (Campinas foi a terceira cidade do mundo a adotar a tecnologia do telefone, em 1883, após Chicago e Rio de Janeiro quando foram instalados 57 aparelhos e o Instituto Agrônomo de Campinas que foi fundado em 1887) a cidade ganhou um grande impulso com a estruturação do campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), iniciada em 1962.



Atualmente, Campinas é o terceiro maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por pelo menos 15% da produção científica nacional (segundo dados de 2010). As universidades locais também têm grande empenho na área, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que é a maior produtora de patentes de pesquisa no país, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Faculdades de Campinas (FACAMP), a Faculdade Metrocamp, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), dentre outras.

Além de diversas instituições de ensino superior e, dentre elas a FACULDADE IESCAMP, o município também sedia importantes institutos de pesquisas, como o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Centro de Tecnologia da Informação Renato Ascher (CTI), Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), dentre outros.

2.2.4 Saúde:

Na cidade existem 19 hospitais gerais, sendo três públicos, onze privados e cinco filantrópicos. Campinas conta ainda com 11 443 médicos, 10,7 para cada mil habitantes, e, em 2009, havia 341 290 mulheres em idade fértil (entre 10 e 49 anos). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da longevidade em Campinas é de 0,860, com expectativa de vida de 72,22 anos.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Campinas possui 51 médicos, 18 enfermeiros e 70 motoristas. Também há 61 Centros de Saúde (Unidades Básicas de Saúde), aproximadamente 1 para cada 20 mil habitantes.



2.2.5 Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente concebe o meio ambiente como sendo patrimônio público, o qual deverá ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (Lei Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938/1981, art. 2º, I).

Desta forma, cumpre apontar que, em nível constitucional, os princípios da ordem econômica, do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da função social da propriedade ensejam análise nas cidades e no campo. Nesta ótica, o desenvolvimento sustentável tem como característica a satisfação das necessidades humanas (habitação, trabalho, lazer, cultura, transporte, saúde, educação, entre outros) e a busca da eliminação das externalidades negativas produzidas por essas atividades antrópicas.

A Constituição de 1988 confere aos poderes públicos, bem como ao cidadão ou a sociedade não somente a possibilidade, mas também o dever de proteção do meio ambiente (art. 225). Nesse sentido, os entes federativos têm competência comum para tratar a questão ambiental por meio da elaboração de Políticas Ambientais Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais, conforme disciplinada nesta Carta Magna em seu art. 23, caput e inciso VI, atualmente regulamentada pela Lei Complementar nº 140/2011.

Pelos registros históricos é possível observar que a relação da cidade com o ambiente natural nunca foi harmoniosa. Desde 1770 quando as matas e florestas começaram a ser sistematicamente derrubadas para dar espaço para o plantio de cana-de-açúcar passando, anos a frente, já em meados do Século XIX, para o cultivo de café, os recursos naturais sempre foram depauperados em prol de um uso mais utilitário do espaço e dos ativos ambientais.

Segundo o diagnóstico do PMV (2016) há relatos do naturalista Saint Hilaire, do início do Século XIX, descrevendo “a presença de florestas não muito distantes da sede da cidade, mas também a presença de mais de cem engenhos de açúcar e destilarias” mostrando de forma clara a desconfiguração da paisagem natural em detrimento de seu uso, naquele momento, agrícola. Se os resultados dessa visão utilitarista promoveram Campinas e região a um status de destaque como maior produtor de café



de São Paulo no Século XIX, pela criação de uma malha ferroviária consistente com o avanço da produção agrícola, pelo desenvolvimento industrial, urbanização e crescimento demográfico, por outro lado suprimiu ainda mais as matas virgens criando fragmentos de vegetação isolados e pouco representativos dos biomas que existiam. Prova disso é que entre 1836 e 1854, enquanto a Província de São Paulo crescia 2,1%, Campinas crescia 4,3% (BAENNIGER, 2002 apud PMV, 2016), mostrando que o crescimento populacional da cidade sobrepujava ao da Província, especialmente durante o ciclo do café.

Com a evolução dos ciclos econômicos, Campinas passou de agrícola para industrial e, posteriormente, para prestação de serviços. Com isso, o crescimento populacional e o processo de construção do espaço urbano consolidaram a forma de uso e ocupação da paisagem (não mais natural), promovendo, de um lado a produção tecnológica, de outro a especulação imobiliária. Uma primeira forma de reorganização da cidade foi o “Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas” promovido por Francisco Prestes Maia (1934) que “induziu o loteamento de grandes fazendas e estabeleceu eixos viários, produzindo um novo cenário de ocupação” (PMRH, 2016) e trouxe para a cidade a visão higienista de canalização dos cursos d’água e ocupação das planícies de inundação e supressão das matas ciliares.

A adoção desse tipo de planejamento teve como motivação a questão urgente de saúde pública e saneamento, além de promover a “implantação de jardins urbanos traduzidos como praças ajardinadas, passeios públicos e avenidas arborizadas, cujas áreas verdes se tornam o novo elemento para a definição do traçado urbano ... se configurando como um relevante instrumento de organização e embelezamento do espaço” (LIMA, 2007 apud PMV, 2016). No entanto, consolidou na alma do campineiro o desapego às matas e a valorização do urbano, do concreto, do artificial. Na mesma direção, a construção dos eixos viários das Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, D. Pedro I e Santos Dumont e dos aeroportos do Campo dos Amarais e de Viracopos reafirmou a vocação pelo modo de vida veloz e tecnológico em detrimento do natural. Com isso, a cidade virou as costas para os seus recursos naturais associando, por exemplo, os cursos d’água com vielas e canais sanitários.

O diagnóstico feito pelo PMRH (2016) afirma: “a relação do município com os Recursos Hídricos pode ser interpretada pelos projetos de loteamento e uso do solo, que frequentemente marginalizam os bens ambientais, colocando-os nos fundos dos lotes ou em áreas de praça doadas ao município sem o mínimo de acessibilidade,

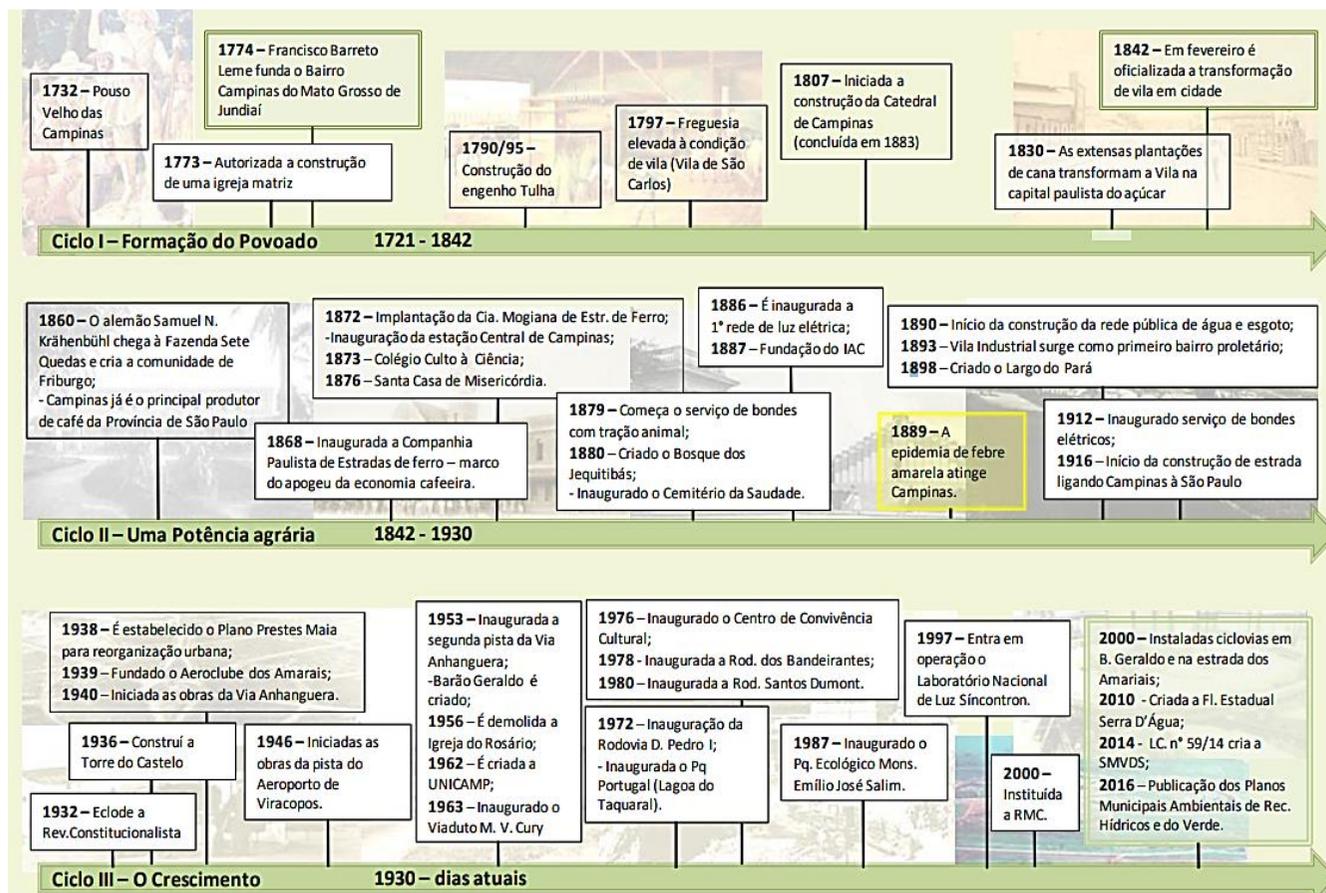


investimento em função social (dessas áreas), paisagismo ou se quer recuperação ambiental. Falta a integração e a adoção dessas importantes áreas no desenvolvimento dos projetos urbanísticos para combater a marginalização de tais áreas.” Segundo o PMRH (2016), atualmente a cidade é composta de um mosaico de usos industriais, comerciais e de serviços encravados em uma matriz puramente residencial concentrada nas regiões centro e sul da cidade. Nas regiões periféricas, especialmente ao norte do município, predominam usos rurais, as áreas verdes e as unidades de conservação.

Para melhor compreensão do processo histórico ambiental de cidade de Campinas, retomamos abaixo, figura ilustrativa do site oficial do governo municipal, com os ciclos e períodos formativos:



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

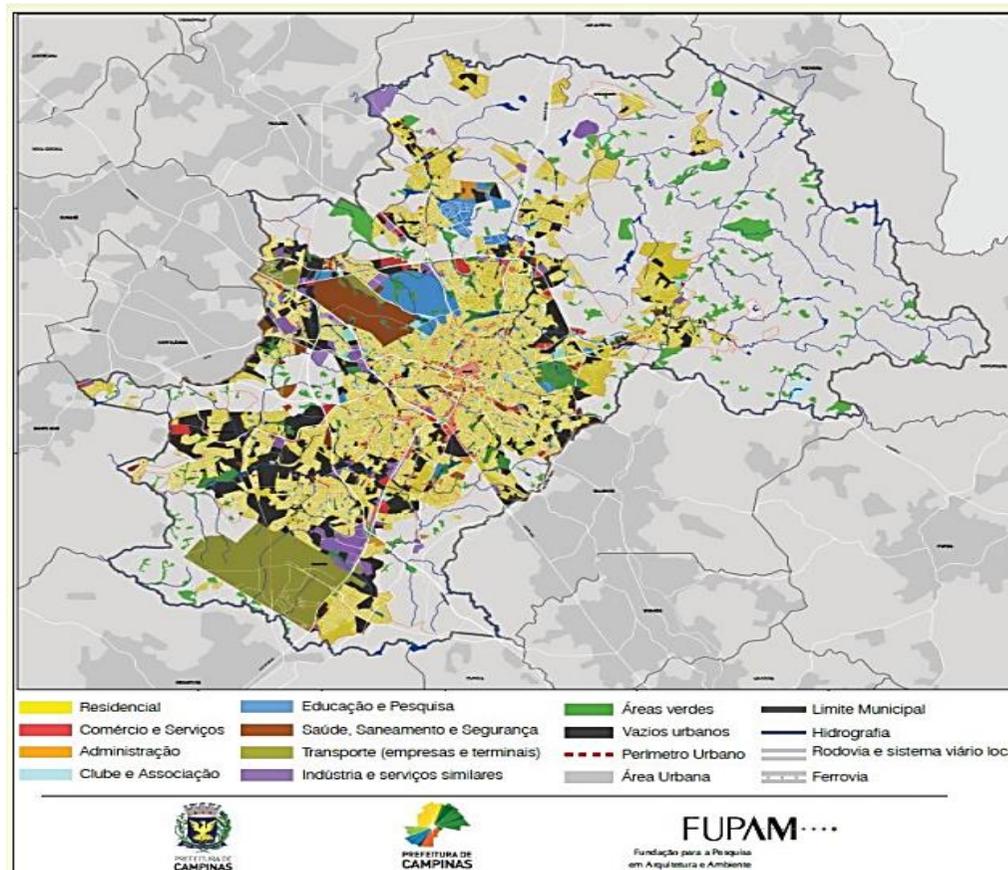


Adaptado de: Campinas – 240 anos de história. Disponível em: <https://240anos.campinas.sp.gov.br/livro-campinas-240anos>

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Segundo o PMRH (2016), atualmente a cidade é composta de um mosaico de usos industriais, comerciais e de serviços encravados em uma matriz puramente residencial concentrada nas regiões centro e sul da cidade. Nas regiões periféricas, especialmente ao norte do município, predominam usos rurais, as áreas verdes e as unidades de conservação, conforme ilustrado a seguir:

O diagnóstico do PMRH (2016) ainda sumariza o cenário atual como sendo composto basicamente por três forças motrizes interdependentes para o uso e ocupação: (1) os eixos de mobilidade (rodovias, ferrovias e aeroportos); (2) o mercado imobiliário e de lazer; e (3) o mercado de serviços e terceiro setor. Essas forças atuando conjuntamente modificam a paisagem de Campinas promovendo o crescimento urbano e pressionando os recursos naturais que restam para o isolamento e, algumas vezes, supressão.



Fonte: Revisão da lei de Uso e Ocupação de Campinas - 2016. Produzido por SEPLAN/PMC. Realizado por FUPAM (2015)

Até mesmo a legislação vigente – Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação, estimulam o desenvolvimento da cidade, mas não valorizam os rios e matas ciliares que, muitas vezes, são tomadas como “causadoras de problemas” para drenagem urbana, utilizadas como pontos de descarte de resíduos sólidos e ocupadas de forma irregular. O

diagnóstico do PMV (2016) deixa claro que os poucos remanescentes de cobertura florestal ou foram transformados em bosques e parques dando uma função social de lazer à população ou, devido às suas características ecológicas, transformadas em áreas protegidas como Unidades de Conservação, Reservas Legais ou Patrimônios Naturais Tombados. Porém, nunca houve a elaboração de um documento que diagnosticasse a situação real dessas áreas, bem como discutisse tecnicamente e com a população, as melhores formas de gestão dessas áreas e/ou dos recursos naturais como um todo.

Outros aspectos importantes das questões ambientais referem-se aos aglomerados urbanos, como é o caso da destinação dos resíduos por eles produzidos. Com o crescimento populacional e das cidades como um todo intensifica-se cada vez mais este montante. Isso resulta em certa desordem ambiental, que incide diretamente no gerenciamento adequado da coleta e destinação final do resíduo urbano, ambientalmente correto pelos órgãos responsáveis. Porém, cabe a cada cidadão e a sociedade conscientizarem-se de seu papel enquanto partícipes desta situação, não cabendo, portanto, ações específicas e exclusivas dos órgãos públicos em cada esfera administrativa. Portanto, a educação ambiental é tema importante que deve ser tratada nas instituições de ensino e demais organizações educacionais.

Neste sentido, a Faculdade IES CAMP contribui com seus acadêmicos e demais atores sociais, para a educação ambiental ao desenvolver ações oriundas de seu Projeto Institucional Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental. Este projeto tem por objetivo sensibilizar a comunidade interna e externa nos seguintes aspectos: a) valorização da diversidade; b) meio ambiente; c) memória cultural e artística; d) patrimônio cultural; e) ações afirmativas em defesa e promoção dos direitos humanos; f) igualdade étnico-racial, conforme estabelecidas nos documentos do MEC. Suas ações específicas serão implantadas mediante planejamento acadêmico de cada período letivo.

2.2.6 Desenvolvimento Urbano:

No ano de 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de Campinas tinha 283.446 domicílios entre apartamentos, casas e cômodos. Deste total, 197.536 eram imóveis próprios. Destes, 162.263 próprios já quitados (57,25%), 35.273 em aquisição (12,44%) e 50.244 alugados (17,73%); Grande parte do



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

município possui: água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Ainda neste ano, 96,37% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 95,45% das moradias possuíam coleta de lixo e 85,88% das residências possuíam escoadouro sanitário.

O abastecimento de água é feito pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA). Atualmente a empresa atende 98% da população urbana, com 210.000 ligações, através de 3 112 km de tubulações. A maior parte da água (95%) captada pela Sanasa para o abastecimento de Campinas é oriunda do Rio Atibaia, que passa no distrito de Sousas, região leste de município. Os 5% restantes são captados no Rio Capivari, na região sul da cidade. Essa empresa também é a responsável pela coleta do esgoto. O volume médio anual de água potável produzido é da ordem de 100 milhões de metros cúbicos, que são transportados por mais de 3 884 quilômetros de adutoras e redes de distribuição e reservado em 69 reservatórios dispersos pela cidade.

O serviço de fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, cuja sede se localiza na cidade. Atualmente existem 14,5 milhões de pontos de iluminação pública. Em dados da Agência Nacional de Telecomunicações, em maio de 2011 Campinas possuía 462.233 telefones fixos (referentes apenas às concessionárias da Telefónica e Telesp).

Campinas conta também com diversos jornais em circulação, como o Correio Popular e o Diário do Povo. Dentre as rádios, destacam-se a Rádio Bandeirantes, a Rádio Brasil e a Rádio Globo. Também há várias emissoras de televisão.

Em se tratando de transmissão digital, Campinas foi a primeira cidade não capital do Brasil a ter TV digital, com a EPTV, afiliada da Rede Globo, em 3 de dezembro de 2008.



2.2.7 Inserção da Faculdade IESCAMP em Campinas

A expansão de novas atividades e fronteiras econômicas que se abrem para o Município de Campinas, voltados às atividades de comércio e indústria sinalizam uma demanda por educação superior de qualidade, principalmente para o atendimento da população jovem e adulta, distribuídas nos grandes bairros, como o Jardim Garcia, onde se localiza a Faculdade IESCAMP, propiciando o ensino superior a todos que desejam continuar sua educação acadêmica.

Nos dias atuais, com o crescimento constante, Campinas tem grande necessidade de continuar otimizando a qualificação dos recursos humanos para o seu mundo de trabalho, de maneira a atender o dinamismo da região onde está inserida, considerada como uma das mais ricas e promissoras do Estado de São Paulo.

Além disso, Campinas aparece em 5º lugar entre os cem municípios analisados pelo Índice das Melhores e Maiores Cidades Brasileiras. Em 2013 foi considerada a Metrópole Campeã de bem-estar no Brasil. O indicador revela que Campinas (interior de São Paulo) tem a melhor situação entre 15 conglomerados urbanos.

O estudo do Instituto Nacional de Ciência Tecnologia Observatório das Metrôpoles, baseado no Censo de 2010 do IBGE, mostra melhores condições de vida para os cidadãos de regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. O Ibeu (Índice de Bem-Estar Urbano) considera, por exemplo, fornecimento de energia, iluminação pública, coleta de lixo e tempo de deslocamento dos cidadãos de suas casas para o trabalho. São cinco quesitos que formam uma nota de zero a um. Com 0,873, Campinas foi a única que recebeu a classificação “boa ou excelente”.

Desta feita, a economia forte e diversificada, a excelente infraestrutura de transportes e de comunicação aliados aos níveis de escolaridade, qualidade de vida e crescimento da economia, acenam e justificam o aumento de investimentos, tanto público quanto privado, no Ensino Superior de qualidade em Campinas, justificando a oferta dos cursos superiores pela Faculdade IESCAMP, tanto presenciais quanto a distância.



2.2.8 Missão, Visão e Valores

Missão

Ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida.

Visão

Constituir-se como referencial de excelência administrativa e acadêmica do ensino superior na Região Metropolitana de Campinas, por meio da inovação e da responsabilidade socioambiental.

Valores

Desenvolvimento de consciência crítica da realidade;
Comprometimento ético pautado nos princípios de solidariedade e responsabilidade socioambiental;
Desenvolvimento da consciência de que os interesses coletivo e individual são igualmente importantes para o equilíbrio das relações sociais;
Estímulo à inovação e à criatividade para a construção e socialização da comunidade da aprendizagem.
Desenvolvimento pleno das pessoas, seu prepara para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

2.3 Planejamento Estratégico

Uma organização requer planejamento contínuo, por meio de seus atores, para o dimensionamento e o redimensionamento das metas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos pretendidos pela IES, ou seja, é intrínseco aos indicadores e às informações obtidas nos processos de avaliação interna e externa. Para seu delineamento, a Faculdade IESCAMP optou pela relação dialógica com a mantenedora e os órgãos colegiados da mantida, a fim de estabelecer uma metodologia de trabalho mais eficaz e coerente, com os propósitos estabelecidos na missão institucional apresentada no quadro abaixo de forma comparativa ao período anterior:

Quadro 4 - Comparativo: Missão, Visão e Valores

PDI (2016 – 2020)	PDI (2018 – 2022)
Missão: <i>formar profissionais para a inserção no mercado de trabalho, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura, sob a luz da ética, de valores humanísticos e da responsabilidade social, a fim de contribuir com o desenvolvimento social e econômico do País, do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas.</i>	Missão: <i>ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida.</i>
Visão: <i>Consolidar-se em sua região de abrangência como instituição educacional que se destaca pela excelência em educação fortalecendo cada vez mais o cumprimento de seu papel na sociedade.</i>	Visão: <i>constituir-se como referencial de excelência administrativa e acadêmica do ensino superior na Região Metropolitana de Campinas, por meio da inovação e da responsabilidade socioambiental.</i>

Valores: não descrito.

Valores:

Desenvolvimento de consciência crítica da realidade;

Desenvolvimento de senso de justiça, de solidariedade e de responsabilidade socioambiental;

Desenvolvimento da consciência de que os interesses coletivo e individual são igualmente importantes para o equilíbrio das relações sociais;

Estímulo à inovação e à criatividade para a construção e socialização da comunidade da aprendizagem.

Desenvolvimento pleno das pessoas, seu prepara para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

O redimensionamento da sua missão, visão e valores da Faculdade IESCAMP permitem adotar, ao menos, quatro diretrizes estratégicas que possibilitam seu alinhamento em consonância às dimensões e aos indicadores considerados. O quadro abaixo estabelece uma correlação entre as Diretrizes e os objetivos estratégicos apontando os respectivos eixos que contribuem para a sua obtenção:

2.4 Diretrizes Institucionais e Formas de Operacionalização

Com base nos princípios, concepções e fundamentos pedagógicos descritos no PPI, a **Faculdade IESCAMP** apresenta suas diretrizes e alinhamentos estratégicos, bem como seus Objetivos Específicos e Metas. Assim, as políticas institucionais da IES pressupõem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos e de gestão, em consonância à missão, à visão, aos valores, aos objetivos e as definições estratégicas.



2.4.1 Diretrizes e Alinhamentos estratégicos

Diretrizes Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Eixos*				
		1	2	3	4	5
1. Cativar o acadêmico	Aproximar-se cada vez mais das expectativas e anseios de seus acadêmicos	X		X		X
	Inovar a proposta pedagógica		X	X		
	Aprimorar o relacionamento para com os estudantes			X		
2. Promover o equilíbrio econômico-financeiro.	Gerenciar o Programa de Bolsas de Estudos					X
	Incentivar novas alternativas para captação de estudantes					X
	Ampliar a fidelização dos estudantes					X
	Reduzir ociosidade					X
	Rentabilizar estruturas					X
	Aumentar as receitas e reduzir custos		X		X	X
	Otimizar modelo de governança e organização de gestão					X
	Aprimorar a eficácia dos processos	X	X		X	X
3. Fortalecer a identidade e a imagem da IESCAMP na Região Metropolitana de Campinas (RMC)	Ampliar a visibilidade da IES na RMC		X	X		
	Promover a prática dos valores institucionais e o código de ética		X			
4. Valorização dos sujeitos	Identificar, mobilizar e promover as competências dos sujeitos				X	
	Capacitar os quadros: docente; técnico-administrativo e diretivo		X		X	
	Mobilizar os sujeitos nos objetivos estratégicos institucionais		X			

*Eixos do Instrumento de Avaliação INEP para credenciamento e transformação de organização acadêmica

2.4.2 Objetivos Específicos e Metas

Os objetivos específicos advêm dos objetivos estratégicos institucionais previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade IES CAMP, para o período 2018 – 2022 e foram estabelecidos levando-se em conta: a) os cinco eixos norteadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa publicado pelo INEP em outubro de 2017; b) os apontamentos sugeridos pelos órgãos colegiados da IES e demais atores da comunidade interna e externa; c) e dos relatórios da CPA. Porém, os resultados do processo de Autoavaliação referente ao ano de 2017, constituíram-se elementos importantes para a elaboração desses objetivos e metas. Portanto, o Plano de Melhorias da CPA subsidiou tais projeções, conforme quadro comparativo abaixo:

Eixo 1- Avaliação Institucional		
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Metas
Aproximar-se cada vez mais das expectativas e anseios de seus acadêmicos	Consolidar práticas efetivas de Autoavaliação Institucional em consonância com o marco regulatório e as diretrizes institucionais.	Realizar anualmente da Autoavaliação Institucional com todos os segmentos da comunidade acadêmica. Manter e aprimorar a estrutura e as formas de avaliação do corpo docente e das disciplinas ofertadas semestralmente. Instituir Política de Avaliação dos acadêmicos ingressantes e egressos. Qualificar as estratégias de divulgação anual dos resultados da avaliação interna e externa à comunidade acadêmica, no período de 2018 a 2022.

Qualificar os instrumentos para o acompanhamento da implementação de melhorias resultantes do processo avaliativo.

Adequar os instrumentos para sistematização e análise dos dados resultantes das avaliações internas e externas às instâncias de gestão.

Aprimorar a eficácia dos processos

Aprimorar a atuação da CPA

Estudar o aprimoramento da operacionalização das etapas previstas no cronograma para o quinquênio de 2018 – 2022

Fortalecer o processo de sensibilização e envolvimento dos segmentos acadêmicos nas avaliações internas

Ampliar de 64% de participantes para 80% para até 2022.

Acompanhar sistematicamente os instrumentos utilizados na avaliação, por meio de questionamentos e linguagem mais claras e acessíveis a todos os segmentos.

Ampliar a interface entre os diferentes canais de atendimento, alinhando os dados oriundos da ouvidoria com a identificação das necessidades prioritárias.

Instituir seminários anuais de avaliação institucional.



Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional		
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Metas
Inovar a proposta pedagógica	Instituir nos cursos de graduação proposta de articular a tríade ensino, pesquisa e extensão	<p>Formar e capacitar os profissionais responsáveis social e ambientalmente com as comunidades interna e externa.</p> <p>Implementar o Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental a partir do segundo semestre de 2108.</p>
Aumentar as receitas e reduzir custos	Alinhar valores e compromissos institucionais, manifestos no Planejamento Estratégico e demais cadeias de valo	<p>Institucionalizar critérios e indicadores sociais, ambientais e econômicos nos processos estratégicos, táticos e operacionais.</p> <p>Adotar padrões de produção e consumo, alicerçados no uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>Fomentar parcerias com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, norteadas pelo compromisso com a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável solidário.</p>



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Promover a prática dos valores institucionais e o código de ética	Difundir o PDI para a comunidade acadêmica	Desenvolver ações para o alinhamento entre as políticas, diretrizes e objetivos estratégicos com os diferentes públicos e partes interessadas.
Mobilizar os sujeitos nos objetivos estratégicos e institucionais	Valorizar a diversidade, promover o diálogo intercultural e a inclusão social	Implementar os Projetos inerentes ao Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Metas
Aproximar-se cada vez mais das expectativas e anseios dos acadêmicos	Consolidar a política institucional de acessibilidade para a oferta de serviços de atendimento apropriado às pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida da comunidade acadêmica.	Capacitar a comunidade acadêmica para abordagem das pessoas em atendimento ao Estatuto da Pessoa com Deficiência publicado em 2015. Implementar formas de acessibilidade digital no AVA. Manter as condições da infraestrutura física e ou providenciar demandas que possam surgir.

		<p>Aprimorar Programa de Acompanhamento do egresso, por meio da Agência IESCAMP, que permita aproximação com o mundo do trabalho, Conselhos e Entidades relativas à classe.</p>
	<p>Ampliar os canais de relacionamento com os discentes e egressos conforme as Políticas Acadêmicas e Institucionais</p>	<p>Divulgar os serviços ofertados pelo Núcleo de Apoio ao Discente – NAD, bem como de seus objetivos no ambiente acadêmico.</p> <p>Acompanhar sistematicamente os acadêmicos PCD, bem como docentes e demais públicos de relacionamentos.</p>
	<p>Ampliar as formas de relacionamento e de visibilidade institucional a tríade: ensino, pesquisa e extensão</p>	<p><i>Redesign</i> da identidade visual, nos materiais institucionais e na sua imagem pública, bem como instituição socialmente responsável para atuação na comunidade onde se insere.</p> <p>Intensificar o relacionamento da IES com entidades representativas e outros veículos de comunicações locais.</p>
<p>Inovar a proposta pedagógica</p>	<p>Reestruturar a proposta pedagógica fundamentada na comunidade de aprendizagem de forma inovadora</p>	<p>Implementar os eixos temáticos para a reorganização curricular em todos os projetos pedagógico dos cursos de graduação e seus itinerários formativos.</p>

		<p>Fortalecer a formação acadêmica com base em processos pedagógicos que privilegiem o protagonismo do estudante.</p> <p>Implementar metodologias que estimulem a autogestão do acadêmico, com incentivo à formação pessoal, ao conhecimento, à empregabilidade e ao empreendedorismo e inovação.</p> <p>Reforçar as abordagens das temáticas transversais presentes nas unidades curriculares, com o propósito de desconstruir discursos que induzam as diferenças, com vistas à dinamização de processos para o fortalecimento da comunidade de aprendizagem, respeitando a diversidade.</p> <p>Implementar o processo de avaliação de aprendizagem emancipatória por competência</p> <p>Consolidar ainda mais a integração entre a Graduação e Pós-Graduação na perspectiva de Educação Continuada.</p>
--	--	--

	Contemplar a curricularização da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de acordo com o PNE do decênio 2014 -2024	Implementar propostas de ações extensionistas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, até o máximo de 10% da matriz curricular, paulatinamente.
	Sedimentar a articulação entre as ações extensionistas, de pesquisa e de ensino.	Consolidar a iniciação a pesquisa reforçando o Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX, a produção científica com a Revista Diálogos Acadêmicos IESCAMP (revista eletrônica), com o objetivo de qualificar a comunidade de aprendizagem e fortalecer a tríade: ensino, pesquisa e extensão.
	Promover a internacionalização para os cursos de graduação e pós-graduação	Estabelecer ações de intercâmbio e ou cooperação internacional.
Ampliar a visibilidade da IES na RMC	Difundir o conhecimento como expressão das contribuições acadêmicas	Estabelecer intercâmbio com a comunidade interna e externa para a difusão das ações didático-pedagógicas, artística e cultural e de inovação tecnológica, bem como a disseminação do saber. Promover ações culturais com ênfase na proteção, promoção e preservação do patrimônio cultural e espaço de memória das comunidades e a consolidação do Museu de Tecnologia da IES

	Incentivar a comunidade acadêmica para o interesse em participar de grupos e redes nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão	<p>Incentivar a participação de docentes e discentes e comunidade de seu entorno em projetos e programas de aprendizagem intercultural</p> <p>Buscar parcerias com instituições internacionais</p> <p>Incentivar publicações nacionais e internacionais com o objetivo de parcerias com grupos e redes de intercambio e cooperação.</p>
--	--	---

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Metas
Aumentar as receitas e reduzir custos	Buscar manter a sustentabilidade econômico e financeira	Observar critérios sociais, ambientais e econômicos no processo decisório com o propósito de irradiar os valores e os compromissos institucionais expressos no Planejamento Estratégico.
Aprimorar a eficácia dos processos	Gerenciar as estratégias par atingir a missão e visão institucional	Qualificar os processos de gestão visando cumprir sua missão e visão institucional

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

	Qualificar os processos dos órgãos colegiados com o objetivo de melhor representação e tomada de decisão	Melhorar os fluxos e os instrumentos dos órgãos colegiados para a consolidação de gestão participativa e sustentável, considerando os princípios de transparência, participação e diálogo.
	Aprimorar a emissão dos documentos de registro acadêmico	Automatizar a oferta de serviços educacionais para a melhoria no atendimento presencial e virtual.
Identificar e mobilizar as competências individuais	Fomentar as condições de trabalho que favoreçam e o desempenho profissional do corpo docente e técnico-administrativo	<p>Acompanhar e aprimorar o plano de carreira docente</p> <p>Acompanhar o plano de cargos e salários do quadro técnico-administrativo</p> <p>Reestruturar e implementar melhorias nos processos de recrutamento e seleção, integração, treinamento e desenvolvimento</p> <p>Desenvolver programa de avaliação de desempenho</p> <p>Fomentar a socialização de experiências acadêmicas e administrativas disseminando as melhores práticas.</p>

<p>Capacitar os quadros: docente e técnico-administrativo</p>	<p>Qualificar a prestação de serviços institucional, por meio da capacitação do corpo docente e técnico-administrativo em suas áreas de atuação.</p>	<p>Capacitar continuamente os gestores de curso para melhoria contínua e integração na gestão pedagógica, administrativa e financeira, visando a melhoria dos cursos ofertados em alinhamento à missão institucional</p> <p>Ampliar os programas no âmbito acadêmico e administrativo contemplando temáticas de acessibilidade, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, direitos humanos e diversidade cultural.</p> <p>Executar e monitorar os programas de capacitação e desenvolvimento das pessoas no âmbito da gestão acadêmica e administrativa</p>
---	--	--

Eixo 5 – Infraestrutura

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Metas
<p>Aproximar-se cada vez mais dos seus anseios acadêmicos</p>	<p>Melhorar os espaços de bem-estar e convivência</p>	<p>Construir novo espaço para eventos culturais, desportivos e de ações extensionistas</p>

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

		Manter os espaços de convivência e serviços dentro dos padrões de qualidade e nos requisitos de acessibilidade
Gerenciar o programa de bolsa de estudos	Acompanhar o programa de bolsa de estudo	Acompanhar o programa de bolsa de estudo visando a melhoria do atendimento aos acadêmicos que apresentam vulnerabilidade econômica e social
Racionalizar o uso de recursos	Conservar e otimizar o uso das estruturas nas operações de negócios e apoiar a tomada de decisão na liberação de recursos e infraestrutura	Acompanhar o mapeamento e o atendimento integral dos requisitos dos planos de riscos institucionais relacionados ao Programa de Prevenção e Combate a Incêndios, à acessibilidade, ao habite-se, aos alvarás, às licenças de operações, às licenças de funcionamento e demais pré-requisitos de funcionamento estabelecidos na legislação vigente.
Assegurar a eficácia dos processos	Implementar os programas de monitoramento de indicadores na perspectiva do atendimento a gestão ambiental na IES	Diagnosticar os impactos e aspectos ambientais da IES e implementar projetos para o atendimento aos principais requisitos de controle e mitigação estabelecidos pela ISO 14001
	Aprimorar o modelo de gestão da infraestrutura dos espaços físicos, acervos, serviços, segurança e manutenção de móveis e equipamentos, por meio de sistemas que forneçam informações qualificadas para a tomada de decisão	Consolidar o sistema de registro, acompanhamento e execução das demandas, melhorando a comunicação com os usuários e estabelecendo, em conjunto, acordos de níveis de serviços.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

	Implementar a política institucional, normas e procedimentos que definam as responsabilidades, direitos e deveres para a utilização adequada dos dispositivos e softwares na IES.	Implementar a política institucional das normas de segurança, controle e monitoramento do uso seguro dos recursos da informação.
Diminuir a ociosidade e rentabilizar estruturas	Aprimorar o planejamento do uso dos equipamentos, visando a melhoria das práticas adotadas na comunidade de aprendizagem	Elaborar o plano anual de manutenção preventiva dos equipamentos utilizados nas práticas adotadas na comunidade de aprendizagem, visando a sua otimização e segurança. Atualizar permanentemente os softwares, equipamentos e serviços de TI.

2.4.3 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos

2.4.3.1 Planejamento de oferta de novos Cursos de Graduação

Em consonância às políticas da Mantenedora e as metas e ações traçadas neste documento, bem como para atender às diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, vigente 2014 -2024, e mediante a viabilidade do planejamento financeiro da IES, a oferta de novos cursos de graduação seguirão as vertentes: a) cursos em EAD – preferencialmente; b) adaptação e criação de polo e disponibilidade de infraestrutura física e financeira, em conformidade com áreas do conhecimento apresentadas pelos NDEs e aprovadas em Conselho Superior – CONSU; c) cronograma do MEC para os processos regulatórios de autorização de novos cursos, conforme segue:

- Implantação de 20% dos conteúdos das unidades curriculares, dos cursos já autorizados, no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;
- Solicitação de autorização em 2019. Seguindo-se cronograma específico elaborado pela SERES/MEC;
- Início das atividades 2019/2, se devidamente autorizado;



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

- Solicitação de autorização em 2020. Seguindo-se cronograma específico elaborado pela SERES/MEC;
- Início das atividades 2020/2, se devidamente autorizado;
- Solicitação de autorização em 2021. Seguindo-se cronograma específico elaborado pela SERES/MEC;
- Início das atividades 2021/2, se devidamente autorizado.

Área	2019	2020	2021
Educação		EAD	
Ciências Sociais Aplicadas		EAD	EAD
Ciências, Matemática e Computação		EAD	EAD
Implantação de 20% dos conteúdos das unidades curriculares, dos cursos já autorizados, no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	AVA		

2.4.3.2 Planejamento de oferta de novos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*

Obviamente que a oferta de Cursos de Pós-graduação se dará em conformidade com a Política Institucional de Formação Continuada. Os novos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* a serem ofertados terão como eixos balizadores: a) eixos acadêmicos estruturantes que permitam propostas pedagógicas inovadoras, integradas e dinâmicas; b) eixos mercadológicos que levem em conta as demandas existentes na sociedade em consonância a expertise da IES; c) eixo financeiros que propiciem condições financeiras de sustentabilidade e dinamicidade. Desta feita, a responsabilidade pela elaboração, criação e oferta de novos cursos voltados à educação continuada que estendam desde a extensão até a especialização e MBAs, serão agrupados em áreas, em continuidade às ofertadas na graduação, ou seja: educação; ciências sociais, negócios e direito; ciências sociais aplicadas e ciências, matemática e computação.



Caber observar que os cursos desta natureza somente serão ofertados se os indicadores dos três eixos apontados acima, a expertise de ensino da IES e às demandas atualizadas de mercado forem atendidos, bem como às áreas de conhecimento que permitam a formação continuada dos egressos. Nesse caso, a formatação dos currículos contemplará o conjunto das unidades curriculares definidas pela faculdade IESCAMP. As unidades curriculares favorecerão a oferta modular como vem sendo praticada, considerando as restrições ou determinações legais ou institucionais vigentes e deverão possibilitar a certificação do acadêmico. Ainda, em relação à estruturação curricular, há que se evidenciar os critérios de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Estes critérios deverão permitir a construção de habilidades e competências pretendidas, perfeitamente identificadas nos conteúdos ministrados. Os desenhos curriculares, formatados a partir da interação e integração com os diferentes Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, ofertados pela Instituição, deverão ser explorados como vantagens competitivas em todos os cursos e programas, visando ao encantamento do estudante e a sua respectiva fidelização institucional. O planejamento, estruturação e oferta de cursos considerarão, integradamente, as modalidades presenciais e a distância, permitindo o máximo de customização curricular, por parte do acadêmico, conforme seus interesses e necessidades, respeitando-se os limites em forma da lei.

2.4.3.3 Áreas de abrangência

A Faculdade IESCAMP solicitou ao MEC no ano de 2017 autorização para Credenciamento de Polo para a oferta de três cursos de graduação tecnológica a distância: a) Gestão Financeira; b) Gestão Pública e Gestão da Qualidade. Se autorizado a ofertar cursos na modalidade da Educação a Distância, pretende atingir áreas geográficas para além da Região Metropolitana de Campinas, conforme ato autorizativo emitido por esse órgão.



2.4.4 Responsabilidade Socioambiental

A **Faculdade IESCAMP** considera que as grandes transformações ocorridas na sociedade contemporânea repercutem nas organizações e corporações, passando a exigir de seus profissionais maior qualificação, eficiência e capacidade para enfrentar inovações que incidem diretamente nas Instituições de Ensino Superior, exigindo-lhes uma revisão crítica de suas estruturas e do seu funcionamento, constantes adequações de seus cursos e demais atividades acadêmicas.

A estas transformações estruturais somam-se as exigências de uma sociedade globalizada, desterritorialização, exigindo de seus profissionais condições não só para acumular conhecimentos, mas adquirir habilidades, hábitos e atitudes necessários a um profissional ágil, criativo, crítico, capaz de solucionar problemas, prever e evitar crises, com projeto de vida bem definido, capaz de adaptar-se às mudanças com facilidade e adequação, com equilibrada estrutura emocional de forma a ajudá-lo a manter-se no emprego ou adequar-se à prestação de serviços e demais exigências do mundo do trabalho.

Ainda, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, vale ressaltar que a sociedade contemporânea tem se caracterizado por avanço tecnológico extraordinário, especialmente em informática, pelo uso de tecnologias de comunicação e informação – TICs que vêm gerando transformações não só na sociedade, como também nas institucionais de ensino, por meio do processo de ensino-aprendizagem, exigindo não mais estudantes passivos, mas essencialmente ativos, colaboradores e solidários, criadores e não apenas receptores de informações prontas, acabadas.

Em meio a esse complexo de mudanças dessa sociedade, a Educação tem papel preponderante na medida em que contribui, não só para definir este novo perfil profissional, como também para concretizá-lo, a partir do trabalho didático–pedagógico desenvolvido em sala de aula e em outros ambientes especiais. Nesse contexto, a Faculdade IESCAMP tem procurado conscientizar seus acadêmicos, futuros profissionais, sobre a importância de a IES deixar de ser um espaço fechado de transmissão de conhecimentos que possibilite a adequação flexível às variações do mundo do trabalho e aos indicadores de qualidade de vida.

Para tanto, o objeto primordial da Faculdade IESCAMP é de contribuir para a transformação da sociedade brasileira, mais especificamente da população da cidade de Campinas, com a missão de levar a toda a comunidade de seu entorno, o desenvolvimento educacional e o aperfeiçoamento profissional voltados não só à transmissão do saber, mas também às atividades oriundas da pesquisa e da extensão, que possibilitem a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e de ações afirmativas em defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade ético-racial. Para tanto, manterá o Programa Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental explicitado mais adiante.

2.4.5 Políticas Institucionais

Planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e pós-graduação

Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

Princípios Filosóficos:

As atividades a serem desenvolvidas pela **Faculdade IESCAMP** fundamentam-se nos seguintes princípios básicos de ação:

- **Excelência:** entendida não só como a busca de eficiência, eficácia e efetividade do processo Ensino-Aprendizagem-Educação-Desenvolvimento, proposto pelos cursos, mas também como concretização de sua responsabilidade social e ética perante seus acadêmicos, docentes, técnicos-administrativos, demais setores da comunidade interna e da sociedade em geral, para a construção de uma comunidade de aprendizagem.
- **Cidadania:** visando ao direcionamento das suas funções de ensino, pesquisa e extensão para a formação de profissionais capazes de contribuir para a transformação social, em busca da melhoria da qualidade de vida da população, sustentada por: justiça, princípios dos Direitos Humanos, inclusão social, relações étnico-raciais e responsabilidade socioambiental.
- **Ética:** nas decisões e ações acadêmicas, com vistas ao processo de crescimento e confiança mútua de todos os envolvidos, de forma a possibilitar a busca pelo equilíbrio e o bem-estar da comunidade de aprendizagem.

- **Integração entre ensino-pesquisa-extensão:** a integração entre pesquisa, ensino e extensão enquanto importante tripé voltado à busca e aplicação de aprendizagens significativas em benefício da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e da sociedade.

2.4.6 Princípios Teórico-Metodológicos:

Os princípios teórico-metodológicos que orientam as ações dos serviços educacionais da **Faculdade IESCAMP** orientam-se para: a) o ensino por meio da construção de uma comunidade de aprendizagem; b) a pesquisa enquanto princípio educativo e princípio formativo; c) a extensão, por meio de programas e ou projetos específicos.

Para a construção de uma cultura de aprendizagem pautada na formação humanística, o acadêmico é visto como protagonista do processo formativo, de modo a adquirir as competências técnicas e habilidades necessárias ao desenvolvimento do sujeito e do profissional, com vistas à construção do perfil profissiográfico pretendido conscientizando-o das responsabilidades socioambientais: éticas, étnico-raciais, inclusão social, ambiental, cultural, política e econômica que são inerentes à atuação profissional.

Em relação à pesquisa, se dará por meio de estudos de caso, descritivos e explicativos da realidade, com objetivo de ampliar e contribuir para a compreensão dos saberes construídos interdisciplinarmente e transversalmente nas áreas de formação. Para tanto, os cursos ofertados pela IES poderão estimular indagações que fomentem à pesquisa enquanto princípios educativos e formativos, por meio de: Projetos Interdisciplinares e ou metodologias ativas de acordo com a especificidades de cada uma das áreas, descritos em seus PPCs.

Quanto à extensão universitária, o objetivo é possibilitar interface permanente da comunidade acadêmica com a sociedade de seu entorno, por meio da oferta de cursos de curta e longa duração, orientações, palestras, encontros, simpósios e demais informações que possibilitem a prestação de serviços na busca da extensão dos conhecimentos nela sistematizados. Assim, para dar conta de seus anseios e propósitos a Faculdade IESCAMP se baseará nos seguintes princípios:



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

- Filosofia Humanista - seu principal objetivo é a formação do ser humano em sua globalidade sem fragmentá-la em partes estanques e artificiais, entendendo-a em todas as suas dimensões físicas, psíquicas, sociais, políticas, éticas, estéticas, sem descuidar de nenhuma delas em específico.
- Teorias Epistemológicas e Psicossociais – A Faculdade IESCAMP entende que a discussão epistemológica não pode estar dissociada da prática docente, ao considerar que o ato de ensinar não se destaca tão facilmente quanto se crê, da consciência de saber. A cultura deve pautar-se pela compreensão de uma consciência em mutação e por um ensino não dogmático, com a premissa de buscar substituir o saber fechado e estático por uma construção de uma comunidade de aprendizagem aberta e dinâmica, capaz de ser construída e reconstruída por meio das capacidades reflexiva e analítica dos acadêmicos. Em outros termos, a educação é concebida como uma prática filosófica, histórica, social e crítica. A formação multidisciplinar e interdisciplinar do acadêmico permite desenvolver diálogos teóricos/metodológicos mais apropriados à produção de uma comunidade de aprendizagem.
- Políticas Democráticas e Solidárias de Conscientização e Transformação Social - no sentido de formar cidadãos capazes de perceber os condicionantes econômicos e políticos que direcionam a vida em sociedade e de agir sobre eles, contribuindo para construir uma sociedade planetária mais justa, mais equilibrada e digna para todos, independentemente da diversidade que a caracteriza.
- Ética Humanizadora - que privilegia nas decisões pessoais e coletivas os valores do bem, da verdade, do respeito, da solidariedade para com todos, da diversidade, do meio ambiente, da inclusão, dos Direitos Humanos, das relações étnico-raciais, sem privilégios ou concessões, que exigem condições bem fundamentadas para a tomada de decisões e de responsabilidades decorrentes das mesmas.
- Esses princípios teóricos sedimentam princípios metodológicos e didático–pedagógicos, os quais devem ser concretizados no interior e exterior das salas de aula, nos diferentes cursos e serviços oferecidos pela Faculdade IESCAMP, entre os quais se destacam:



- A Formação Social do Aprender - que respeite o ser humano a adiantar-se ao próprio desenvolvimento a partir do trabalho coletivo, sobretudo àqueles que estão em fases anteriores do processo ou com dificuldades para sua compreensão. A formação social do aprender estará sempre voltada à solução de problemas, intervenções em realidades e outras ações didático-pedagógicas, que estimulem raciocínios mais complexos, para a elaboração e a resolução dos problemas voltados ao bem comum.
- A interdisciplinaridade e a transversalidade dos saberes que propiciem processos de formação profissional por meio da globalidade do currículo e das ações dos responsáveis pela sua efetivação didático-pedagógica, política, ética, estética e transcendental de seus componentes curriculares e de situações que o integram, na forma de conhecimentos, hábitos, habilidades, competências, atitudes e valores.
- A flexibilização curricular para a formação do profissional no atual cenário, tende a exigir níveis mais aprofundados de formação geral. De acordo com Machado (apud Neto, 1994, p. 11)

trata-se de desenvolver capacidades de inovar, de produzir novos conhecimentos e soluções tecnológicas adequadas às necessidades sociais, o que exige muito mais do sistema educacional. O processo formativo passa a exigir o desenvolvimento de habilidades intelectuais gerais e fundamentais ao emprego de estruturas lógicas inerentes a métodos e teorias. Requer o domínio prático de procedimentos que permitam, além do uso, a produção de instrumentos necessários à realização de fins previamente definidos, segundo as cadeias causais objetivas, das quais é expressão o conhecimento científico. Nessas circunstâncias, a capacidade de inovar sintetiza competências desenvolvidas pelo domínio de conhecimentos e habilidades científico-técnicas, sociais e metodológicas, dentro de um sistema de relações sociais e técnicas, que favoreça o despertar da consciência e dos valores emancipatórios do ser humano, tais como: autonomia e liberdade.



2.4.7 Políticas Educacionais

2.4.7.1 Políticas de Ensino

Graduação

As políticas de ensino orientadas pelo Projeto Político Institucional - PPI da Faculdade IESCAMP norteiam as metas e ações educativas. A percepção de qualidade do processo educativo adotado ultrapassa a ideia pura e simples de implementação de ações. Ele é tido como processo contínuo e permanente de construção e desconstrução dos saberes sistematizados transmitidos por meio de seu currículo. Para isso, essas ações serão consideradas como incentivadoras do processo de ensino-aprendizagem-conhecimento direcionadas aos sujeitos de tal forma que possam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a agir interpretando os saberes para aprender a ser na complexidade do mundo globalizado e centrado nos valores do ter (ter propriedade), para transformar a sociedade.

A proposta educacional da IES buscará se estabelecer de modo a privilegiar as aptidões sociais e a dimensão da personalidade e o desenvolvimento de competências amplas fundamentadas na capacidade do acadêmico de “aprender a aprender” e continuar aprendendo ao longo da vida no intuito de conduzi-los às aprendizagens significativas e com autonomia. Isso implica em uma visão de educação continuada, interna e externa à instituição. Nessa perspectiva, o compromisso ético institucional primará pelos resultados da aprendizagem.

Essa percepção do processo educativo requer maior dinamicidade de gestão, para que o currículo seja percebido como meio para o desenvolvimento da capacidade de aprender e da constituição de competências explicitadas abaixo no perfil do egresso. Assim, as dimensões desse processo carecem de acompanhamento permanente, de modo a permitir sólido diagnóstico para tomadas e retomadas constantes do fazer pedagógico. Essa preocupação e cuidado se consolidam por meio do Programa de Avaliação Institucional sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA, entre outros processos avaliados. O papel fundamental dos indicadores do processo avaliativo institucional será o de apontar e mensurar parâmetros que fortaleçam os Projetos Pedagógicos dos Cursos, para que não sejam construídos a partir de vontades individuais ou fruto de trabalhos solitários de alguns, mas que se tornem a face da instituição.



Nesses termos, as Diretrizes Curriculares Nacionais são referenciais para a “organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização das áreas do conhecimento na construção dos currículos plenos. Ademais, devem também induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definir múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando o perfil de seus formandos, as competências intelectuais voltadas à heterogeneidade das demandas sociais”. Nesse documento, são propostos sete indicadores que vale a pena ressaltar, quais sejam:

- perfil do formando/egresso/profissional – conforme o curso, o projeto pedagógico que deverá orientar o currículo para o perfil desejado;
- competência/habilidades/attitudes;
- habilitações e ênfases;
- conteúdos curriculares;
- organização do curso;
- estágios e atividades complementares;
- acompanhamento e avaliação.

2.4.7.1.1 Perfil de Egresso

Para concluir os cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** o acadêmico deverá demonstrar na área de atuação de seu curso:

- formação global e a construção de competências, hábitos, habilidades e atitudes de forma crítica, criativa e reflexiva;
- capacidade para extrapolar a simples memorização mecânica de conhecimentos, construindo saberes a partir de vivências coletivas e desafiadoras;
- capacidade para resolver problemas, estudar casos, intervir em realidades, prever crises, fazer previsões sempre de forma ágil, versátil e ética;
- ter buscado seu auto aprimoramento e autorrealização como pessoa e como cidadão, ciente de suas responsabilidades;



- estar qualificado profissionalmente e capaz de usar para os recursos do conhecimento em seus vários níveis e modalidades, além das vivências e intervenções em realidades do seu cotidiano próximo ou remoto;
- tomar atitudes éticas e sociais que possibilitem o desenvolvimento do compromisso com um futuro mais justo e equitativo para a humanidade;
- estar conscientizado a respeito da responsabilidade socioambiental como futuro profissional.

As competências, as habilidades e as atitudes que deverão ser desenvolvidas nos discentes serão explicitadas nos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos da IES respeitando-se as suas normativas legais vigentes. Com este entendimento, buscar-se-á orientar o delineamento das diretrizes pedagógicas a serem descritas nestes documentos.

Outras medidas poderão ser adotadas de maneira a permitir que os egressos mantenham contato com a Faculdade IESCAMP possibilitando que, continuamente, aprimorem cada vez mais suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isso, a Faculdade mantém a Agência IESCAMP e o Programa Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental, ambos envolvidos no Projeto de Acompanhamento do Egresso, quais sejam:

1. Oferecer identificação virtual para que o egresso possa fazer o uso das bibliotecas física e virtual, assim como obter descontos em cursos de extensão e pós-graduação;
2. Manter contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à IES “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
3. Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidades, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
4. Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da Faculdade IESCAMP como colaborador da comunidade.



2.4.7.1.2 Seleção de Conteúdos

Os conteúdos a serem trabalhados nos cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** se pautarão nos referências epistemológicos, filosóficos, sociológicos e demais políticas norteadoras adotadas pela IES, considerando os princípios, os objetivos e as metas a serem alcançados pela faculdade e pelos PPCs de cada um dos cursos levando-se em conta à natureza específica de cada um. Serão estruturados com base nas Diretrizes Curriculares e nos Padrões de Qualidade referentes a cada curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões de colegiados e eventos de cada uma das áreas. O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização. A partir da sua concretização prática em salas de aula e em outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos e as metas propostas para cada curso, por meio de seus planos de aprendizagem considerando os seguintes aspectos:

- Desenvolvimento: das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil do egresso;
- Funcionalidade: aplicável à profissão, ajustado tecnicamente e cientificamente à Instituição;
- Flexibilidade: permitindo e ajustando-se às singularidades dos acadêmicos quanto ao disposto no PNE (2014 -2024) – Lei 13.005/2014 - “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (meta 12.7);
- Coerência: a partir dos objetivos e das competências propostas e, também, com a formação do profissional em questão.
- Atualização permanente: alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Responsabilidade Socioambiental: Contribuição socioambiental, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade: dos conteúdos possibilitando a compreensão dos saberes a partir de diferentes perspectivas;
- Integração: vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando, não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.



Para tanto, o Programa Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental aglutinará projetos que favorecerão a proposta pedagógica a ser implantada pela Faculdade IESCAMP, gradativamente, por meio de metodologias que expressem os referenciais sócio construtivistas e que possibilitem a construção de uma comunidade de aprendizagem, como almejada pela missão institucional. Esse Programa também buscará contemplar outros eixos importantes estabelecidos no PNE (2014-2024), quais sejam:

- a) ampliar a oferta de estágio como parte da formação dos estudantes nos cursos ofertados;
- b) estimular a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- c) assegurar condições de acessibilidade na IES na forma da legislação;
- d) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País, por meio de projeto específico dos cursos;
- e) incentivar programas e ações voltados à mobilidade acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de seus estudantes.

2.4.7.1.3 Princípios Metodológicos

Com base nos princípios metodológicos adotados pela IES os docentes deverão construir sua competência para desenvolver atividades em sala de aula que extrapolem a simples transmissão de conhecimentos, possibilitando raciocínios mais complexos como: hipotetizações, previsões, transferências e outros. Faz parte do cotidiano o trabalho diversificado, o ensino programado, dinâmico e outros que exijam participação e que prevejam o estudo e uso das tecnologias. Os princípios metodológicos estão enunciados nos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos, contemplando o planejamento por excelência e criando conexão com o Plano de Aprendizagem e o Plano de Aula, das diferentes disciplinas da matriz curricular.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Os Planos de Aprendizagem dos cursos, por sua vez, contemplam a operacionalização das disciplinas, abordando: a) os objetivos; b) as habilidades; c) as competências desejadas ao perfil do egresso, conforme legislação de cada curso; d) o ementário; e) o conteúdo programático; f) as bibliografias básicas e complementares; g) a carga horária; h) o método e os critérios de avaliação; i) a interdisciplinaridade vertical e horizontal, que devem conferir dinamicidade à disciplina; k) flexibilização dos conteúdos; j) atividades práticas diretivas enriquecedoras.

As singularidades dos professores responsáveis pela docência das disciplinas fazem parte integrante do Plano de Aula, que contém, ainda, o cronograma estabelecido pelo docente, respeitando-se sua autonomia didático-pedagógica, sem perder a essência da proposta pedagógica da IES. Cabe também ao professor a organização sequencial dos conteúdos programáticos e a natureza gradativa da exposição, que deve servir de mecanismo conceutivo do processo de ensino-aprendizagem-educação-desenvolvimento, como também de seus resultados. Enfim, caberá ao docente ter muito claro quatro questões: a) produção de material; b) elaboração de avaliações; c) planejamento das aulas; d) condução das aulas. Em outros termos, as metodologias adotadas não permitirão mais o controle total do processo ensino-aprendizagem pelo docente, pois deixarão de ser transmissores do conhecimento para assumirem o papel de orientadores, mediadores desse processo. Portanto, desempenharão e ocuparão um espaço diferente em sala de aula, ou seja, deixarão de ocupar o centro e passarão a movimentar-se em todas as direções e espaços que ela propicia, até espaços fora da sala de aula, quando for preciso.

Em suma, saíra da ideia de pedagogia passiva ou conservadora, para a ideia de uma pedagogia ativa, conforme adaptado de Prensky apud Mattar (2017):

Professor	Estudante
Não fala, pergunta	Não toma notas, procura, acha
Sugere tópicos e instrumentos	Pesquisa e encontra soluções
Aprende tecnologia com os estudantes	Aprende sobre qualidade e rigor com o professor
Avalia as soluções e respostas dos estudantes, examinando a qualidade e o rigor; contextualização	Refina e melhora as respostas, adicionando rigor, contexto e qualidade.



2.4.7.1.4 Processo de Avaliação

Os cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** são submetidos a um processo contínuo de avaliação, buscando equacionar as dificuldades apresentadas e a harmonização com os Padrões de Qualidade, considerados como indispensáveis nas condições de oferta. Os cursos seguem também as linhas básicas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares, atualizando-se de maneira contínua, com a instrumentalização dos fundamentos próprios da aprendizagem, das práticas consideradas como indispensáveis, de ações extensionistas e da pesquisa para sustentação monográfica, quando couber.

Será valorizada a capacidade de os estudantes construírem sua autoaprendizagem, por meio do acompanhamento dinâmico e sistemático dos resultados obtidos em cada etapa do processo de aprendizagem, com o objetivo de identificar limitações e de propor estratégias adequadas, para que possam superar suas dificuldades valorizando seus acertos, como entendimento de um processo em aperfeiçoamento constante. O processo de acompanhamento contínuo tem como pressuposto básico a certeza de que: não haverá ensino se não houver aprendizagem, e as consequências são que: aulas meramente expositivas não permitem ao professor fazer a avaliação contínua preconizada pelas normas institucionais.

Assim, será necessário que o professor desenvolva atividades que lhe permitam aproximar-se do acadêmico como educador de consciência, fazendo de suas práxis pedagógica um desafio pessoal e profissional, que tenha por base – junto a seus estudantes – a construção em conjunto de conhecimentos científicos, rigorosos e contextualizados. Em outros termos, que “a tarefa do docente não se limita a ensinar, mas de encaminhar o acadêmico a aprender”.

O acompanhamento contínuo dos conteúdos são realizados ao longo do período letivo, por disciplina, considerando a necessidade de o estudante adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes que o levem à competência profissional e cidadã, e poderão ser desenvolvidos por meio de instrumentos tais como: provas contínuas e sequenciais; fichamento crítico, resenhas e resumos de livros, revistas, jornais, exercícios práticos; seminários; trabalhos em grupo; práticas em laboratório; cursos de extensão, palestras, simpósios, iniciação à pesquisa, atividades de campo; fóruns, chats, atividades interativas, entre outros. Dessa forma, a avaliação do



processo ensino-aprendizagem na IES, é processual, contínua, sistemática, diagnóstica e permanente, abrangendo todos os aspectos que integram o desenvolvimento global do discente como pessoa e cidadão.

Além dos instrumentos avaliativos acima especificados, o ensino presencial requer à apuração de assiduidade do acadêmico que está condicionada à: a) frequência mínima de setenta e cinco por cento do total das aulas previstas no calendário escolar; b) média final semestral para cada disciplina, com no mínimo 60% (sessenta por cento de aproveitamento) em uma escala numérica de zero (0) a dez (10). O ensino a distância, quando oferecido, contemplará os mesmos critérios respeitando-se o processo de avaliação contínua em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, bem como Prova Escrita no respectivo Polo credenciado, conforme previstos nos PPCs dos cursos. A avaliação nos cursos da **Faculdade IESCAMP** está prevista tanto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, quanto no Regimento Interno. A avaliação de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto em PPC, terá regulamento próprio.

2.4.7.1.5 Organização Curricular

A organicidade da proposta curricular se concretiza a partir de ações que propiciem o desmantelamento das amarras fragmentárias do currículo e das práticas acadêmicas ainda arraigadas nesse viés. Para Veiga (2000, p. 215), a organização curricular vista sob a ótica da interdisciplinaridade e da integração revela um aumento significativo da responsabilidade das IES comprometidas com a formação de profissionais e de cidadãos, ou seja, formação integral dos sujeitos. Para delineamento dessas propostas, observa-se o disposto no Regimento Interno da Faculdade e outras normativas necessárias a especificidade do curso.

2.4.7.1.6 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

Todos os cursos possuem um período mínimo de duração, definido pela legislação educacional, e um período máximo durante o qual deve ser concluído - prazo mínimo e máximo de integralização. Caso o estudante ultrapasse este período máximo de integralização, estará sujeito ao desligamento do curso e consequente perda da vaga.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Para retorno às atividades, deverá prestar novo processo seletivo, com direito ao aproveitamento de estudos das disciplinas já cursadas e eventual necessidade de cumprimento de disciplinas em regime de adaptação, nos casos de mudanças curriculares.

Abaixo, quadro-resumo dos cursos de graduação

Tabela 1 - Integralização dos Cursos Oferecidos

CURSO	MODALIDADE	C/H	DURAÇÃO	INTEGRALIZAÇÃO
Administração	Presencial	3460	4 anos	6 anos
Pedagogia	Presencial	3650	4 anos	6 anos
Gestão em Recursos Humanos	Presencial	1840	2 anos	3 anos
Logística	Presencial	1800	2 anos	3 anos
Marketing	Presencial	1800	2 anos	3 anos
Comércio Exterior	Presencial	1880	2 anos	3 anos
Tecnologia da Informação	Presencial	2360	2 ½ anos	4 anos
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	2400	2 ½ anos	4 anos
Tecnologia em Gestão Pública	EAD	1680	2 anos	3 anos
Tecnologia em Gestão da Qualidade	EAD	1680	2 anos	3 anos
Tecnologia em Gestão Financeira	EAD	1680	2 anos	3 anos
Tecnologia em Estética	Presencial	1680	2 anos	3 anos
Bacharelado em Contabilidade	Presencial	3200	3 anos	6 anos

2.4.7.1.7 Atividades Práticas e Estágios

Os estágios supervisionados constam de atividade pré-profissional exercida em situações reais de trabalho com ou sem vínculo empregatício e que possibilita:



- A avaliação do estudante em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- Auxílio quanto à fixação dos conteúdos teóricos;
- A capacitação para o futuro exercício da profissão;
- A materialização da pesquisa acadêmica;
- As práticas de extensão através de atendimento continuado à população, fazendo com que a instituição cumpra com sua função social;
- O respeito aos critérios legais de excelência acadêmica.

O estágio é entendido como um componente curricular de responsabilidade da IES, que integra um conjunto de atividades que o estudante desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural e deve ser previsto no PPC, quando exigência normativa do curso.

Neste sentido, deve constituir-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão, podendo transformar-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso, quando for o caso.

2.4.7.1.8 Atividades de Prática Profissional

As atividades de Prática Profissional estão asseguradas em todos os cursos propostos pela Faculdade, seja por meio do oferecimento do Estágio Curricular Obrigatório, dos Projetos, seja por intermédio de convênios firmados com empresas, órgãos públicos, instituições escolares, entre outros, como forma de assegurar a qualidade de seus cursos e a formação de seus futuros egressos.



A Faculdade possui professores em seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas durante a prática profissional, como também destina espaço físico próprio, de acordo com a especificidade dos cursos.

Os cursos de licenciatura incluirão, obrigatoriamente, prática de formação, estágio curricular e atividades acadêmicas, de natureza científica e cultural, na forma da legislação vigente, que serão oferecidos ao longo dos estudos. A parte prática da formação desenvolvida em escolas de educação básica compreenderá a participação do estudante na preparação de aulas e no trabalho de classe em geral e o acompanhamento da proposta pedagógica da escola, incluindo a relação com a família dos estudantes e a comunidade, conforme normas e critérios explicitados em seu PPC. Os estudantes que já exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado, nos termos da legislação em vigor.

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas com o ensino, estão ligadas mais ao conceito de laborabilidade do que empregabilidade, na medida em que essas competências contribuem para a formação do perfil de um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir sua caminhada no mundo do trabalho.

2.4.7.1.9 Atividades Complementares e de Aprofundamento de Estudos

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos propostos pela IES, considerando a importância da existência de outras atividades acadêmicas na formação do profissional, poderá incorporar na formação do estudante estas atividades, as quais deverão ser regulamentadas em cada PPC.

Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao novo profissional. A possibilidade de frequentar cursos, seminários e outros eventos viabilizam a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento, cuja importância é evidente quando se deseja fazer uma leitura profissional, não só no contexto global, mas, sobretudo, no



contexto social. A proposta também permite ao discente a participação na formação de seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento no tempo de conclusão do curso.

2.4.7.1.10 Avanços Tecnológicos

A Faculdade IESCAMP também conta com os seguintes recursos de informação e de comunicação, de acesso tanto ao corpo discente, quanto ao corpo docente e técnico administrativo, explicitados a seguir:

- Sistema SOPHIA, de gestão acadêmica, financeira e de biblioteca. Por meio desse Sistema o estudante tem acesso ao Portal do Estudante, via web. Nele é possível verificar sua situação acadêmica, bem como o acompanhamento dos boletos para pagamentos de mensalidades, assim como comunicados por parte da Secretaria ou da Biblioteca. Neste portal, o estudante também tem acesso a relatórios acadêmicos, histórico parcial, entre outros.
- Neste mesmo sistema há a interface do docente, que tem acesso via portal do professor, realizando o controle de frequência, registrando matérias lecionadas e notas, postando material complementar de suas aulas como links, apostilas, dentre outros.
- Ainda por meio deste sistema acadêmico, SOPHIA, a comunidade acadêmica responde ao questionário de Autoavaliação Institucional (CPA), cujo acesso só é possível por meio de *login* e senha, sendo assegurados liberdade e sigilo para tal.
- Rede *Wireless* interna para conexão à internet, com link dedicado.
- Softwares de planilhas eletrônicas, editores de texto, de apresentação.
- Software específico para os cursos.
- Os coordenadores têm acesso aos diretórios no servidor da IES, armazenando com segurança suas informações.
- E-mails cooperativos aos coordenadores, possibilitando acesso aos demais professores e estudantes.
- Mural de avisos no próprio site e no portal do estudante, além de locais próprios estabelecidos pela Faculdade.



Pós-Graduação *Lato Sensu*

As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o estudante em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do estudante em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, a Faculdade IESCAMP se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação. Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* da Faculdade IESCAMP envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As diretrizes institucionais para o Ensino de Pós-graduação, são:

- fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- criar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos.



2.4.8 Políticas para a Pesquisa e Iniciação Científica

A possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para a Faculdade IESCAMP a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002:34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, apresenta certo grau de rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos estudantes ‘o questionamento reconstrutivo’, isto é, a capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos político-pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos estudantes na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de estudantes

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional da Faculdade IESCAMP. Dessa forma, acredita-se que a Faculdade IESCAMP tem contribuído não só para a formação de profissionais qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que exerce um papel transformador na sociedade.



A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade IESCAMP integra a graduação, a pós-graduação e a extensão e tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos de iniciação científica sob orientação de docentes doutores ou mestres, por meio do Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental, bem como do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX e da Revista Científica Diálogos Acadêmicos IESCAMP – RDAI. Cabe ressaltar que a Faculdade já esboçava preocupação em abordar esses temas em sala de aula, tornando os estudantes corresponsáveis desse processo, tendo em vista que esses temas fazem parte do currículo das disciplinas. Também são trabalhados pelos estudantes em seus Projetos Sociais Extensionistas - PES, em disciplinas optativas, em atividades complementares, para aprofundamento de estudos nestas questões e demais atividades fora da sala de aula. Esse Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental será detalhado posteriormente.

Em suma, a Política de Pesquisa e Iniciação Científica objetiva a qualificação da atuação docente na graduação e na pós-graduação pela extensão das atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e/ou tecnológico, bem como a possibilidade da integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico.

2.4.9 Políticas de Extensão

Para a consolidação da extensão universitária será preciso à implementação de políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do estudante e no intercâmbio com a comunidade. Assim, para a execução da política de extensão da Faculdade IESCAMP algumas diretrizes serão necessárias:

- consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais da comunidade de seu entorno;



- incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e políticas que fomentem a responsabilidade social, a prática inclusiva e de direitos humanos;
- reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- incentivar e apoiar as atividades culturais e artísticas;
- enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada;
- estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista.

Para dar conta desse propósito instituiu a partir do ano de 2018 o Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental, que tem como objeto principal a responsabilidade de atender a comunidade interna e externa, por meio de projetos específicos, suas necessidades mais expressivas levando a esse público-alvo informações e orientações. Nesse sentido, a extensão é concebida enquanto processo interdisciplinar pautada em princípios educativos que visam promover a interação entre a Faculdade e demais setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento e à aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Dessa maneira, os estudantes da Faculdade IES CAMP podem se engajar em outros Programas ou Projetos extensionistas ofertados. Como é o caso, do Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental.

2.4.10 Acadêmico Administrativo – Institucionais

2.4.10.1 Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental e Cultural

Em atendimento ao Plano de Melhorias sugeridos pela CPA, a Faculdade IES CAMP estabeleceu como mais uma de suas metas a implantação do Programa Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental e Cultural, por meio de ações previstas em seu calendário acadêmico, que visam concretizar a socialização da transversalidade do seu currículo, levando à comunidade interna e externa informações e propostas de cursos, palestras com temas diversificados, entre outras atividades acadêmicas, para sensibilizar à população interessada nestas questões, bem como o de promover o desenvolvimento dos saberes sistematizados e sua aplicabilidade.



Cabe ressaltar que a Faculdade já esboçava preocupação em abordar esses temas em sala de aula, tornando os estudantes corresponsáveis desse processo, tendo em vista que esses temas fazem parte do currículo das disciplinas. Também são trabalhados pelos estudantes em seus Projetos Interdisciplinares – PIs, em disciplinas optativas, em atividades complementares, para aprofundamento de estudos nestas questões e demais atividades fora da sala de aula.

Assim, por nutrir profundo respeito ao meio ambiente como explicitada em sua missão, bem como à memória e ao patrimônio culturais e à produção artística, esse Programa foi homologado pelo Colegiado Superior – CONSU, para implantação a partir de 2018.

Esse Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental trata de quatro eixos temáticos: a) Gestão Socioambiental; b) Inclusão e Acessibilidade; c) Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Cultural; d) Empregabilidade.

EIXO 1 - O eixo temático de Gestão Socioambiental - envolve o Programa de Coleta Seletiva, Projeto Seja Solidário, Projeto de Relações Étnico-raciais.

Programa de Coleta Seletiva - junto à comunidade acadêmica, para conscientização dos estudantes e demais atores envolvidos quanto à produção excessiva dos resíduos sólidos na sociedade (também denominado de “lixo”) – suas causas e consequências – que vem ganhando espaço nas discussões relacionadas às políticas sociais, ambientais e econômicas. A Faculdade IES CAMP entende que dispor os resíduos de maneira correta significa melhorar o ambiente no qual estamos inseridos. Isso envolve a tomada de consciência do cidadão quanto à importância de: 1) não depositar resíduos em locais inadequados; 2) adotar novos hábitos quanto à participação em programas relacionados à coleta seletiva; 3) necessidade de desconstrução da cultura enraizada no indivíduo, fazendo-o compreender que não cabe somente ao poder público a responsabilidade pela gestão (ações estratégicas e políticas); 4) participar do gerenciamento (ação operacional e executiva) dos resíduos sólidos, levando-os a compreender que cada indivíduo possui seu papel no gerenciamento, seja esse indivíduo no formato de sociedade, instituições privadas ou poder público.



Assim, refletir, conhecer, aprender e agir, são passos necessários para a sociedade obter uma nova ótica quanto às consequências do pós-consumo. Somente quando a mudança ocorrer de maneira singular, colheremos resultados no âmbito coletivo, pois é sabido que muitos indivíduos em condições de vulnerabilidade social e financeira utilizam os resíduos gerados pela sociedade, pois trata-se de material que pode ser comercializado e reciclado, contribuindo para a geração de trabalho e renda, bem como, proporcionando sustento de muitas famílias. Esse Projeto está pautado na Lei nº. 12.305, sancionada em 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Conseqüentemente, diversas ações e projetos têm sido desencadeados nos municípios brasileiros, com o objetivo de implementar a gestão eficiente dos resíduos sólidos, como o Programa de Coleta Seletiva organizada em alguns municípios brasileiros.

No entanto, a falta de gestão adequada e profissionalização desses empreendimentos constituídos por cooperativas, dentro de Programas Municipais de Coletiva Seletiva tem sido um dos fatores que comprometem a viabilidades desta ação empreendedora, pois seus associados, em grande parte, apresentam pouca escolaridade e conhecimento na área administrativa. Há necessidade de apoio externo, até que se crie uma cultura cooperativista e que associados deste programa possam gerir sozinhos seus empreendimentos.

Essa situação, associada à existência de grande quantidade de resíduos recicláveis, resultam na necessidade de maior conscientização e divulgação deste Programa, bem como de maior aderência dos municípios brasileiros, para a expansão do processo de “catação” desses materiais sem qualquer insumo tecnológico ou mesmo de meios de produção específicos, bem como de programas de qualificação profissional dos indivíduos envolvidos nesse processo.

Para isso, são instrumentos relevantes desse trabalho a real efetivação, bem como a organização e a estruturação dos trabalhos realizados pelos catadores, por meio de cooperativas. Para tal questão, algumas diretrizes são necessárias, tais como: a) vontade política; b) investimentos estruturais e humanos; c) ações que contemplem a



regulamentação das atividades dos catadores; d) logística de recolhimento dos materiais nos domicílios; e) o escoamento; f) formas de produção e comercialização dos resíduos; g) fomento a representatividade e formação política dos integrantes desses empreendimentos.

Cabe destacar que a organização dos catadores também poderá ocorrer por meio de associações, no entanto, há diferenças de processo desses dois segmentos. Ou seja, cooperativas e associações. A natureza de uma associação consiste na promoção de ações relacionadas à educação, assistência social, cultura e representação política de interesses de classes. As cooperativas objetivam o cunho econômico, propiciando a viabilização do negócio produtivo do empreendimento junto ao mercado.

Diante do contexto apresentado, a Faculdade IESCAMP implementará o Programa de Coleta Seletiva objetivando a sensibilização da comunidade interna e externa frente às ações de destinação correta de seus resíduos sólidos, propiciando a educação ambiental dos sujeitos pertencentes à instituição e do meio no qual estão inseridos. O projeto prevê ainda a realização de parcerias com cooperativas de catadores por meio da destinação dos resíduos recicláveis coletados.

Outra ação inerente ao projeto consiste na realização de formações e capacitações aos sujeitos pertencentes a esses empreendimentos, por meio da Empresa Júnior, atrelada ao curso de Bacharelado em Administração, e demais estudantes da IES. A ação objetiva a extensão e a melhoria das práticas desenvolvidas pelos graduandos, somadas as ações desenvolvidas pelos trabalhadores, agregando os saberes populares ao conhecimento científico, bem como o aprofundamento nas questões inerentes ao meio ambiente e à responsabilidade social, exercendo, de fato, ação extensionista da Faculdade IESCAMP ao levar conhecimento à comunidade envolvida.

Eixo 2 – O eixo temático Inclusão e Acessibilidade – compreende a oferta de Disciplinas de caráter transversal: de Libras, Relações Étnico-raciais, Responsabilidade Social e de Direitos Humanos, de caráter optativo. Além de abordar questões sobre a acessibilidade consideradas a partir dos seguintes aspectos: a) atitudinal; b) comunicacional; c) digital, d) instrumental; e) metodológica. Essas questões podem ser desenvolvidas por meio de ações pontuais ou de Projetos Específicos, tais como o Projeto de Relações Étnico-raciais e de sujeitos em condições de vulnerabilidade a ser desenvolvido.

Eixo 3 - Eixo de Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Cultural – Esse Projeto visa propagar o ensino inovador e empreendedor nos docentes, ao mesmo tempo, despertar o espírito crítico e reflexivo nos discentes. Também promover ações e eventos que difundam e estimulem a comunidade acadêmica e de seu entorno a discutir e refletir sobre os problemas de natureza cultural da sociedade contemporânea. Um exemplo da difusão cultural que promove o desenvolvimento técnico-científico é o Projeto do Museu de Tecnologia da Faculdade IESCAMP. Esse Projeto surgiu da união de dois idealistas: da Sr.^a Maria José Di Santo Navarro e do Professor Mestre Marcos Diniz de Magalhães Chaves integrante dos cursos da IES, com o objetivo de preservar e transmitir o conhecimento sobre a evolução da tecnologia da informação e comunicação para gerações futuras, por meio da coleta e registro de itens, que mostram no presente a tecnologia usada no passado. Este Museu foi inaugurado no ano de 2016. Seus acervos e itens selecionados fazem parte da Exposição Permanente do Acervo (fixo) e virtual nas instalações da IES e são extensivos a todos os estudantes e demais integrantes da comunidade externa, com o propósito de promover exposições itinerantes, percorrendo escolas da Comunidade, feiras e exposições, para a socialização do conhecimento técnico-científico-histórico e cultural, bem como para o desenvolvimento e reconhecimento da IES em preservar sua história e patrimônio. Outro Projeto a ser desenvolvido pela IES é o Projeto Seja Solidário – que visa despertar a consciência e a responsabilidade social dos estudantes e demais atores da IES para com pessoas e famílias desassistidas e em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Eixo 4 – Empregabilidade – Este eixo está voltado às questões de empregabilidade dos estudantes e ex-estudantes da Faculdade IESCAMP, que tem como proposta estimular o espírito gestor de forma interdisciplinar, por meio da Empresa Júnior, Agência IESCAMP, Oferta de Cursos à comunidade carente tais como: Educação Financeira, Inclusão Digital; Reforma Trabalhista, Entrevistas por Competências, entre outros. As ações deste eixo são desenvolvidas por meio da Empresa Júnior e Agência IESCAMP, conforme documentos anexos I e II, respectivamente.

A seguir será apresentado o esquema que resume o Programa Trans/Multidisciplinar



Programa Trans/Multidisciplinar de
Responsabilidade Socioambiental e Cultural

Plano de Melhorias sugeridos pela CPA

Respeito ao meio ambiente como explicitada em sua missão, bem como à memória e ao patrimônio cultural e à produção artística

Eixos Temáticos

Gestão Socioambiental

Inclusão e Acessibilidade

Empregabilidade

Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Cultural

2.4.10.2 Políticas de Educação Inclusiva

A discussão sobre a diversidade da política inclusiva de uma instituição de ensino implica na compreensão dos aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes, quais sejam: a) étnico-raciais, b) sociais, c) geracionais, d) religiosidade, e) gênero, f) orientação sexual, g) pessoas com deficiências, entre outros, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e da concepção de educação que orientam as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade está pautada na premissa que os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo. Segundo essa linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar. Em outros termos, um conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude. No Brasil, tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, Plano Nacional da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

Das barreiras arquitetônicas

A Faculdade IESCAMP ao assumir essas premissas, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de deficiência e atendimento da questão nas novas edificações;
- intensificação de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programas e Bolsas destinados à estudantes de baixa renda familiar;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.



As políticas de educação inclusiva, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade, são vistas como formas de possibilitar e de contribuir para a melhoria da igualdade de oportunidades, objetivando a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, o sucesso dessas políticas requer o envolvimento de todas as partes, tais como professores e profissionais da educação, colegas, pais, famílias e voluntários.

Desta forma, as políticas adotadas pela IESCAMP reconhecem as necessidades diversas dos estudantes em atenção à sua responsabilidade social. Assim, o Polo de apoio presencial atende aos seguintes requisitos:

I. Pessoas com Deficiência Física:

- a) Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);
- b) Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros.

II. Aos acadêmicos com deficiência visual, quando houver:

- 1) Impressora Braille acoplada a computador;
- 2) Sistema de síntese de voz;
- 3) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- 4) Software de ampliação de tela; Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- 5) Lupas, régua de leitura;



6) Scanner acoplado a um computador;

7) Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille;

III. Aos acadêmicos com deficiência auditiva, quando houver:

A) Intérpretes de língua de sinais - LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do estudante;

B) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

C) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);

D) Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

IV. Para os professores, acadêmicos, colaboradores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

1) Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais;

2) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e,

3) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

V. Para a comunidade, a oferta de:

a) Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;



- b) Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações e confederações) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como direitos humanos universais;
- c) Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

Além disso, a Faculdade IESCAMP prima por ações educativas voltadas ao tratamento adequado e necessário aos professores, estudantes, funcionários e demais sujeitos da sociedade portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. A educação inclusiva envolve a acessibilidade sob diferentes ângulos, a saber: comunicacional, digital, instrumental, metodológico e atitudinal. Essa visão mais abrangente da educação inclusiva normatizada pelo MEC, possibilitará a ausência de barreiras impostas por: preconceitos, estigmas e discriminações, ou seja, educando os estudantes a internalizarem a acessibilidade de forma atitudinal.

Sua infraestrutura física oferece condições especiais para atender aos portadores de deficiência com mobilidade reduzida, por meio de: reserva de vaga especial no estacionamento, elevadores, adaptações nos banheiros, rampa de acesso, computadores adaptados para deficiente visual nos laboratórios e biblioteca, intérprete de libras, sinalização de piso para deficiente visual, apoio psicopedagógico. A Faculdade IESCAMP está ciente das normativas que amparam a educação inclusiva no ensino superior, desde a constituição de 1988 até a presente data, que também se aplicam na modalidade a distância, conforme quadro resumo a seguir:

Legislação Brasileira – Educação Inclusiva

Ano	Marco Regulatório	Definição
1988	Constituição Federal	O artigo 205 define a educação como: “direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.
1994	Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793	Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.
1996	Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (alterado pelos artigos 58 – 60)	Define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.
1999	Decreto nº 3.298	Dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.
	Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho nacional de educação (CNE/CEB) nº 4	Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Também aborda, no artigo 16, a organização do sistema nacional de certificação profissional baseado em competências.



2001	<p>Resolução CNE/CEB nº 2</p> <p>Parecer CNE/CP nº 9</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 17</p>	<p>Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.</p> <p>Institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses estudantes</p> <p>Destaca-se por sua abrangência, indo além da educação básica, e por se basear em vários documentos sobre educação especial. No item 4, afirma que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses estudantes junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas.</p>
2002	<p>Lei nº 10.436</p> <p>Portaria MEC nº 2.678</p>	<p>Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.</p>

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

		Aprova o projeto da grafia <i>braille</i> para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.
2003	Portaria nº 3.284	Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
2004	Portaria 4.415 - Programa Universidade para todos (PROUNI)	Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais.
2005	Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa incluir – MEC) Decreto nº 5.626	Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O programa tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nessas unidades, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Decreto nº 6.094	<p>Recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).</p> <p>Implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.</p>
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Decreto Legislativo nº 186	<p>Documento de grande importância, fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da”. Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).</p> <p>Aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva.</p>
2009	Decreto nº 6.949 Resolução MEC CNE/CEB nº 4	<p>Promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.</p> <p>Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Afirma que o AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.’</p>



	Nota Técnica MEC/SEESP/ GAB nº 06	Dispõe sobre avaliação de estudante com deficiência intelectual. Estabelece que cabe ao professor do atendimento educacional especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual, esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular.
2012	Decreto nº 7.750	Regulamenta o Programa um computador por estudante (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOM). Estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.
2013	Parecer CNE/CEB nº 2	Responde à consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “O IFES entende que a “terminalidade específica”, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada”.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE)	Define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os estudantes com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e

	Portaria Interministerial nº 5	<p>o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.</p> <p>Trata da reorganização da Rede nacional de certificação profissional (REDE CERTIFIC). Recomenda, entre outros itens, respeito às especificidades dos trabalhadores e das ocupações laborais no processo de concepção e de desenvolvimento da certificação profissional.</p>
2015	Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)	<p>O capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.</p>
2016	Lei nº 13.409	<p>Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>

Fonte: Adaptado de <http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-estudantes-com-deficiencia/>



2.4.10.3 Políticas de Educação a Distância

Até o final do século XX a grande maioria das instituições de ensino superior brasileira não possuía o envolvimento com a educação a distância. A primeira iniciativa de EAD surgiu no país em 1904, com o ensino por correspondência com o Instituto Universal Brasileiro, com cursos de iniciação profissional, em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior. Paulatinamente, esta modalidade foi se aprimorando e conquistando seu espaço. Somente na década de 1970 que as instituições de ensino se sensibilizaram para o EAD. Em 1994, teve início a expansão da Internet no ambiente universitário. Com a consolidação da reforma educacional brasileira, instaurada pela Lei nº 9.394/96, oficializou-se nacionalmente a EaD como modalidade equivalente para todos os níveis de ensino.

Nesta atual década, mais precisamente no ano de 2017 é que o MEC publicou e regulamentou o Decreto nº 9057, em 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, bem como melhorar a qualidade de sua atuação regulatória nesta área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos. Estas novas orientações legais coincidiram com as metas previstas no PDI 2016 - 2020 da Faculdade IES CAMP que previa a oferta de três cursos superiores de Tecnologia na modalidade a distância: a) Gestão da Qualidade; b) Gestão Financeira; c) Gestão Pública.

Desta feita, as políticas norteadoras da educação a distância previstas pela IES se pautarão em duas vertentes, as quais nortearão o processo formativo de seus egressos, ou seja: a) a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho; b) a dimensão política para a formação do cidadão. Essas duas vertentes contribuirão ainda mais para o cumprimento do compromisso assumido em sua missão institucional. Para tanto, seguirão as orientações abaixo descritas, que constituirão suas políticas norteadoras:

Promover o desenvolvimento da cultura de Educação a Distância na IES:

- a) Articular as diferentes dimensões de ensino para a promoção de cursos a distância;
- b) Fomentar o desenvolvimento de propostas inovadoras e sustentáveis para o EaD;



- c) Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais (quando possível), para a cooperação na área de Educação a Distância;
- d) Contribuir para a garantia do acesso e permanência de jovens e adultos à educação superior;
- e) Implementar e acompanhar práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade de EaD;
- f) Fomentar a formação pedagógica e tecnológica para qualificar o processo de ensino e de aprendizagem;
- g) Promover o uso e o desenvolvimento de tecnologias avançadas para o processo de ensino-aprendizagem.
- h) Para cumprimento destas dimensões os Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância contemplarão alguns elementos constitutivos: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino-aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) Infraestrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa; h) Sustentabilidade financeira.

Em outros termos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância contemplarão alguns elementos constitutivos: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino-aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) infraestrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa; h) sustentabilidade financeira.

Cabe ressaltar que o objeto maior da educação superior, seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa. Daí a importância da educação superior se pautar em um projeto pedagógico e em uma organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado.

Portanto, a superação da visão fragmentada do conhecimento e dos processos naturais e sociais, ensejam estruturação curricular por meio da interdisciplinaridade e contextualização. Em outros termos, parte-se da ideia de que a realidade só pode ser apreendida se for considerada em suas múltiplas dimensões. Ao se propor o estudo



de um objeto, buscará, não só, levantar quais os conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem, como também, em perceber como eles se combinam e se interpenetram.

Diante do contexto da atual política de expansão da educação superior no Brasil, implantada pelo MEC nesta atual década, é que a Faculdade IESCAMP consolidará suas metas de expansão, ao criar três cursos tecnológicos, acima explicitados, na modalidade EAD, objetivando o cumprimento de sua missão para o desenvolvimento do ensino superior a que se destina em uma área de abrangência ainda maior.

Nesse sentido, é fundamental a adoção dos princípios, das diretrizes e dos critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade publicados pelo MEC, para todas as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade. Segundo este documento, “não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias. Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA”.

A prática didático-pedagógica da educação a distância, com o apoio de mídias tradicionais e das mais avançadas tecnologias de comunicação e informação, exige uma concepção específica da prática docente assim como estratégias diferenciadas para o desenvolvimento das relações de ensino e aprendizagem. O docente, outrora responsável pelas etapas de planejamento, desenvolvimento e avaliação do conteúdo programático, tem a opção de dar conta de tais atribuições com o apoio de uma equipe composta por tutores e técnicos especialistas das diferentes áreas do conhecimento e demais profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar da IES.



Não obstante a revisão da atuação docente, a prática didático-pedagógica em cursos oferecidos na modalidade a distância na Faculdade IESCAMP será sempre orientada pelo Projeto Pedagógico Institucional e ou Planejamento Estratégico da IES e pelos Fundamentos Pedagógicos expressos nestes documentos. Desse modo, todos os integrantes da equipe responsável pelo desenvolvimento do conteúdo e diálogo com os discentes precisam estar imbuídos dos princípios aqui expostos, diretrizes que deverão ser percebidas nos materiais elaborados, nas atividades e avaliações propostas e na relação com o estudante e demais profissionais envolvidos.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade torna-se princípio importante para auxiliar o educando a compreender a complexidade dos objetos de conhecimento que se dispõe a estudar. Ou seja, no contato e na interdependência entre os temas que promovam a modificação dos objetivos, dos conceitos, das atitudes e dos procedimentos. Para tanto, é preciso estar claro que a prática interdisciplinar, que deve se articular na organização curricular, caracteriza-se muito mais pela qualidade das relações do que por simples ações isoladas.

Ainda que a educação a distância pressuponha maior autonomia por parte dos estudantes, a necessidade de relação com a equipe de docentes é fundamental para o alcance dos objetivos pedagógicos explicitados nos Planos de Aprendizagem dos cursos oferecidos pela Faculdade IESCAMP. No entanto, cabe reforçar, que a realidade da Educação a Distância exige outra concepção do papel do docente. Portanto, esse novo cenário educativo exige, uma nova articulação dos responsáveis pela coordenação de cursos ou módulos destacando-se, nesse contexto, o sistema de orientação acadêmica, e suas TICs. Desta feita, todos os envolvidos no processo passam por formação para EAD, observadas as especificidades da função de cada sujeito a ser exercida no sistema de orientação acadêmica. Daí decorre a necessidade de tutorias e capacitação constante da equipe multidisciplinar envolvida no processo de ensino e aprendizagem e bases tecnológicas para suporte desse modelo de educação.

Bases Tecnológicas Institucional

As bases tecnológicas compreendem alguns sistemas necessários ao desenvolvimento do planejamento de cursos na modalidade a distância, quais sejam:



Sistemas de Comunicação

Os sistemas de comunicação da Faculdade IESCAMP visam promover a interação entre acadêmicos e instituição. O acadêmico pode acessar a Área do Estudante para verificação de situação financeira e registros acadêmicos, dentro os quais: Histórico/Boletim escolar; Frequência; Revisão de Notas; Visualização de situação acadêmica; Visualização de situação financeira; Acesso a Materiais Didáticos; Acesso a Materiais Administrativos / Financeiros; Acesso a Avisos Administrativos / Financeiros.

Sistemas e Aplicações de Gestão Acadêmica e Ambiente Virtual de Aprendizagem

Sistema Sophia

A Faculdade IESCAMP possui o sistema Sophia, da empresa Prima, para gerir suas atividades acadêmicas e administrativas. O sistema Sophia faz parte de uma miscelânea de softwares integrados que constituem o ambiente corporativo da faculdade IESCAMP, que tem como objetivo a administração das atividades, presenciais e a distância da IES. A versão atual contempla os cursos de graduação presenciais e à distância, desde o ingresso dos acadêmicos na Instituição (processo seletivo), transitando pela supervisão detalhada das disciplinas cursadas por cada acadêmico até o momento de sua colação de grau. Além disso, é feito a gestão dos pagamentos realizados, emissão de boletos, negociação de parcelas atrasadas e concessão de bolsas. O acesso de acadêmicos e docentes aos recursos do Sophia é feito via web (Área do Estudante) no website da faculdade IESCAMP. O Sistema Sophia está atualmente sendo executado em nuvem, em um servidor com SLA 99,9995%.

Sistema Moodle

O Moodle (*Modular Object Oriented Distance LEarning*) é um sistema de gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS). O Moodle é um software livre de apoio à aprendizagem, que pode ser instalado em diversas plataformas que executem a linguagem PHP. Seu desenvolvimento é de forma colaborativa por uma comunidade virtual, a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e usuários do mundo inteiro e está disponível em diversos idiomas, inclusive o português.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

A Faculdade IESCAMP utiliza o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem instalado em um servidor Linux dedicado com PHP. Esse servidor de uso exclusivo do Moodle da Faculdade IESCAMP conta com 2 cores (CPU), 4GB de memória RAM e 80GB de disco rígido e utiliza a ferramenta Nginx para otimizar a execução do Moodle. O Sistema Moodle da Faculdade IESCAMP foi customizado com o tema Lambda, com layout responsivo, para trazer uma ótima experiência aos acadêmicos, independente dos dispositivos com os quais estão acessando o Sistema Moodle. Esse tema é utilizado por mais de 4 mil instituições em todo mundo (<http://lambda.redpithemes.com/>).

Gestão da Tecnologia da Informação

Todos servidores da Faculdade IESCAMP disponíveis para os cursos EAD são hospedados na nuvem. São gerenciados e monitorados individualmente por meio de seus respectivos painéis de controle.

Ao todo para os cursos EAD a Faculdade dispõe de dois servidores dedicados (um para a plataforma Moodle e um para o sistema de gestão acadêmica Sophia) com contratos de disponibilidade de 99,995% mês. Para o sistema de gestão acadêmica Sophia a Faculdade IESCAMP possui um servidor dedicado com perfil inicial de 2 CPU núcleos de CPU Xeon D-1520 2.4GHz, 3GB RAM DDR4 ECC 2133MHz e 40GB de storage SAS 12Gbps e sistema operacional Servidor Windows 2016 Standard. Conta com o suporte de uma agência de comunicação de multimídia.

Acesso à Internet

Para o acesso à internet a IES possui 1 link de dados de 1 Gbps dedicado para o servidor da plataforma EAD (Moodle), para perfil VOD (video on demand) e Streaming. Além disso, possui 2 links locais para uso nas instalações da instituição com as seguintes configurações:

- 1 Link fibra dedicado com IP fixo de 40Mbps da Algar Telecom com 98,5% mês de disponibilidade contratual (Link primário).
- 1 Link fibra IP dinâmico de 200Mbps da empresa Vivo com disponibilidade de banda mínima de 40% contratualmente (Link secundário).



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Esses links estão instalados em 2 equipamentos Firewall interligados entre si (cluster) para prover alta disponibilidade de acesso à internet aos discentes, docentes, coordenadores e colaboradores. Todos os equipamentos locados internamente estão devidamente instalados em Rack's próprios juntamente com outros equipamentos de uso interno, tais como, servidor de arquivos, servidor de antivírus, switches, roteadores, servidor de backup, gravadores CFTV e equipamentos de monitoração. Tais Rack's são alimentados por régua ligadas na rede pública de energia e/ou distribuídas entre 2 nobreaks de 3 e 5 Kva cada.

Laboratórios disponíveis

A IES conta com três laboratórios de informática totalmente acessíveis para deficientes físicos e visuais equipados da seguinte forma:

- 1 laboratório com 24 computadores 8GB de memória RAM, CPU i5 2.6 Mhz e 320 GB HD 7200 RPM e sistema operacional Windows 10 Pro.
- 1 laboratório com 33 computadores 4GB de memória RAM, CPU Core 2 Duo 2.4 Mhz, HD SSD de 128 GB e sistema operacional Windows 10 Pro.
- 1 laboratório com 34 computadores 4GB de memória RAM, CPU Core 2 Duo 2.4 Mhz, HD SSD de 128 GB e sistema operacional Linux Mint 18.3 Sylvia.

Principais softwares disponíveis: a) Laboratórios com sistemas operacionais Windows 10: Microsoft Office 365 Plus; Microsoft Project Professional 2013; Microsoft Visio Professional 2010; Microsoft Visual Studio 2017; MS Project 2010; Microsoft Web Deploy 3.6; MIT App Inventor Tools 2.3.0; MySQL Server; Linguagem R Windows; Xampp; Atom; Notepad++; Python; b) Laboratório com sistema operacional Linux Mint: WPS Office; Projectlibre; Dia; Libreoffice; MySQL Workbench; Netbeans; Java Eclipse; Xampp; Python

Convênios

A Faculdade IES CAMP possui os convênios Google for Education e Microsoft Imagine disponíveis para os coordenadores, tutores e estudantes (caso necessário).



O Google for Education é uma solução tecnológica desenvolvida para facilitar a vida de docentes e acadêmicos dentro e fora das salas de aula, a qualquer hora e a partir de qualquer dispositivo móvel conectado à internet. Essa plataforma abrange diversas ferramentas educacionais gratuitas tanto para escolas como universidades com o objetivo de aperfeiçoar o ensino e envolver ainda mais os acadêmicos.

O Microsoft Imagine coloca ferramentas profissionais de desenvolvedor, softwares e serviços à disposição do corpo docente e dos acadêmicos. O software do Microsoft Imagine também oferece aos acadêmicos que participam de pelo menos um curso de crédito oferecido pelo departamento membro a possibilidade de instalar o software em dispositivos pessoais para usá-lo em atividades do curso e em projetos de desenvolvimento pessoal. Os direitos especiais da licença do Microsoft Imagine permitem que um departamento instale o software e os serviços do Microsoft Imagine em diversas máquinas de laboratórios para fins de ensino e pesquisa.

2.4.10.4 Programa de Acompanhamento aos Discentes e ao Egresso

Este programa tem por objetivo reunir os egressos da Faculdade IESCAMP em uma rede *Alumni*, palavra de origem latina que significa ex-estudantes, fornecendo-lhe informações sobre benefícios na continuidade de seus estudos e parcerias. Desde 2006 quando a IES foi credenciada foram formados 2159 acadêmicos, que seguem a carreira profissional em diferentes áreas do saber, evidenciando, portanto, o sucesso da formação obtida na faculdade. Como parte do processo de Avaliação Institucional presente no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2018 a 2022 se refere a consolidação do Programa de Acompanhamento do Egresso – *Alumni*, foram elaboradas questões para traçar o perfil do egresso e sua atuação profissional, estabelecendo assim, uma melhor comunicação e interação entre o egresso e a IES.

Desta forma, ao sistematizar e racionalizar a qualidade de ensino, a produção do conhecimento e a comunidade de aprendizagem ofertada pela Faculdade, poder-se-á aplicar políticas e metodologias quali-quantitativas para melhoria do relacionamento entre o egresso e a IES. A Missão do Programa elenca-se: engajar os egressos da Faculdade IESCAMP com o objetivo de articular e produzir os conhecimentos obtidos por meio de experiências práticas oriundas do mundo do trabalho. Tem como propósito acompanhar e propiciar o retorno dos egressos à IES fomentando o relacionamento entre os acadêmicos, docentes e corpo técnico-administrativo,



proporcionando valores sociais e econômicos para os membros da rede *Alumni* (egressos), atendendo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação no que diz respeito ao processo de avaliação institucional presente no Plano de Desenvolvimento Institucional no item que analisa as Políticas de Gestão Acadêmica.

Além do mais, proporcionar networkings com os profissionais atuantes no mundo do trabalho, tais como: presidentes, gestores, conselheiros, analistas, docentes, pesquisadores e empresas dos setores público e privado, no qual a IES possui parceria, com vistas a compartilhar suas experiências. Como objetivos específicos, pode-se destacar:

- avaliar a inserção do egresso no mundo do trabalho;
- identificar e avaliar a qualidade dos cursos;
- propor melhorias na formação acadêmica de acordo com as sugestões dos egressos;
- elaborar cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento e cursos de especialização para atender aos egressos;
- propor ações que estreite as relações entre os egressos e a IES;
- disponibilizar acesso à biblioteca física e virtual, bem como à Agência IESCAMP para os egressos
- divulgar eventos internos e externos para os egressos
- criar um banco de dados dos egressos que possibilite uma comunicação eficaz.

Para tanto, neste programa o egresso poderá atuar de diversas maneiras:

- a) Contribuir com a formação dos acadêmicos compartilhando experiências e história profissional;
- b) Mentorar os acadêmicos que almejam carreiras de sucesso;
- c) Participar de eventos promovidos pela Faculdade IESCAMP com pôsteres, painéis, palestras, workshops, cursos de extensão e minicursos, dentre outras possibilidades.

Dentro deste Programa a IESCAMP mantém uma agência que auxilia seus estudantes a se capacitarem para a inserção no mundo do trabalho. Para tanto, mantém parcerias com mais de 500 organizações públicas e privadas de Campinas e região, para o recrutamento de potenciais candidatos interessados e capacitados a preencher vagas que são divulgadas por meio desta Agência. A seleção é feita com a escolha, dentre os estudantes regularmente matriculados e os estudantes egressos de um dos Cursos de Graduação da **Faculdade IESCAMP**, desde que devidamente cadastrados com a Agência, para tornar-se o melhor candidato que se encaixa ao perfil da organização parceira que divulgou a vaga. A seleção leva em conta diversos fatores que vão além do currículo do candidato, ou seja, treinamento para a entrevista, postura e apresentação. Em suma, a Agência IESCAMP também assessora o estudante (candidato) em todas as fases do processo seletivo junto à empresa. Propicia treinamento, que é a preparação do novo funcionário para exercer sua função dentro do perfil da vaga solicitada pela empresa parceira.

2.4.10.4.1 Programa de Bolsas

PROUNI – Programa Universidade para Todos

O Governo Federal, por meio dos instrumentos normativos: a) Medida Provisória nº 213, de 10.09.2004; b) Decreto nº 5245, de 15.10.2004; c) Lei nº 11096, de 13.01.2005, criou, implantou e regulamentou o Programa Universidade para Todos, com o objetivo de dar acesso à Universidade para as camadas da população tradicionalmente excluídas deste direito. O PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de 50% para cursos de graduação em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos. Oferece ainda a implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior aos declarados indígenas ou negros, bem como aos portadores de deficiência. Assim, a instituição aderiu ao Programa em parceria com o governo federal, dando mais um passo de inclusão social e melhoria do nível de ensino da população, por meio da oferta de vagas para os estudantes da região onde atua.

Programa de Financiamento Estudantil – FIES

Em 2001 foi criado e regulamentado o Programa de Financiamento Estudantil pela Lei nº 10260, de 12.07.2001, alterada pela Lei 12.202 de 14 de janeiro de 2010. Este Programa possibilita o acesso, por intermédio de crédito financiado a custos subsidiados, à camada da população que, de outra forma, não teria condições econômicas



de cursar um estudo em nível superior. Dessa forma, a Faculdade IESCAMP, consciente de que uma grande parcela de seus estudantes, principalmente os oriundos das classes C e D, trabalhadores, por vezes braçais, não dispõem de tempo para se dedicar a um dos seus projetos sociais, oferece-lhes a possibilidade de financiar o seu estudo por meio de parceria com o Governo Federal, no programa FIES.

Programa de Responsabilidade Social - Bolsa Incentivo

A **Faculdade IESCAMP**, com o intuito de integrar a comunidade interna e externa e colaborar com a melhoria das condições de vida da sociedade, busca novos caminhos para o desenvolvimento, os quais exigem a adoção de novas ações e a constante preocupação com as gerações atuais e futuras, seja formando profissionais conscientes de sua responsabilidade, seja executando estudos e trabalhos que colaborem para o desenvolvimento da cidadania e das oportunidades de inclusão social.

A partir deste objetivo, a Faculdade IESCAMP tomou por iniciativa a implantação, no ano de 2015, do **PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - BOLSA INCENTIVO**, em resposta à demanda da sociedade conjugada com a presente necessidade de fortalecer os valores éticos individuais e coletivos. Com esta iniciativa, a IESCAMP disponibiliza em cada período letivo bolsas de estudos para cada curso que ministra à comunidade carente, mediante programa de bolsas parciais, destinadas aos seus estudantes ingressantes/calouros, que possuem dificuldades financeiras para iniciar um curso superior, com renda de até um salário mínimo estadual, estruturado em uma proposta para consolidar sua política de qualidade e de responsabilidade social. Este projeto objetiva favorecer o acesso e a permanência de mais estudantes nos cursos de graduação oferecidos pelo IESCAMP, por meio da reversão das bolsas em atividades de pesquisa e extensão universitária, o que agregará valor para os cursos e para o projeto pedagógico do IESCAMP.

Bolsa Institucional

A Bolsa institucional nada mais é do que a prática de descontos escalonados em conformidade com a renda auferida pelo estudante, bem como a concessão de bolsas integrais e parciais aos colaboradores dos Colégios Raphael Di Santo e Vivendo e Aprendendo e Faculdade IESCAMP. As concessões obedecem a critérios já estabelecidos



pela Mantenedora, de forma a subsidiar parte dos recursos financeiros necessários ao ingresso de seus colaboradores e parceiros ao Ensino Superior conforme regulamento próprio.

2.4.10.4.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico

O Núcleo de Apoio ao Discente (NAD) tem por finalidade contribuir para o aprimoramento do trabalho acadêmico dos estudantes da Faculdade IESCAMP, no sentido de promover a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como a integração de sua vida junto à comunidade interna e externa. Para tanto, a atuação desse órgão de apoio buscará promover novas formas de inter-relacionamentos entre discentes, docentes, Diretoria Geral, Coordenação e colaboradores de maneira geral, por meio de atendimento individual aos acadêmicos que apresentarem dificuldades de adaptação ou de aprendizagem. Os atendimentos são prestados por um profissional com formação em Psicopedagogia acompanhado pela Coordenação de Curso, quando necessário. É um órgão de apoio acadêmico do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas – Faculdade IESCAMP – e decorre da Política Institucional de Ensino, dos Cursos da IES.

2.4.10.4.3 Ouvidoria- central de atendimento

A Ouvidoria é órgão responsável por mediar as questões que envolvem a Administração da Faculdade IESCAMP, corpo técnico-administrativo, corpo discente e docente e a comunidade externa estabelecendo o canal de comunicação por meio de contatos via e-mail, contato telefônico e pessoalmente. O objetivo é classificar as ocorrências, os incidentes relatados e buscar soluções e melhorias junto aos setores envolvidos

2.4.10.4.4 Programa de Nivelamento

O programa de nivelamento é propiciar ao acadêmico ingressante a oportunidade de minimizar as deficiências em sua escolarização básica, principalmente no que diz respeito as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com vistas a subsidiá-lo com conceitos que facilitarão seu acompanhamento no decorrer do curso. No ensino



superior, o estudante poderá refletir e aperfeiçoar os conceitos escolares básicos que foram ministrados no Ensino Fundamental e Ensino Médio e proporcionar ainda o alicerce para o seu desenvolvimento universitário, bem como a comunicação com os docentes do curso.

2.4.10.4.5 Agência IESCAMP

O objetivo da Agência IESCAMP é atender e orientar os acadêmicos e os egressos (comunidade *Alumni*) da IES tendo em vista o comprometimento com o desenvolvimento pessoal e profissional com os discentes. Assim, por meio de atividades como: a) orientação e planejamento de carreira; b) orientação na elaboração e reestruturação de currículos; c) divulgação e encaminhamento de oportunidades (estágios não curriculares e vagas efetivas) e, por fim, d) orientação sobre entrevistas e dinâmicas de grupo.

2.4.10.4.6 Mobilidade Acadêmica

O Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Internacional da Faculdade IESCAMP é destinado aos acadêmicos regularmente matriculados em um dos cursos ofertados pela IES. O programa prevê a realização em, no máximo, 1 ano para os cursos de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia e para os cursos tecnológicos de 6 meses estudos desenvolvidos em parcerias com instituições de ensino superior nacional ou internacional mediante a análise curricular e relatórios entregues à Coordenação de Curso para validação em seu histórico escolar.

Os convênios com as instituições parceiras serão consolidados a partir de 2018-2, tais como: Itália, Portugal e Londres (contatos iniciais). Para se candidatar, o acadêmico deverá ter cursado, ao menos, 40% (quarenta por cento) do número total de créditos de seu curso. Não poderá ter mais que 05 reprovações por nota e ou frequência durante o período que estiver na Faculdade IESCAMP para considerar-se apto a participar do programa. E por fim, deverá atestar a proficiência no idioma do país de destino para que seja oficialmente considerado apto a candidatar-se ao programa. Este intercâmbio poderá ser dotado recursos orçamentários oriundos dos órgãos de fomento, tais como: a FAPESP, a CAPES e o CNPq.



2.4.10.5 Comunicação com comunidade interna e externa (sociedade)

A comunicação é o processo pelo qual uma organização relaciona-se e interage com os seus públicos interno e externo. É por meio dela, que os atores envolvidos obtêm as informações pertinentes, bem como às mudanças que ela pode suscitar. Também é papel da comunicação conhecer o cenário do ambiente de marketing enquanto base para a definição de estratégias e de ações que visam efetivas entregas à sociedade. A partir disso, a comunicação institui as políticas que permitem: a) a comunicação com a sociedade - instrumento de gestão da imagem da marca IESCAMP; b) as interações com os públicos estratégicos internos e externos; c) o posicionamentos da marca nos mercados onde atua em atendimento à sua missão e visão organizacional; d) o acompanhamento e avaliação permanente dos objetivos e estratégias de comunicação e marketing, visando aos resultados na visibilidade e promoção da Extensão, da Pesquisa e do Ensino. As diretrizes que norteadoras desses processos são:

Diretrizes:

- Relacionamento proativo, transparente, ético e de parceria com os públicos estratégicos;
- Comunicação compartilhada entre toda a estrutura da organização, representada pelos seus públicos internos;
- Relacionamento com o ambiente acadêmico, oportunizando a produção coletiva e incentivando a aprendizagem prática e integrada de soluções;
- Acompanhamento contínuo e sistemático da evolução dos meios e dos discursos em relação aos públicos estratégicos, a partir do permanente questionamento e do aprimoramento tecnológico adequado, para a execução de uma comunicação eficaz e inovadora;
- Incentivo constante à divulgação das atividades relacionadas aos temas de responsabilidade socioambiental, sustentabilidade, cultura e inovação;
- Fomento às estratégias e planos de ação, orientados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e demais instrumentos legais da Faculdade.

A Faculdade IESCAMP pretende implantar o Projeto de Relações Públicas para Planejamento Estratégico de Comunicação Interna. Este Projeto tem como objetivo dirimir as questões internas que, naturalmente, refletem na comunicação externa, detectadas na cultura organizacional da IES. Este Projeto formado pelo Comitê de Inovação, além de aceitar a proposta de reformulação dos veículos internos de comunicação, propõe planejamento para a completa reestruturação da comunicação interna com a



criação de políticas e procedimentos, reformulação de estrutura e processos, e treinamento da equipe responsável e de lideranças de comunicação naturais e formais, que envolve seis fases: Fase I – Imersão; Fase II – Planejamento; Fase III – Desenvolvimento; Fase IV – Implementação; Fase V – Sustentação; Fase VI – Avaliação final e Replanejamento. A partir do diagnóstico, o planejamento levará em conta algumas estratégias de trabalho, para o alcance de seus objetivos, resumidos no quadro abaixo:

Quatro estratégias de trabalho foram definidas para o alcance dos objetivos:



Para isso, se faz necessário começar com uma avaliação prévia do ambiente interno e examinar os aspectos de cultura, do clima e das opiniões e expectativas dos colaboradores, além de, obviamente, identificar a situação e as características da comunicação e dos veículos internos.

Trata-se, portanto, de um programa de construção da comunicação baseado no princípio de mudança da cultura interna, da reestruturação da área e da criação de processos e procedimentos e não apenas de um projeto de ação para fazer a comunicação.

2.4.10.6 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

As Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial da **Faculdade IESCAMP** tem por objetivo a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos das pessoas com necessidades específicas, bem como, a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito. Ainda, refere-se às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

Para isso, contempla como diretrizes para inclusão e ações afirmativas: a) a promoção da inclusão e da acessibilidade plena às pessoas com deficiência; b) o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da qualidade e permanência dos estudantes com deficiência; c) a proposição de ações inclusivas de atenção e acolhimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desenvolvendo práticas que otimizem a permanência e favoreçam o aprendizado desses estudantes.

A referida política assegura que os temas sobre as ações afirmativas estejam presentes de forma transversal e articulada com os conteúdos, práticas e ações em todos os cursos ofertados pela IES e que a sensibilização da comunidade acadêmica ocorra por meio de ações e eventos que discutam apoio à pessoa com deficiência em diversos contextos sociais de atuação. Outrossim, a política assegura a inclusão por meio do NAD - Núcleo de Apoio ao Discente a partir de práticas inclusivas, a fim de: a)

fortalecer a inclusão; b) oportunizar a acessibilidade e a inclusão do estudantes com necessidades educacionais especiais originadas de deficiência intelectual, psicossocial, física, de deficiência visual, auditiva e com transtorno do espectro autista.

Não obstante, a política recomenda, também, o incentivo para ações e práticas de sustentabilidade que envolva discentes, docentes, administrativos e comunidade, no ambiente econômico, ambiental e social; o incentivo à realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição; a oportunidade de troca de informações sobre as formas de viabilização de ações de inclusão entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade; a garantia de mecanismos de transmissão dos resultados para a sociedade; bem como a promoção da cultura de respeito, alteridade e valorização do outro e das minorias, A Faculdade IESCamp, em consonância ao disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, oportuniza um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e educacionais fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e igualdade étnico-racial. Desse modo, a IES possui o compromisso de promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial, conforme preconizada em sua missão, visão e valores. A concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

2.4.11 Acadêmico Administrativo – Acadêmicas

2.4.11.1 Inovação Tecnológica

No cenário mundial contemporâneo, a ciência, a tecnologia e a inovação são elementos balizadores ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda e à democratização de oportunidades. Conforme Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI/MCT, 2007-2010) o trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos e o engajamento das empresas são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas



demandas sociais dos brasileiros. As inovações resultam da interação das vivências e da cultura de pessoas e instituições, num processo de repensar a realidade local para construir um futuro melhor.

Assim, a Faculdade IES CAMP estabelece como política de inovação tecnológica: a) a constituição de procedimentos de valorização à inovação tecnológica desenvolvida no âmbito da Instituição; b) a indicação de critérios para a gestão dos direitos e obrigações associadas à proteção da propriedade intelectual, resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) tecnológica; c) a definição de processos e instrumentos de incentivo aos pesquisadores envolvidos em projetos de inovação; d) a determinação dos procedimentos para utilização da infraestrutura de desenvolvimento de ambientes favoráveis à inovação tecnológica; e) a estimulação do discente interessado em inovação tecnológica; f) a capacitação para o acesso a portais de pesquisa, nacionais e internacionais.

2.4.11.2 Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia

No que compete às atividades tecnológicas, a política de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia visa o estímulo à criação de ambiente favorável à geração de novos conhecimentos, bem como o fomento à prática dos saberes, construídos na comunidade acadêmica, na transformação da sociedade.

2.4.11.3 Política de Desenvolvimento Artístico e Cultural

As ações de desenvolvimento artístico e cultural estão alinhadas à missão, aos valores e aos objetivos institucionais, bem como ao PDI da IES. Nesse sentido, tais aspectos abarcam as seguintes questões: a) a valorização, a promoção e o reconhecimento da produção artística e cultural como atividades acadêmicas; b) o estímulo e a difusão da produção cultural e artística docente e discente; c) a promoção de projetos sobre os espaços de memória, ligados aos saberes locais, à diversidade cultural e às possibilidades de mediação que a IES pode empreender entre o que é produzido dentro e fora da Instituição; d) o fomento à realização de eventos artísticos e culturais, entendidos como lugar de expressão da memória e cultura que acontece por meio dos trabalhos apresentados, debates e por meio de expressões artísticas, como oficinas e exposições, apresentações de dança, teatro e música, entre outros.



A Política de Desenvolvimento Artístico e Cultural preconiza, ainda, a viabilidade de oportunizar a transposição de conhecimentos para a prática, motivando a participação em todas as etapas de execução; a possibilidade de apoio institucional aos docentes e aos discentes na participação, e na realização de projetos artísticos e culturais, bem como a possibilidade da IES propiciar espaços à produção, à interpretação e à transferência de conhecimento entre os distintos níveis de formação acadêmica junto à comunidade externa. Ainda, preconiza linhas de trabalhos transversais aos cursos ofertados; o apoio à organização e à participação em eventos internos e externos voltados à formação artística, cultural e cidadã.

2.4.11.4 Programa de Monitoria

Em consonância ao disposto no artigo 84 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata da monitoria realizada pelos discentes do Ensino Superior, bem como ao disposto no Regulamento próprio de Monitoria, a Faculdade IESCAMP oportuniza aos discentes a possibilidade de atuarem como monitores em tarefas de apoio ao ensino e à pesquisa realizados pelos docentes da instituição. O Programa de Monitoria visa estimular nos discentes participantes a iniciação à docência e possibilitar o aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos, além de favorecer o clima de cooperação mútua entre os estudantes, bem como, a interação e cooperação entre docente e estudante. Destaca-se que o Programa de Monitoria ocorre de forma transversal a todos os cursos ofertados pela IES.

Tal prática ocorre sempre sob orientação e supervisão do docente responsável pela disciplina. As atividades desenvolvidas pelo Estudante Monitor e pelo docente da disciplina objeto de Monitoria podem assumir diferentes formas conforme descrito no Regulamento do Programa de Monitoria, sendo terminantemente vedado ao Estudante Monitor cumprir atividades estritamente inerentes às funções docentes. Ao final do semestre, o Estudante Monitor elabora o Relatório Final de Monitoria.

2.4.11.5 Qualidade Acadêmica

A Política de Qualidade Acadêmica tem por objetivo garantir o desenvolvimento dos processos pedagógicos, visando a contínua melhoria da qualidade acadêmica e institucional, em todos os âmbitos. Esta Política abrange toda comunidade acadêmica, colaboradores, docentes, coordenadores de curso e demais áreas responsáveis



pelos resultados de aprendizagem e qualidade acadêmica. A Qualidade Acadêmica, em razão de suas responsabilidades e convicções, está fundamentada nos valores definidos na missão institucional alinhada a este PPI, à missão, valores e objetivos da IES

Ademais, a referida política abarca, também: a) o apoio pedagógico aos estudantes com deficiência ou necessidades especiais ao longo de sua trajetória acadêmica; b) o desenvolvimento contínuo do corpo docente no que compete à prática pedagógica, ao modelo educacional adotado e demais conceitos relevantes à ação docente; c) o oferecimento de alternativas de desenvolvimento discente que garantam flexibilidade e atendam seus interesses pessoais e/ou profissionais ao longo de sua trajetória acadêmica.

2.4.11.6 Política do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos presenciais e a distância e de suas atualizações periódicas. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. Ainda, o Núcleo Docente Estruturante é um grupo de acompanhamento do PPC e, para tanto seus membros devem permanecer por, no mínimo 2 (dois) anos e no máximo quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

Os docentes que compõem o NDE devem exercer cargo de liderança acadêmica tanto em âmbito acadêmico, na produção de conhecimentos da área, no acompanhamento do desenvolvimento do ensino, quanto em âmbitos nos quais a Instituição julgar importantes e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.



Ademais, as decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e seus resultados encaminhados para análise e deliberação do Colegiado de Curso e homologação do Conselho Superior.

O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

2.4.11.7 Política do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão deliberativo e de assessoramento nas questões didático-científica, constituído pelos seguintes conselheiros:

I - Coordenador do Curso, seu presidente;

II - Professores que integram o curso;

III - Representante Discente do curso, indicado pelo órgão de representação estudantil, quando houver, ou pelos seus pares, para mandato de um ciclo avaliativo dentro do período de integralização de seu curso;

O Colegiado de Curso possui as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades curriculares, no âmbito do curso;
- b) Efetuar estudos que fundamentem propostas de reformulação curricular;
- c) Aprovar programas e planos de ensino, antes do início de cada período letivo;
- d) Promover avaliação periódica do curso por meio do acompanhamento das atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- e) Avaliar o desempenho docente, segundo normas aprovadas pelo colegiado;
- f) Revisar, atualizar e organizar as atividades de ensino das disciplinas integrantes do curso, para fins, inclusive, de elaboração do catálogo anual;
- g) Emitir parecer nos processos de aproveitamento de estudos, transferências internas e externas e adaptações indispensáveis;
- h) Apresentar proposta para aquisição de acervo bibliográfico;



- i) Encaminhar aos órgãos competentes casos de infração disciplinar no âmbito do curso;
- j) Definir e apresentar normas para Projetos Interdisciplinares, Regulamentos de Estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, disciplinas optativas e demais regulamentos inerentes ao curso, quando for o caso;
- k) Colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance, com os demais órgãos deliberativos e executivos da Instituição

2.4.12 Acadêmico-Administrativo - Gestão

As políticas de gestão adotadas a partir do ano de 2016 objetivam cumprir a missão da IES, sua visão e valores voltados ao compromisso de ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos.

Para tanto, algumas diretrizes foram discutidas com os órgãos colegiados e com a mantenedora, para a delimitação das ações de seu plano diretor. Em um primeiro momento, buscou atender as demandas do Ministério da Educação e as divergências detectadas em seus cursos. Paralelamente buscou atender as proposições de melhorias apresentadas pela CPA, entre outras necessidades evidenciadas no andamento dos compromissos assumidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tais como:

- profissionalização de suas coordenações e de seu corpo docente, por meio de intervenções e formação contínua;
- melhoria da qualidade e da oferta do ensino, por meio do aprimoramento de seu processo educativo, com acompanhamento e avaliações para ajustes e melhoria contínua;
- adoção de procedimentos e normativas para a melhoria do trabalho do profissionais técnico-administrativos;
- aprimoramento do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX, por meio intensificação, divulgação mais sistemática e frequente para melhor congregar professores e estudantes de todos os cursos oferecidos pela Faculdade IESCAMP, conforme proposto no PPI;



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

- melhoria da eficácia dos instrumentos de comunicação e de informação utilizados pela Faculdade, seja para atividades acadêmicas, seja para as atividades sociais estabelecendo procedimentos que alinhem a interface entre o setores acadêmico-administrativos (Secretaria Acadêmica, Tesouraria, Biblioteca, Coordenação de Curso, etc) e os discentes.

Também a comunicação com a comunidade externa por meio de ações direcionadas ao público de seu entorno possibilitando que atividades acadêmicas proporcionem auxílio e melhoria das condições de vida das pessoas da comunidade de seu entorno:

- Cursos e encontros para capacitação dos colaboradores e incentivo à participação do Programa de Bolsas da IES para cursos de graduação e de pós-graduação;
- Participação efetiva dos Órgãos Colegiados, bem como sua atuação permanente segundo calendário acadêmico em vigor em cumprimento ao Regimento Geral, PPI e PPC's dos Cursos de Graduação em funcionamento na IES;
- Aprimoramento das ações de divulgação dos dados da CPA, bem como o encaminhamento dos resultados à Direção da IES, a fim de que as necessidades que vem sendo apontadas pela própria comunidade sejam mais socializadas para o estabelecimento mais efetivo do acompanhamento sistemático e permanente de suas propostas e sugestões;
- Manutenção E aprimoramento do apoio psicopedagógico e social em atendimento às políticas que envolvem aspectos da própria inclusão social.

Com essas ações iniciais, a gestão da IES reforçou e incluiu algumas políticas norteadoras que também justificam a necessidade de aditamento de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, conforme segue:

- Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Gestão de pessoas;
- Capacitação do corpo docente e técnico-administrativo;



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

- Consolidação e ampliação de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a missão institucional;
- Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino;
- Atribuição ao Coordenador de Curso e capacitação para a gestão completa, inclusive administrativa do curso delegado;
- Estimulo à prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- Contribuição para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

Desta forma, o PDI em vigência, tem como metas e ações, em cumprimentos às políticas de Gestão descritas no PPI, quais sejam:

I - Política de sustentabilidade financeira:

- a) assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros;
- b) manter políticas de planejamento, de coordenação e de gerência em sintonia e sinergia com os funcionários envolvidos;
- c) assegurar a socialização do Plano de Desenvolvimento Institucional.

II - Política de Captação de Recursos

- a) Estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação da Faculdade IESCAMP;
- b) fortalecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados, com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão;
- c) identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão;
- d) fomentar a realização de consultorias pelos docentes e discentes;



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

III - Política de Comunicação e Marketing:

- a) aprimorar a Política de Comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral;
- b) aperfeiçoar a Política de Comunicação com a comunidade interna e a comunidade loco-regional;
- c) fortalecer a Política de Responsabilidade Social por meio da divulgação da imagem de seus serviços junto à população;
- d) aprimorar as Políticas de Tecnologias de Comunicação e Informação.

IV - Políticas de Avaliação de Planejamento:

- a) fortalecer as Políticas de Auto avaliação e da Avaliação Externa na sua prática, visando o aprimoramento dos processos acadêmicos e de gestão;
- b) aprimorar a comunicação dos resultados da avaliação institucional em sintonia com o planejamento em todos os seus níveis, para melhor consistência técnica dos diagnósticos apresentados;
- c) aprimorar os Programas de Ouvidoria, do Núcleo de Apoio Discente, de Monitoria Acadêmica, de Nivelamento.

V - Política da Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão:

- a) Acompanhar e manter atualizados os documentos norteadores: PDI, PPI, PPCs, estatutos e regimentos da IES em consonância com as legislações do ensino superior e com os resultados das avaliações internas e externas.



2.4.12.1 Políticas de Pessoal, Incentivos e Benefícios

2.4.12.1.1 Aperfeiçoamento e Capacitação da Equipe Multidisciplinar: Professores, Tutores e Pessoal Técnico-administrativo

Aos professores são oferecidos cursos de capacitação e aprofundamento de conhecimentos por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente (NUP). Este núcleo tem por finalidade auxiliar os docentes nas questões didático-pedagógicas, com o intuito de melhorar o processo ensino-aprendizagem-conhecimento. Essa forma de apoio também ocorre por meio de oficinas que objetivam trocas de experiências, bem como dinâmicas de grupo, para a reflexão de suas práticas.

O NUP é coordenado por docente titulado na área de Educação, que será responsável pelas capacitações didático-pedagógicas ao receber propostas, demandas de treinamentos ou solicitações da administração, por meio da elaboração de projetos destinados à capacitação em serviço desses profissionais. Estas atividades não conferem custos aos professores, porém, são de caráter obrigatório e, após amplamente divulgadas e discutidas com os envolvidos são elaborados os programas com as datas mais adequadas para a sua realização.

Os docentes contam também com o Programa de bolsas integrais para capacitação em nível de especialização na IES, bem como incentivo para outros Programas de Aperfeiçoamento e Aprimoramento profissional em nível *stricto sensu* e de Desenvolvimento Pessoal, por meio do incentivo à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais. A IES também oferece Plano de Carreira, com o propósito de incentivá-los a permanecer na instituição, valorizando o tempo na casa e as titulações obtidas.

Para os funcionários técnico-administrativos o treinamento, o aperfeiçoamento e a capacitação são realizados por meio de consultoria técnica interna e externa, que tem como objeto maior acompanhar as atividades e as dificuldades que podem surgir no decorrer das tarefas desempenhadas nos setores da instituição. Essas capacitações podem ocorrer de duas maneiras: a) por suporte instantâneo, ou seja, à medida que o funcionário expressa alguma dúvida. Nesse caso, poderá solicitar explicações imediatas de seus superiores; b) por meio de treinamentos abrangentes que acontecem quando seus superiores imediatos percebem falhas e dificuldades nos trabalhos



realizados de forma mais expressiva. Essa forma de capacitação se dará conforme as necessidades específicas detectadas, segundo agenda de programação, para a realização das atividades de capacitação. Em ambos os casos, o que se pretende é a melhoria do trabalho acadêmico, bem como o atendimento à comunidade de forma geral.

Há também a possibilidade de outras abordagens, tais como a opção de encaminhar os profissionais que apresentam dificuldades para cursos específicos, os quais podem ser oferecidos por empresas de treinamentos e/ou capacitação, para aprimoramento da aprendizagem, principalmente, no que diz respeito às legislações vigentes. Os funcionários não terão gastos com os treinamentos a que são indicados, o qual poderá ser realizado no local de trabalho ou fora dele, em cumprimento ao Plano de Carreira dentro da instituição.

Os tutores serão capacitados por meio de programa específico da Faculdade IESCAMP, organizado de forma a preparar o professor para a prática pedagógica na educação a distância no ambiente virtual de aprendizagem - AVA, da ferramenta Moodle. Também receberão material impresso para orientação e apoio. A Faculdade IESCAMP adotará como princípio dois pré-requisitos mínimos para a contratação deste profissional: a) ser atuante no mercado; b) ser Especialista de formação, que é a titulação mínima exigida. Para a atuação do Professor como tutor, não há a exigência de que o profissional tenha experiência ou formação prévia para atuar com Educação a Distância. Por este motivo, o programa de capacitação deverá preparar esses profissionais de forma a oferecer condições para que conheçam o papel do professor no ambiente virtual e sejam desenvolvidas as competências necessárias para o desempenho dessa função.

A capacitação poderá ocorrer de três formas: 1) totalmente a distância; 2) presencial no Polo; 3) semipresencial. A capacitação será oferecida apenas a professores convidados, após análise de currículo, para manutenção do banco de professores – de forma a atender as demandas futuras de cursos de extensão, aperfeiçoamento, graduação e especialização – e para atendimento às áreas de conhecimento abordadas em todas as disciplinas oferecidas.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

O Ministério da Educação, por meio do documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” (MEC, 2007) orienta que o processo de formação de tutores deve, no mínimo, prever capacitação: 1) No domínio específico do conteúdo; 2) Em mídias de comunicação; 3) Em fundamentos da EAD e no modelo de tutoria. Seguindo essas orientações, a Faculdade IES CAMP a distância tem como objetivo desenvolver nos Professores-Tutores em formação:

1. a capacidade de interação com os estudantes no ambiente virtual;
2. a capacidade de trabalhar o conteúdo proposto pela disciplina de acordo com as orientações da instituição e, conseqüentemente, mediar o processo de ensino-aprendizagem, facilitando o desenvolvimento das habilidades e competências esperadas por estudante concluinte dos cursos oferecidos pela IES

Ainda segundo os Referenciais do MEC para a EaD, algumas competências aos Tutores são evidenciadas como essenciais, sendo elas:

1. Domínio de conteúdo
2. Dinamismo
3. Visão Crítica e global
4. Capacidade para estimular a busca de conhecimento
5. Habilidade com as novas tecnologias de comunicação e avaliação.

A Faculdade IES CAMP deverá explicitar, por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância, o referencial de qualidade em seu processo de gestão quanto ao atendimento, em particular, os serviços básicos, tais como: a) sistema de administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância; b) sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático; c) sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade. d) banco de dados do sistema como um todo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc; e) cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema; f) sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula; g) registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante,



prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais; h) um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade.

a) Recursos Humanos - Responsabilidades

A Faculdade disponibiliza sala específica aos Professores que atuam em Regime Integral e Parcial de Dedicção, seja como Componentes do NDE, Coordenador, ou outra atividade extracurricular. Equipada com mesas cadeiras, computadores, internet, armários, atendendo ao requisito de disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. A eles está disponibilizada uma sala de reuniões compartilhada por meio de agendamento. Os professores e coordenadores contam também com sistema eletrônico de registro das atividades acadêmicas por meio do sistema SOPHIA e Moodle.

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, na modalidade de Educação a Distância existem três elementos fundamentais em interação: estudante, material didático e professor. A experiência com EAD, independente da concepção de educação adotada e das ferramentas didáticas utilizadas (televisão, rádio, internet, material impresso, entre outros), tem demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao estudante condições de uma aprendizagem autônoma.

A Educação a Distância pressupõe um sistema de transmissão e estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas. A estratégia didática da Educação a Distância para Brande (1993), significa a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produzir um aprendizado efetivo. Não deve merecer atenção apenas o conteúdo do curso, mas também decisões sobre o suporte ao estudante, acesso e escolha dos meios. A forma como o tutor e o estudante se comunicam e interagem dependerá do esquema de aprendizado a ser usado. O autor revela ainda três fatores indispensáveis para que a Educação a Distância aconteça: o modelo de aprendizagem, a infraestrutura tecnológica e infraestrutura física propiciada pelo setor.



Ainda de acordo com a ABED, no sistema de EAD, o tutor, vale frisar, tem papel fundamental, pois garante a inter-relação personalizada e contínua do estudante no sistema, viabilizando a articulação necessária entre os elementos do processo e execução dos objetivos propostos. Cada instituição que desenvolve EAD buscar construir seu modelo tutorial, visando ao atendimento das especificidades locais e regionais, incorporando, como complemento, as TICs.

No entanto, com os novos instrumentos normativos publicados pelo MEC no ano de 2017, alguns metas e ações previstas foram repensadas pela IES, sobretudo em função dos movimentos do mercado e suas demandas por profissionais. Desta forma, os NDEs e demais órgão colegiados estão em fase de estudo e levantamento sobre essas reais necessidades e projetivas de cursos de graduação tanto presencial quanto a distância.

b) Perfil do Corpo Docente.

O perfil pretendido do docente da **Faculdade** exige conhecimento amplo e capacidade de absorção e rápida adaptação às inúmeras informações que se produzem cotidianamente, bem como às conquistas das ciências e da tecnologia, disponíveis na sociedade contemporânea, sempre em múltiplas e complexas mudanças, além de uma cultura especializada bastante significativa e sempre atual em sua área de atuação.

Este profissional deve corresponder, também, ao que a Instituição postula em relação ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, deve ser um profissional com condições para estimular e desafiar seus estudantes para que alcancem níveis e formas de raciocínios muito mais complexos que a simples memorização de informações, capacitando-os para que extrapolem o ensino cartesiano e mecânico e trabalhem com a hipotetização, a predição, a intervenção em realidade, a resolução de problemas e outras situações desafiadoras. Com postura ética, que respeite o ser humano em sua diversidade cultural, enfim, um profissional que possa preparar o estudante na sua totalidade e para a sociedade globalizada, identificando seus condicionantes econômicos, políticos e sociais, fazendo uso de estratégias que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, digna e humana para todos.



c) Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional não Acadêmica

A **Faculdade** valoriza sobremaneira as condições dos docentes para trabalho interdisciplinar e, nesse sentido, considerará não só a experiência profissional docente, como também sua atuação profissional na área de conhecimento em outros ambientes de trabalho, pois a competência técnica enriquecerá ainda mais sua atuação junto aos componentes curriculares pelos quais responderá.

d) Os critérios de Seleção e Contratação

A admissão de Docentes para o Quadro de Carreira do Magistério da Instituição é prerrogativa da Diretoria e estará condicionada à existência de vaga no respectivo curso e categoria, e ocorrerá por intermédio de avaliação interna pessoal de Professor indicado pela Coordenadoria do curso, com anterior aprovação da Diretoria, ou mediante concurso seletivo de caráter classificatório, do qual poderão constar:

- Prova didática;
- Prova de títulos.

Havendo mais de um candidato será computado, para fins classificatórios de desempate, o tempo de docência, na razão de 01 (um) ponto por ano de magistério em estabelecimentos de ensino superior. A admissão nas categorias especiais previstas neste Plano dar-se-á mediante proposta do Coordenador do curso competente, com ulterior aprovação da Diretoria, priorizando-se os docentes já integrantes da Instituição. Após aprovação no Processo Seletivo, a relação contendo os docentes selecionados será encaminhada para homologação e contratação da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e as normas regimentais. A experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica serão os dois pontos básicos para a contratação. Os professores serão enquadrados, conforme a sua titulação, nas faixas de I a IV, em conformidade com critérios estabelecidos no Plano de Carreira da Instituição.

e) Requisitos de Titulação

O Corpo Docente da Instituição será constituído por Professores – assim considerados os profissionais que ministram aulas nos cursos de graduação e na pós-graduação –, conforme a legislação que rege a matéria. Compõem o Corpo Docente as seguintes categorias profissionais:

- Professor Especialista I a IV
- Professor Mestre I a IV
- Professor Doutor I a IV
- Professor Pós-Doutor I a IV

Professor **Especialista** é o profissional da área de ensino que, além do curso de graduação, possui curso de especialização *lato sensu* devidamente credenciados pelos órgãos competentes e que apresentam experiência em atividades de docência em curso superior.

Professor **Mestre** é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em programas devidamente credenciados e que estejam aptos para exercer atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação e de pesquisa e atividades extensionistas.

Professor **Doutor** é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em programas devidamente credenciados aptos a exercerem atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação, bem como o desenvolvimento de pesquisas e atividades extensionistas.

Também integrarão o Corpo Docente da Instituição as seguintes categorias especiais:

- Professor Substituto;
- Professor Colaborador;
- Professor Visitante.



Professor **Substituto** - profissional devidamente habilitado na área de ensino que, em caso de necessidade de afastamento de qualquer Docente, irá substituí-lo por prazo certo e determinado, nunca superior a seis meses, salvo comprovada necessidade.

Professor **Colaborador** - profissional da área de ensino que, após aprovado pela Direção e devidamente credenciado, será contratado em caráter temporário e determinado, por tempo não superior a um ano, renovável uma vez por igual período.

Professor **Visitante** - profissional convidado para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, em atividades complementares.

Os Professores das categorias especiais que fizerem parte do corpo docente da Instituição não integram o Plano de Carreira. As atividades, responsabilidades e remuneração dos Professores das categorias especiais deverão constar de documento contratual específico.

2.4.12.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

2.4.12.2.1 Políticas de Qualificação do Corpo Docente

A capacitação e formação continuada dos professores estão regulamentadas no Plano de Carreira Docente da Faculdade, que incentiva a capacitação como um direito dos docentes para o exercício de sua cidadania e para o seu aperfeiçoamento profissional e pessoal. Para tanto, a Instituição oportuniza programas de capacitação a todos os docentes, de acordo com o interesse de cada curso ou segmento, conforme sua política de educação continuada. O principal objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento técnico, pedagógico, científico e cultural dos docentes, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que venha a se constituir em um diferencial competitivo da Faculdade. A capacitação compreende os programas de aperfeiçoamento, pós-graduação e as demais atividades técnicas, científicas e culturais, ou que venham a ser estabelecidas por força de convênios ou constituição própria da Instituição. Na Faculdade tem como uma de suas metas incentivar a formação pedagógica de docentes, incentivando o aprimoramento e qualificação do professor.



Bolsas de Estudo - A Instituição oferece bolsas de estudo parcial e integral nos cursos de Pós-Graduação disponíveis, para os docentes que queiram cursar uma Especialização “*Latu Sensu*” em sua área de atuação. Estímulo ao Mestrado e Doutorado. Além de auxílio para participação em eventos externos haverá, também, auxílio em situações nas quais o docente possa representar o Curso e/ou a Faculdade. O auxílio destina-se a despesas necessárias para a efetiva participação do docente em eventos, Congressos, Seminários, Simpósios, Palestras, dentre outros.

2.4.12.2.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira prevê um conjunto de cargos estruturados de acordo com as atividades e competências afins, bem como as condições de movimentação dos ocupantes destes cargos na estrutura geral da Instituição. O Plano delinea o ingresso, o regime de trabalho, a promoção, o afastamento, licença e a substituição.

2.4.12.2.3 Regime de Trabalho dos Docentes

O regime de trabalho dos Professores da Instituição é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nas normas coletivas pertinentes e no Plano de Carreira, os quais regerão os respectivos contratos. Os Docentes serão contratados como Professores de Ensino Superior em um dos seguintes regimes de trabalho:

Tempo Integral: será enquadrado em regime de tempo integral o Docente que se obrigar a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Instituição, parte em sala de aula, parte em atividades de, coordenação, supervisão, pesquisa e extensão, segundo os critérios estabelecidos pela Direção, sendo que estas últimas deverão constar em contrato de trabalho distinto e específico.

Tempo Parcial: será enquadrado em regime de tempo parcial o Docente que se obrigar a prestar no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservadas, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.



Horistas: será enquadrado em regime horista aquele que prestar número inferior a 11 horas semanais as quais serão especificadas ao final de cada período letivo, através de requerimento próprio para atribuição de aulas, observada a legislação que rege a matéria e as normas coletivas pertinentes.

O número de horas-aula do Docente poderá variar de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por período letivo, bem como pelo número de estudantes por turma.

A carga de trabalho do profissional correspondente à soma dos contratos de trabalho mantidos com a Instituição não poderá exceder a 40 (quarenta) horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo Docente quando em atividade na sala de aula, equivalerá sempre a uma hora de trabalho contratual.

O número de vagas nas categorias acima está assim determinado, em cada curso, de acordo com as necessidades institucionais e com a legislação vigente:

- Professor Especialista I a IV = 50%
- Professor Mestre I a IV = 20%
- Professor Doutor I a IV = 20%
- Professor Pós-Doutor I a IV = 10%

Independentemente da titulação, o Docente somente poderá ser contratado para a categoria em que houver disponibilidade de vagas, respeitado, sempre, o percentual estabelecido. Para enquadramento na categoria de **Professor Especialista** são requisitos mínimos:

- possuir diploma de curso superior na área de atuação;
- ser portador do título de Especialista na área de atuação;



- ter experiência em magistério superior no mínimo de 01 (um) ano letivo ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação, inclusive nos termos do art. 13 da Res. CNB/CP 2503/02;

Para enquadramento na categoria de **Professor Mestre**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Mestre na área de atuação ou em área afim;
- experiência de magistério superior a 03 (três) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 04 (quatro) anos na área de atuação.

Para enquadramento na categoria de **Professor Doutor**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Doutor na área de atuação ou em área afim;
- experiência de magistério superior a 04 (quatro) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 04 (quatro) anos na área de atuação.

Para enquadramento na categoria de **Professor Pós-Doutor**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Pós-Doutor na área de atuação ou em área afim;
- ter experiência de magistério superior a 04 (quatro) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 05 (cinco) anos na área de atuação.

2.4.12.2.4 Promoção dos Docentes

A promoção dos Docentes de uma categoria para outra, **promoção vertical**, e entre os níveis de uma mesma categoria, **progressão horizontal**, dar-se-á por meio do atendimento a critérios internos, estabelecidos com fins de progressão, e somente poderá ocorrer quando o percentual estabelecido para a categoria não estiver preenchido.

A progressão vertical dar-se-á, apenas pela titulação, e a progressão horizontal por processo de avaliação de mérito. Para se habilitar à progressão vertical, o docente deverá ser portador de titulação acadêmica exigida pela categoria pretendida, e cuja área e tema da monografia ou dissertação ou tese tenha aderência com as disciplinas do curso, nos quais atua. Para se habilitar ao processo interno de avaliação de mérito, como mecanismo de promoção entre os níveis de cada categoria funcional, o



docente deverá atingir a pontuação mínima exigida nos indicadores de produtividade docente. Para fins de promoção, as atividades serão pontuadas de acordo com os valores especificados na tabela constata dos gráficos, explicitados no Plano de Carreira Docente.

2.4.12.2.5 Procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro

A **Faculdade IESCAMP** adota a seguinte ordem de procedimentos para a substituição eventual de professores do quadro docente do curso envolvido:

- 1º - professor habilitado, já contratado, que leciona o mesmo componente curricular no curso envolvido;
- 2º - professor habilitado, já contratado que leciona o mesmo componente curricular em outro curso da mesma instituição;
- 3º - professor habilitado, já contratado, que leciona outro componente curricular no curso envolvido;
- 4º - professor habilitado, já contratado, que leciona outro componente curricular em outro curso da mesma instituição;
- 5º - professor habilitado a ser contratado por tempo determinado para as aulas eventuais (horista).

2.4.12.2.6 Atribuições do Professor

- Elaborar o plano de ensino de sua disciplina coordenado pelo NDE, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso;
- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos estudantes;
- Efetuar os lançamentos relativos à assiduidade dos estudantes e notas de aproveitamento no Sistema Acadêmico;
- Entregar à Secretaria Acadêmica os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados;
- Observar o regime escolar e disciplinar da Faculdade;
- Elaborar e executar projetos de pesquisa;
- Votar, podendo ser votado para representante de sua classe nos órgãos Colegiados da IES;



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

- Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e nas normas regimentais da Faculdade.

A Faculdade, preocupada em garantir a qualidade do ensino oferecido nos seus cursos, e buscando atender à legislação vigente, projetou a seguinte evolução para seu quadro docente, durante a vigência do PDI.

2.4.12.2.7 Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Titulação Regime de Trabalho	Ano I 2018				Ano II 2019				Ano III 2020				Ano IV 2021				Ano V 2022			
	TI	TP	HO	T	TI	TP	HO	T	TI	TP	HO	T	TI	TP	H	T	TI	TP	H	T
Especialista	01	06	07	14	-	-	12	12	-	-	10	10	-	-	09	09	-	-	09	09
Mestre	06	10	02	18	08	09	-	18	08	11		19	08	12	-	20	08	12	-	20
Doutor	03	02	-	05	03	05	-	08	03	06		09	03	06	-	09	03	07	-	10
TOTAL	10	18	09	37	11	14	12	38	11	16	10	38	11	16	09	38	11	19	09	39

Tabela nº 02 - Expansão do Corpo Docente

TI – Temo Integral

TP – Tempo Parcial

H – Horista

T - Total



2.4.12.2.8 Procedimentos para Seleção e Contratação do corpo técnico-administrativo

A idoneidade profissional e pessoal são condições fundamentais para o ingresso e permanência no quadro de funcionários da **Faculdade IESCAMP**. A contratação do Técnico-Administrativo será feita pela Entidade Mantenedora, nos termos das normas regimentais, e de acordo com a legislação trabalhista, por encaminhamento da Diretoria Geral.

Uma vaga no Quadro de Carreira poderá ocorrer na implantação de um novo órgão de apoio, departamento ou setor, ou pela necessidade de substituição de um Técnico-Administrativo. O preenchimento de uma vaga é sempre solicitado pelo Diretoria Geral, por meio e solicitação à Mantenedora. A abertura de vaga dará lugar à seleção e ao recrutamento, que obedecerá à seguinte sequência: processo seletivo interno regulamentado, conforme Plano de Carreira.

2.4.12.2.9 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo detalha as formas de ingresso, regime de trabalho, bem como remuneração, promoção, afastamento, desenvolvimento profissional, direitos e deveres, de forma a propiciar a implantação segura das funções de ensino, pesquisa e extensão previstas. O quadro do corpo técnico administrativo da instituição é constituído por cargos e estão detalhados no Quadro de Carreira da **Faculdade IESCAMP**.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

2.4.12.2.10 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo

CARGOS	Ano I 2018	Ano II 2019	Ano III 2020	Ano IV 2021	Ano V 2022	TOTAL
Assistente Secretaria Acadêmica	01	0	0	01		02
Assistente Financeiro	01	0	0	01	0	02
Auxiliar administrativo		01	01		01	03
Auxiliar Biblioteca	01	01			0	02
Auxiliar Serviços Gerais	01	0	01		01	03
Auxiliar Secretaria Acadêmica			01		01	02
Bibliotecária	01				01	02
Diretoria	01					01
Monitor	03					03
Secretária Acadêmica	01				01	02
Supervisor Manutenção	01		01		01	03
Técnico Informática	03		01			04
Porteiro	02		01			03
TOTAL	16	02	06	02	06	32

2.4.12.3 Infraestrutura

A mantenedora demanda esforços no sentido de garantir à Faculdade IESCAMP, prestadora de serviços educacionais de nível superior, toda a infraestrutura necessária, além de manter suas instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, higiene e sempre atualizados. Atenção especial é dada ao *layout* de toda a estrutura para que seus usuários nela se sintam bem e com conforto.

A Infraestrutura física da Faculdade IESCAMP constituída de: salas de aula, auditórios, bibliotecas, espaço de convivência, salas de professores, salas de professores de tempo integral, laboratórios, entre outros, atendem às necessidades institucionais para o desenvolvimento das atividades de Extensão, Pesquisa e Ensino, bem como de gestão, conforme abaixo elencado:

Cópias e Encadernações	01
Elevador	02
Portaria	01
Cantina	01
Salas de aula	33
Biblioteca	02
Sala de professores	01
Sala de Professores tempo Integral e parcial	01
Auditório	02
Laboratórios de Informática	03
Sala de NDE e CPA	01

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Sala de Atendimento Psicopedagógico	01
Recepção	02
Secretaria Acadêmica	02
Sala Empresa Júnior	01
Museu de Tecnologia	01
Agência IESCAMP	01
Espaço de Convivência	01
Quadra esportiva	01
Sala de Diretoria	01
Espaços de Coordenação de Curso	08
CPD	01
PABX	01
Brinquedoteca	01
Portaria	02
Estacionamento	03
Laboratório de Ciências	01

Fonte: Diretoria



2.4.12.3.1 Política de infraestrutura

Este cuidado da mantenedora e mantida é que delimitam sua Política de infraestrutura, que tem como objetivo estabelecer um plano de gestão de recursos da IES, traçando as diretrizes que devem nortear a execução orçamentária em infraestrutura, nas manutenções e melhorias, de forma a garantir a reposição de ativos depreciados, o cumprimento das normas e legislação, além da possibilidade de inovação nas áreas de interesse institucional. A Política de Infraestrutura está focada no conjunto de atividades e estruturas da Faculdade IES CAMP, que servem de base para o seu desenvolvimento administrativo e pedagógico e definem como a IES determina as prioridades na aplicação de recursos próprios para a promoção da aprendizagem significativa e transformadora em Extensão, Pesquisa e Ensino. Para tanto, algumas diretrizes direcionam o cumprimento desses propósitos:

Diretrizes:

1. Promoção de ações de qualificação da infraestrutura necessárias às atividades meio e fim do campus tendo como referência critérios objetivos de avaliação.
2. Aperfeiçoamento das condições de trabalho, de aprendizado e de convivência non campus dentro de padrões de qualidade e requisitos da acessibilidade.
3. Conservação e otimização do uso das estruturas disponibilizadas, considerando a responsabilidade corporativa, que consiste na integração dos aspectos econômicos, sociais, éticos e ambientais dentro das operações de negócio e tomadas de decisão na liberação de recursos em infraestrutura.
4. Implementação de programas e indicadores na perspectiva do atendimento à gestão ambiental do campus.
5. Aperfeiçoamento do planejamento do uso dos equipamentos, visando à qualificação das práticas do processo ensino-aprendizagem.
6. Refinamento do modelo de gestão da infraestrutura dos espaços físicos, acervos, serviços, segurança e manutenção de móveis e equipamentos, por meio de sistemas que forneçam informações qualificadas para tomada de decisão.
7. Viabilização e melhoria nos espaços para Atividades Culturais, de Artes e de Promoção de Eventos.

As demandas de Infraestrutura da Faculdade IES CAMP têm sua origem em:



- I. Apontamentos e requisitos das avaliações do MEC;
- II. Reposição e/ou manutenção de ativos depreciados;
- III. Pesquisas da CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- IV. Diretrizes do Planejamento Estratégico;
- V. Avaliações na Formação Pedagógica de professores;
- VI. Demandas advindas da Política Institucional de Acessibilidade.

2.4.12.3.2 Política de Laboratórios

A infraestrutura dos laboratórios é de fundamental importância tanto para o desenvolvimento de atividades práticas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto para o desenvolvimento de pesquisas e produção de novos conhecimentos científicos. Neste contexto, propõe-se a qualificação destes espaços, bem como de seus equipamentos e materiais, para que possam ser um complemento do ensino de qualidade, atendendo às expectativas dos estudantes e dos professores, e seguem as diretrizes abaixo:

1. Conservação e expansão dos espaços físicos ficarão sob o comando da diretoria geral de modo a oferecer ao corpo acadêmico espaço físico adequado nos laboratórios para a realização das atividades demandadas.
2. Implementação de novos laboratórios, demandados pelos cursos ofertados ou a ofertar, será realizada mediante análise no mercado das tecnologias existentes relacionadas a equipamentos e seus acessórios, salientando a necessidade de manter-se atualizada em relação às tendências tecnológicas, oferecendo ao corpo discente um ensino de excelência.
3. Expansão dos espaços físicos, de acordo com necessidades do campus, apuradas, prioritariamente, no âmbito do Curso, discutidas nos Núcleos Docente Estruturante (NDE) e Conselhos de Curso, para, posteriormente, serem levadas ao Conselho Superior e Diretoria Geral.



4. Elaboração do cronograma de execução de manutenção de itens como conforto térmico, isolamento acústico, iluminação e limpeza de modo a não intervir nas atividades pedagógicas.

5. Avaliação de demandas de equipamentos, de acordo com as necessidades das disciplinas que abrangem as atividades práticas e laboratoriais dos diferentes cursos da IES e em consonância com os instrumentos de avaliação MEC/INEP.

No ano de 2017 já foram substituídos todos os computadores do laboratório dos cursos de ADS (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e GTI (Gestão da Tecnologia da Informação) totalizando 23 computadores, já para o ano de 2018 estão previstas atualizações nos demais laboratórios totalizando 70 computadores.

2.4.12.3.3 Atualização dos equipamentos de informática realizados em 2017

DESCRITIVO DAS ATUALIZAÇÕES – LABORATÓRIO ADS/GTI – ANO 2017

Configuração dos computadores substituídos: Processador Intel Core 2 Duo, 2 GB de memória RAM e 250 GB de HD (Hard Disk).

Configuração dos computadores atuais: Processador Intel i5, 8 GB de memória RAM e 500 GB de HD (Hard Disk).

Total de computadores substituídos: 23 (vinte e três).

5.4 Atualização dos equipamentos de informática realizados em 2108

PLANO DE ATUALIZAÇÕES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA (COMUNS) – ANO 2018

A Faculdade IESCAMP possui dois laboratórios de informática para uso comum equipado com equipamentos de mesmo tipo de Hardware, porém com sistemas operacionais diferentes, conforme descrito na tabela abaixo.

SITUAÇÃO ATUAL

lab/QTDE	Tipo de hardware	Sistema operacional
01/35 Equipamentos	CPU Intel Core 2 Duo, 2 GB RAM, 250 GB HD	Windows 7
01/35 Equipamentos	CPU Intel Core 2 Duo, 2 GB RAM, 250 GB HD	Linux

SITUAÇÃO PREVISTA (UPGRADE)

lab/QTDE	Tipo de hardware	Sistema operacional
01/35 Equipamentos.	CPU Intel Core 2 Duo, 4 GB RAM, 128 GB HD SSD	Windows 10
01/35 Equipamentos.	CPU Intel Core 2 Duo, 4 GB RAM, 128 GB HD SSD	Linux

Entre os anos de 2017 e 2018 estima-se a atualização de mais de 70 % (setenta) dos computadores dos três laboratórios em hardwares e softwares.

CPD

Equipamento	Especificação	Quantidade	Ano I 2018	Ano II 2019	Ano III 2020	Ano IV 2022	Ano V 2022
Servidores	Processador Intel Xeon CPU @ 3,6 GHZ Memória Instalada (RAM) 16GB Disco Rígido (HD)	01	-	-	-	-	-



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

	500GB					
	Processador Intel Xeon CPU @ 3,6 GHZ Memória Instalada (RAM) 8GB Disco Rígido (HD) 500GB	01				
	Processador Intel I7 CPU Memória Instalada (RAM) 8GB Disco Rígido (HD) 500GB	01				
Servidor em Nuvem	servidor de plataforma 01 CPU/1 GB RAM/20 GB – STORAGE	01				
Servidor em Nuvem	Servidor MOODLE 2 CPU/4GB RAM/80 GB - STORAGE	01				
Servidor em Nuvem	Servidor SOPHIA 02 CPU/3GB RAM/40 G - STORAGE	01				
Links de internet	Link nuvem 01 GB OS - dedicado	01				
Link de internet físico	40 MB dedicado ALGAR + 200 MB VIVO	01				

Fonte: CPD – 2018

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Recursos Audiovisuais e Multimídia

Equipamento	Especificação	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano II	Ano IV	Ano V
			2016	2017	2018	2019	2020
Projetores Multimídia	EPSON S18 H552A	23	-	-	02	02	-
Scanner	HP M127 / Brother 6350	02	-	-	-	-	-
Mesa de Som	Yamaha MG 124C	01	-	-	-	-	-
Microfones	Leson SM 50	20	-	-	-	-	-
Lousa Digital	Pearson	1	-	-	-	-	-

Fonte: Diretoria – 2015

Computadores de uso Administrativo e Acadêmico

Equipamento	Especificação	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano II	Ano IV	Ano V
			2018	2019	2020	2021	2022
Computadores	Processador Intel I7 Memória Instalada (RAM) 6GB Disco Rígido (HD)	13	-	-	-	-	-

Fonte Diretoria – 2018

2.4.12.3.4 Política do Sistema de Biblioteca

A Biblioteca proporciona suporte para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade IES CAMP. Apresenta estrutura monolítica, tendo centralizada a gestão da seleção, aquisição, tratamento técnico da informação e da prestação de serviços aos usuários, conforme recomendam os padrões para este tipo de biblioteca. O acervo está disponível fisicamente e digitalmente. O acervo digital envolve conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, da coleção PEARSON, disponíveis 24 horas a todos os estudantes e demais integrantes da comunidade cadastrados. Suas diretrizes consistem na:

- 1- Qualificação da prestação de serviços;
- 2- Ampliação e adequação do acervo, da divulgação dos serviços, do guarda volumes, mobiliário e sinalização.

2.4.12.3.5 Acervo por Área do Conhecimento e Cronograma de Expansão

Tipo	Área do Conhecimento	Quant	Ano I 2018	Ano II 2019	Ano III 2020	Ano IV 2021	Ano V 2022	TOTAL
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	613	674	741	815	896	985	985
	Ciências Biológicas	31	34	37	41	45	50	50
	Ciências Sociais Aplicadas	446	490	539	593	652	717	717
	Ciências Humanas	7282	8010	8811	9692	10661	11727	11727
	Linguística, Letras e Artes	423	465	511	562	618	679	679
	Engenharia	445	489	538	592	651	716	716

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

	Ciências da Saúde	152	167	184	202	222	244	244
	Ciências Agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	630	693	762	838	922	1014	1014
TOTAL DE LIVROS		10022	11022	12123	13335	14667	16132	16132
PERIÓDICOS	Generalidades	1444	1588	1747	1921	2113	2324	2324
	Ciências Sociais Aplicadas	130	143	157	173	190	210	210
	Ciências Humanas	1795	1974	2171	2388	2626	2888	2888
	TOTAL DE PERIÓDICOS	3369	3705	4075	4482	4929	5422	5422
OBRAS DE REFERÊNCIA		76	84	92	101	111	122	122
TOTAL DE DVD's /Cd's		533	586	644	708	778	855	855

Tabela nº 5 – Acervo da Biblioteca.

2.4.12.3.6 Formas de Atualização e Expansão do Acervo

A Biblioteca, para atender usuários potenciais, mantém-se constantemente atualizada. Os mecanismos de seleção e aquisição do acervo bibliográfico e audiovisual são efetivados a partir das referências básicas, fornecidas pelos professores em seus Projetos Pedagógicos de Componentes Curriculares, de cada um dos cursos oferecidos pela instituição, sobretudo pelos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs dos cursos.

São consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as resenhas publicadas nos periódicos técnico-científicos editados pelas principais instituições educacionais do país. Além destes procedimentos, ainda são consideradas para seleção e aquisição destes materiais, as bibliografias básicas e complementares encaminhadas semestralmente pelos Coordenadores dos Cursos à Biblioteca, por meio de listas de pedidos resultantes de reuniões periódicas com professores e NDE.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

Para os periódicos, há uma seleção para os títulos de relevância para os cursos, estando a coleção de periódicos, permanentemente, em desenvolvimento. De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo, os critérios adotados são:

- adequação do material aos objetivos do curso e da disciplina;
- autoridade/conceito do autor;
- equilíbrio da obra quanto à distribuição do conteúdo;
- qualidade técnica quanto ao ponto de vista gráfico e/ou sonoro;
- custo justificável em consideração à verba disponível;
- idioma acessível aos usuários;
- atualidade do material;

Horário de Funcionamento

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 22h e aos sábados das 8h às 12h. É permitido o livre acesso às estantes, onde estão armazenados os livros, periódicos e outros materiais, conforme regulamento.

Serviços Oferecidos

Entre os serviços oferecidos ao público pela Biblioteca destacam-se os que fornecem documentos e os que recuperam a informação. Assim, a Biblioteca realiza levantamentos bibliográficos a pedido, pesquisas pela Internet e empréstimos. O ambiente da biblioteca contempla áreas de estudos privado e em grupo estão disponíveis aos estudantes e demais membros da comunidade acadêmica, além de computadores com acesso à internet e Wi-Fi.



Os estudantes também têm acesso à Biblioteca Virtual Universitária que disponibiliza livros-texto em português no formato digital, podendo ser acessada de qualquer computador ou tablet com conexão à internet. Com esta ferramenta, temos à disposição um acervo digital contendo 2.631 títulos em mais de 40 áreas de conhecimento, em constante expansão. É realizada a normalização de trabalhos técnicos e científicos, havendo contribuição às publicações editadas no âmbito da Instituição. A Biblioteca realiza treinamento de usuários, por ocasião da entrada de calouros.

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária, efetuado atualmente no balcão de atendimento mediante a apresentação da Carteirinha de Estudante, que é pessoal e intransferível, utilizada como identificador do usuário e controlador de empréstimo. Podem ser retirados livros e DVDs. O Regulamento da Biblioteca, que normaliza o empréstimo, encontra-se à disposição, na Instituição, para eventual consulta.

2.4.12.3.7 Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado para a Utilização, com Segurança e Autonomia, total ou Assistida, dos Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos, das Edificações, dos Serviços de Transporte, dos Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação e Informação, Serviços de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Dos Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos, das Edificações, dos Serviços de Transporte

A **Faculdade IESCAMP** crê nas políticas de educação inclusiva como sendo alavancas para proporcionar a igualdade de oportunidades e participação de todos no processo de aprendizagem. Entretanto, o sucesso dessas políticas requer o envolvimento de todas as partes, tais como professores e profissionais da educação, colegas, pais, famílias e voluntários.

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas. Atenta à sua responsabilidade social, a **Faculdade IESCAMP** seguirá as seguintes políticas:



I. As Pessoas com Deficiência Física:

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);
- Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- Rampas facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros.

II. Aos estudantes com deficiência visual, quando houver:

- Impressora Braille acoplada a computador;
- Sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- Software de ampliação de tela;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- Lupas, régua de leitura;
- Scanner acoplado a um computador;
- Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

III. Aos estudantes com deficiência auditiva, quando houver:

- Intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do estudante;



- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

IV. Para os professores, estudantes, funcionários e empregados com deficiência física ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais;
- Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

V. Para a comunidade, a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
- Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como direitos humanos universais;
- Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.



Além disso, a **Faculdade IESCAMP** criará normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, estudantes, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. Na infraestrutura física a Faculdade já oferece condições especiais para atender aos portadores de necessidades especiais com mobilidade reduzida computando-se como total dessas adequações as registradas no quadro abaixo:

ADEQUAÇÕES	ANO DE EXECUÇÃO
Reserva de vaga especial no estacionamento	2015
Adaptação dos banheiros	2015
Rampa de Acesso	2015

2.4.12.3.8 Dos Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação e Informação, Serviços de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Quando houver o ingresso de estudantes com deficiência auditiva a instituição contratará tradutor e intérprete da Língua de Sinais, além de telefone para atender às suas necessidades. Adquirirá para os deficientes visuais, quando houver necessidade, uma obra em braile para cada uma das disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos cursos oferecidos, além de um telefone público especial para atender as suas necessidades.



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

2.4.13 Planejamento Econômico Financeiro para o quinquênio 2018 -2022

PLANEJAMENTO ECONÔMICO - FINANCEIRO - ENTRADA 120 ESTUDANTES + EAD					
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL				
	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS					
ANUIDADE/MENSALIDADE(*)	3.838.392,00	4.700.952,00	5.563.512,00	6.426.072,00	7.288.632,00
BOLSAS (-)	201.585,20	246.881,15	302.355,34	370.294,58	453.499,78
EAD	0,00	2.774.000,00	3.468.000,00	5.202.000,00	6.936.000,00
FINANCIAMENTOS(+)					
INADIMPLÊNCIA	345.455,28	672.745,68	812.836,08	1.046.526,48	1.280.216,88
SERVIÇOS(+)					
TAXAS (+)	10.872,00	14.351,04	18.943,37	25.005,25	33.006,93
TOTAL DAS RECEITAS	3.302.223,52	6.569.676,21	7.935.263,95	10.236.256,19	12.523.922,27
DESPESAS E INVESTIMENTOS					
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	17.713,38	24.798,73	34.718,22	48.605,51	68.047,72
ALUGUEL					
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	58.532,40	81.945,36	114.723,50	160.612,91	224.858,07
ENCARGOS - IMPOSTOS	505.485,60	676.643,02	905.754,35	1.212.442,78	1.622.975,90
EQUIPAMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
EVENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO (COMPRA DE IMÓVEIS)		0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTEÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIARIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
PAGTO PESSOAL ADMINISTRATIVO	252.300,00	267.438,00	374.413,20	524.178,48	733.849,87



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

PAGTO PROFESSORES	978.500,20	1.037.210,21	1.452.094,30	2.032.932,02	2.846.104,82
PESQUISA E EXTENSÃO					
TREINAMENTO					
TOTAL DE DESPESAS INVESTIMENTOS	1.812.531,58	2.088.035,33	2.881.703,58	3.978.771,69	5.495.836,38
FIXO DE CAIXA LIQUIDO	1.489.691,94	4.481.640,88	5.053.560,38	6.257.484,50	7.028.085,89
MARGEM					

PLANEJAMENTO ECONÔMICO - FINANCEIRO - ENTRADA 40 ESTUDANTES - CONFORME DESPACHO Nº25 30/04/2018 SERES/MEC					
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL				
	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS					
ANUIDADE/MENSALIDADE(*)	3.838.392,00	4.125.912,00	4.413.432,00	4.700.952,00	4.988.472,00
BOLSAS (-)	201.585,20	216.704,09	232.956,90	250.428,66	269.210,81
EAD					
FINANCIAMENTOS(+)					
INADIMPLÊNCIA	345.455,28	371.332,08	397.208,88	423.085,68	448.962,48
SERVIÇOS(+)					
TAXAS (+)	10.872,00	11.687,40	12.563,96	13.506,25	14.519,22
TOTAL DAS RECEITAS	3.302.223,52	3.549.563,23	3.795.830,18	4.040.943,91	4.284.817,93
DESPESAS E INVESTIMENTOS					
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	17.713,38	24.798,73	34.718,22	48.605,51	68.047,72
ALUGUEL					
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	58.532,40	70.238,88	84.286,66	101.143,99	121.372,78
ENCARGOS - IMPOSTOS	505.485,60	676.643,02	905.754,35	1.212.442,78	1.622.975,90



PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018-2022

EQUIPAMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
EVENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO (COMPRA DE IMÓVEIS)		0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTEÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIARIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
PAGTO PESSOAL ADMINISTRATIVO	252.300,00	271.222,50	291.564,19	313.431,50	336.938,86
PAGTO PROFESSORES	978.500,20	1.051.887,72	1.130.779,29	1.215.587,74	1.306.756,82
PESQUISA E EXTENSÃO					
TREINAMENTO					
TOTAL DE DESPESAS INVESTIMENTOS	1.812.531,58	2.094.790,85	2.447.102,71	2.891.211,52	3.456.092,09
FIXO DE CAIXA LIQUIDO	1.489.691,94	1.454.772,38	1.348.727,46	1.149.732,39	828.725,84
MARGEM					

Considerações finais

A Faculdade IESCAMP ao rever suas práticas e resultados dos processos avaliativos internos e externos, buscou desde o ano de 2016 delimitar suas políticas orientadoras de forma mais ajustada às necessidades da comunidade acadêmica e as demandas instituídas pelo MEC. Desde então vem somando esforços para melhor descrever seus planejamentos e direcionamentos, de forma mais coletiva possível, sem perder seu alvo principal que é buscar cumprir sua missão, valores e visão almejados.

Para tanto, contou com a colaboração de muitos atores da comunidade acadêmica, CPA, docentes e mantenedores, aos quais externamos nossa gratidão. Em suma, o presente documento respalda-se nos novos instrumentos normativos publicados pela SERES/INEP/MEC, e constitui o Planejamento Estratégico, também conhecido como Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, previsto para o período de 2018 – 2022, o qual foi estudado e descritos segundo cinco eixos: 1. Planejamento e Avaliação institucional; 2. Desenvolvimento Institucional; 3. Políticas Acadêmicas; 4. Políticas de Gestão; 5. Infraestrutura Física.

Profª Drª Regina Mório de Lara

Prof Ms Valdemir dos Santos de Lima

REFERÊNCIAS

Araujo, Ulisses F.; Sastre, Genoveva (orgs.) **Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior**. 2º ed. São Paulo: Summus, 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

Bacich, Lilian; Moran, José (orgs.) **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238p.

Bacich, Lilian; Tanzi-Neto, Adolfo; Trevisani, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido**: personalização e tecnologia da educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270p.

Bergmann, Jonathan. **Sala de Aula Invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. 1º ed. [Reimp]. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

Brown, Tim. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. tradução: Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

DEMO, Pedro Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Editora. Plano Brasília, 2001

Fialtro, Andrea; Cairo, Sabrina. **Produção de Conteúdos Educacionais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação – PNE - 2014/2024 – (recurso eletrônico)

LEI 9394/2016 – lei de diretrizes e bases para a Educação Nacional http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm

Masetto, Marcos (org.) **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012

Mattar, João. **Metodologias Ativas**: para a educação presencial, blended e a distância. 1º ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.







**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS**

 **www.iescamp.com.br | (19) 3728.7700**



Endereço: R. Antônio Ferreira Laranja, 57
Jd. Garcia - CEP: 13061-090 - Campinas - SP
Email: diretoria@iescamp.com.br

